

CELIOMAR PORFÍRIO RAMOS

CORPOS QUE (NÃO) IMPORTAM:

o acesso e a permanência de travestis e de
mulheres e homens transgêneros na UFMT



CORPOS QUE (NÃO) IMPORTAM:

o acesso e a permanência de travestis e de
mulheres e homens transgêneros na UFMT



UFMT

**Ministério da Educação
Universidade Federal de Mato Grosso**

Reitora

Marluce Aparecida Souza e Silva

Vice-Reitor

Silvano Macedo Galvão

Coordenador da Editora Universitária

Oswaldo Rodrigues Junior

Supervisão Técnica

Flavia Ábreu Pereira da Silva

Conselho Editorial



Membros

- Oswaldo Rodrigues Junior (Presidente - EdUFMT)
Ana Claudia Dantas da Costa (FAGEO - Campus Cuiabá)
Caiubi Emanuel Souza Kuhn (FAENG - Campus de Várzea Grande)
Carla Gabriela Wunsch (FAEN - Campus Cuiabá)
Cassia Regina Primila Cardoso (ICS - Campus de Sinop)
Cassiano Spaziani Pereira (ICAA - Campus de Sinop)
Edvaldo Correa Sotana (IGHD - Campus Cuiabá)
Elisângela Clarete Camili (FAAZ - Campus Cuiabá)
Elisete Duarte (ISC - Campus Cuiabá)
Evaldo Martins Pires (ICNHS - Campus de Sinop)
Evando Carlos Moreira (FEF - Campus Cuiabá)
Felipe Rodolfo de Carvalho (IHGMT - Campus Cuiabá)
Felipe Thomaz Aquino (FCT - Campus de Várzea Grande)
Frederico Jorge Saad Guirra (ICBS - Campus do Araguaia)
Grazielle Borges de Oliveira Pena (ICET - Campus do Araguaia)
Irapuan Noce Brazil (IC - Campus Cuiabá)
Jorge Luis Rodriguez Perez (FANUT - Campus Cuiabá)
Kássia Winny Silva (APG - Campus Cuiabá)
Léia de Souza Oliveira (SINTUF - Campus Cuiabá)
Leonardo Pinto de Almeida (IL - Campus Cuiabá)
Luís Antonio Bitante Fernandes (ICHS - Campus do Araguaia)
Mamadou Lamarana Bari (FE - Campus Cuiabá)
Marcos de Almeida Souza (FAVET - Campus Cuiabá)
Maria Corette Pasa (IB - Campus Cuiabá)
Monica Campos da Silva (FACC - Campus Cuiabá)
Neudson Johnson Martinho (FM - Campus Cuiabá)
Ozerina Victor de Oliveira (IE - Campus Cuiabá)
Priscila Stella Nogueira Munhoz (APG - Campus Cuiabá)
Rodolfo Sebastião Estupinan Allan (ICET - Campus Cuiabá)
Rodrigo Marcos de Jesus (ICHS - Campus Cuiabá)
Romildo Jerônimo Ramos (IF - Campus Cuiabá)
Saul Duarte Tibaldi (FD - Campus Cuiabá)
Teresinha Rodrigues Prada Soares (FCA - Campus Cuiabá)
Zenesio Finger (FENF - Campus Cuiabá)

CELIOMAR PORFÍRIO RAMOS

CORPOS QUE (NÃO) IMPORTAM:
o acesso e a permanência de travestis e de
mulheres e homens transgêneros na UFMT

Copyright © Celiomar Porfírio Ramos, 2025.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A EdUFMT segue o acordo ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.

A aceitação das alterações textuais e de normalização bibliográfica sugeridas pelo revisor é uma decisão do autor/organizador.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R175c Ramos, Celiomar Porfírio. Corpos que (não) importam: o acesso e a permanência de travestis e de mulheres e homens transgêneros na UFMT [recurso eletrônico] / Celiomar Porfírio Ramos. -- Cuiabá-MT: EdUFMT Digital, 2025. 145 p. ISBN 978-65-5588-173-8 1. Gênero - estudos. 2. Travestis. 3. Mulheres transgêneros. 4. Homens transgêneros. 5. Transfobia. 6. Teoria Queer. 7. Transfeminismo. I. Título. CDU 305

Ficha catalográfica elaborada por Douglas Rios (Bibliotecário – CRB1/1610)

Coordenação da EdUFMT: Osvaldo Rodrigues Junior

Supervisão Técnica: Flavia Abreu Pereira da Silva

Revisão Textual e Normalização: Mário Portolese Netto

Diagramação & Projeto Gráfico: Kenny Kendy Kawaguchi



Editora da Universidade Federal de Mato Grosso
Av. Fernando Corrêa da Costa, 2.367
Boa Esperança. CEP: 78.060 - 900 - Cuiabá, MT.
Contato: www.edufmt.com.br
Fone: (65) 3313-7155



PREFÁCIO

Início este prefácio citando o autor: “Acredita-se que a pesquisa de mestrado ‘Corpos que (nã)o importam: o acesso e a permanência de travestis e de mulheres e homens trans na UFMT’ inscreve-se naquelas que são necessárias. Isso se deve, entre outros elementos, por colocar no centro do debate quem foi (im)posto à margem – travestis, mulheres e homens transgêneros; por se propor a ouvir aquelas e aqueles que foram sistematicamente silenciados”. Dito isto, pela escrita de Celiomar, este prefácio já estaria por completo, isto é, uma pesquisa necessária!

O autor dessa obra é um desses pesquisadores sensíveis às causas que envolvem sujeitos que estão à margem da sociedade. Sua pesquisa trata de um tema caro para a Sociologia, pois envolve um debate que, nos últimos anos, vem sendo tratado como algo que fere “os bons costumes da sociedade”, produzir pesquisas que oportunizem ouvirmos vozes dissidentes e presentes.

Celiomar é egresso dos cursos de Licenciatura em Letras e Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo do Campus da UFMT/Araguaia. Posso dizer que ele é prata da casa. Não contente com duas graduações presenciais, ele se aventurou por mais outras duas – Pedagogia e Sociologia, na modalidade de ensino a distância. Nesse entre meio, ele partiu para cursos de especialização, do qual destaco o Curso de Especialização em Libras e Educação Inclusiva, o que demonstra a sua preocupação e sensibilidade em olhar o/a outro/a pela perspectiva que não seja sua. A ruptura com o pensamento etnocentrado é uma das características que ele nutre como pesquisador e como pessoa.

Entre os anos de 2014 e 2022, o autor deste livro concluiu seu primeiro mestrado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso, com o título: “Enveredando pela poesia

de resistência de Agostinho Neto: a palavra enquanto arma”. E, em seguida, o doutorado em Estudos Literários pela Universidade do Estado de Mato Grosso, cujo título é: “As múltiplas faces das mulheres negras: um olhar interseccional sobre as escrituras de Conceição Evaristo”.

Pelas “escrituras” de Celiomar, chegamos a esta obra, resultado de sua dissertação junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Mato Grosso, a qual eu tive o imenso prazer em orientar ou como sempre gosto de dizer: “eu apenas dialoguei com um colega de pesquisa”.

Esta obra, de que tenho o prazer de escrever este prefácio, justifica-se pelo seu caráter de denúncia das condições de corpos que (não) importam em suas entradas e permanências ao “sistema” de ensino superior de uma universidade federal em um Estado movido econômica e politicamente pelo agronegócio. Ela está estruturada em cinco capítulos. O autor nos apresenta, de forma didática, todo o processo de investigação que nos leva, para além de compreensão da realidade local – UFMT/Cuiabá, a ter parâmetros para uma análise mais ampliada de contextos outros em que corpos dissidentes não são inteligíveis como possíveis.

Nos três capítulos que seguem, o autor transita, com muita propriedade, por caminhos teóricos que sustentam seus argumentos. Os capítulos são construídos com uma leitura precisa das traduções teóricas, isto é, quando as teorias viajam para Sul e ganham uma outra perspectiva interpretativa, passando pela interseccionalidade e pela decolonialidade enquanto ferramentas metodológicas em disputada na encruzilhada acadêmica, entendido aqui como uma leitura necessária em abordar as teorias a partir do Sul Global, a relação *queer, quare*, sociologia e o transfeminismos. Além disso, apresenta-nos um aporte de referências importantes para pensarmos uma Sociologia a fim de articular clivagens identitárias, recorre-se às contribuições aportadas pelo pensamento interseccional e pelos estudos *quare*, projeto disciplinar intervencionista que amplifica os

marcos das dimensões prototípica, analítica e epistemológica, com o propósito de incorporar questões travestis e das mulheres trans.

Celiomar “não abafa o caso” e aponta a ferida aberta da universidade que retroalimenta a transfobia com o não pensar do ingresso e da permanência de travestis, mulheres e homens trans na UFMT. A necessidade de abordar um debate acerca da ausência de políticas públicas amplia a discussão voltada para o ingresso e a permanência de corpos que (não) importam.

Assim, convido a todes para a leitura desse livro, com a certeza de encontrarem um trabalho de pesquisa sociológico, fundamentado metodológica e teoricamente e, ao mesmo tempo, identificarão as fissuras abertas de uma instituição que carrega consigo marcas de preconceitos, discriminações e violências.

PROFESSOR DOUTOR LUIS ANTONIO BITANTE FERNANDES

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS	10
O PERCURSO DA PESQUISA	14
CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA <i>QUEER</i> E A SOCIOLOGIA	21
DE <i>QUEER</i> A QUARE UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO	33
REFLEXÕES SOBRE O TRANSFEMINISMO: UM MOVIMENTO DE TRAVESTIS E DE MULHERES E HOMENS TRANS	46
UFMT: REFLEXÕES SOBRE A TRANSFOBIA NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO	71
“Não aceitarei e não tolerarei ser desrespeitada...” as sujeitas e os sujeitos da pesquisa	71
Não vamos ABAFAR O CASO	81
CONSIDERAÇÕES (QUASE) FINAIS	123
REFERÊNCIAS	127
Sobre o Autor	145

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A feminista negra nigeriana Chimamanda Ngozi Adiche adverte acerca do *Perigo da História Única* (2009), primeiro em uma palestra proferida pela *TED: Ideas Worth Spreading*, posteriormente numa adaptação que foi publicada em livro (2019). Esta referência é trazida para a abertura deste livro, pois, no contexto brasileiro, a história, a arte, a literatura e a sociedade, de modo geral, foram erguidas e solidificadas a partir de uma história única: aquela construída sob a perspectiva de homens, brancos, cisgêneros heterossexuais e detentores do capital.

A pesquisa aqui apresentada, em certa medida, empenha-se em romper com a história única quando se propôs a ouvir outras vozes e, além disso, tornar audível uma parcela da sociedade que foi e, por vezes, é silenciada, em razão de não atender ao padrão imposto pelas seguintes estruturas: o racismo; o capitalismo e a ideologia cisheteropatriarcal branca cristã. Desse modo, estão no centro do debate as travestis e as mulheres e os homens transgêneros regularmente matriculados em cursos de graduação na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Cuiabá.

O objetivo da investigação foi compreender, a partir do ponto de vista dos participantes da pesquisa, em que medida os sistemas que organizam a sociedade têm colaborado para impedir o ingresso e a permanência de travestis e de mulheres e homens transgêneros nos cursos de graduação. A hipótese que sustentou o debate pauta-se na ideia de que os sistemas mencionados em diálogo com outros elementos que dão suporte a eles contribuem para manter à margem da sociedade travestis e mulheres e homens trans e, conseqüentemente, impedem que essas pessoas tenham acesso à educação formal.

Antes de analisar os dados coletados, por meio de entrevista semiestruturada com os sujeitos participantes da pesquisa, há uma discussão teórica. Isto posto, será apresentado a seguir como este livro está estruturado.

O primeiro capítulo é intitulado de “O percurso da pesquisa”. Nele apresenta-se a metodologia utilizada, informando aos leitores a motivação que guiou a pesquisa; o tipo de pesquisa; o método de coleta de dados; o *locus* da pesquisa; e, por fim, os sujeitos participantes.

O segundo capítulo tem como título “Considerações sobre a Teoria *queer* e a sociologia”. Neste capítulo, há discussões acerca do diálogo entre a Teoria *queer* e a sociologia. Contudo, ele não se limita a isso. Além de abordar esse aspecto, outros pontos importantes, neste contexto, são postos em debate, dentre eles: a passabilidade e o paradoxo que circunscreve o extermínio físico e simbólico de travestis e de mulheres e homens transgêneros; o Estado enquanto agente que contribui para aniquilação dessa parcela da sociedade; o suicídio das pessoas transgêneras; e, por fim, o papel das pessoas cisgêneras na luta contra o genocídio trans.

“De *queer* à *quare*: uma reflexão necessária no contexto brasileiro” é o título dado ao terceiro capítulo. Nele são realizadas algumas considerações sobre duas teorias: a *queer* e a *quare*. Inicia-se o debate abordando aspectos inerentes à primeira teoria e ao seu insucesso em incluir outros marcadores sociais da diferença para além da identidade de gênero. Adiante, é apresentado um breve panorama da teoria *quare*, que se empenha em adotar uma perspectiva interseccional ao estabelecer um diálogo entre a identidade de gênero e as questões raciais. Desse modo, apoiado na concepção de Audre Lorde (2019), a de que não existe hierarquia de opressão, reconhece-se a necessidade de que outros marcadores sociais da diferença devem ser levados em conta.

“Reflexões sobre o transfeminismo: um movimento de travestis e de mulheres e homens trans” é o título do quarto capítulo. Nele a discussão volta-se para o transfeminismo; o contexto de criação e propagação desse movimento, evidenciando a relevância do ciberativismo; a importância das travestis e mulheres transexuais no feminismo; as principais pautas do movimento; a concepção de que o transfeminismo é um movimento que acolhe as demandas

de travestis, mulheres trans e, além disso, aquelas inerentes às transmasculinidades; por fim, são apresentadas pesquisadoras travestis e mulheres trans e pesquisadores transmasculinos que têm se destacado na academia, muitas vezes, construindo estudos transcêntricos.

O último capítulo do livro recebe o título de “UFMT: reflexões sobre a transfobia no espaço universitário”. Ele é dividido em duas partes, sendo a primeira “Não aceitarei e não tolerarei ser desrespeitada...: as sujeitas e os sujeitos da pesquisa”, que tem como finalidade apresentar as pessoas que participaram da pesquisa. Na segunda parte, “Não vamos abafar o caso”, são apresentadas as análises das entrevistas gravadas em áudio. Neste momento, em especial, faz-se ouvir a voz das/dos sujeitas/sujeitos, apontando as dificuldades de permanecer no espaço acadêmico; as transfobias vivenciadas diariamente; a omissão da universidade que se converte numa espécie de transfobia ao não elaborar políticas públicas que se destinem a essa parcela da população e, além disso, são apontadas por tais pessoas algumas possibilidades de construção de uma universidade menos transfóbica.

No seminário de Pesquisas do Programa de Pós-graduação em Literatura (PPGEL), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), ocorrido em 2018, o professor Dr. Benjamin Abdala Junior disse: “há pesquisas importantes e outras que são necessárias”. Acredita-se que o livro *Corpos que (não) importam: o acesso e a permanência de travestis e de mulheres e homens trans na UFMT*, resultado de uma pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFMT, inscreve-se nas pesquisas que são necessárias. Isso se deve, entre outros elementos, por colocar no centro do debate aquelas e aqueles que foram (im)posto à margem – travestis e mulheres e homens transgêneros; por se propor a ouvir vozes que foram sistematicamente silenciados; por se empenhar em adotar uma lente interseccional e, desse modo, entender que não é coerente pensar a identidade de gênero sem considerar outros marcadores sociais;

por vislumbrar que, apesar dos inúmeros entraves, esse grupo tem se empenhado e ultrapassado os muros da marginalidade.

Há muito a ser dito sobre a temática. A forma mais coerente de discutir sobre as travestis e mulheres e homens transgêneros é ouvir esse grupo. Isso pode ocorrer de diferentes formas, uma delas é ter como aporte epistemologias transcêntricas, e outra é adotar uma perspectiva em que coloque tal grupo como sujeito de pesquisa. Esse é o caminho que buscou-se trilhar neste livro.

O PERCURSO DA PESQUISA

Antes de apresentar, propriamente, a metodologia utilizada na pesquisa que resultou neste livro, faz-se necessário evidenciar alguns pontos que a norteou. Salienta-se que, embora no positivismo há, segundo Dilys Karen Rees em *Considerações sobre a Pesquisa Qualitativa*, “uma tentativa de eliminar a subjetividade ao controlar as variáveis do estudo” (Rees, 2008, p. 256), esse não será o posicionamento que se adotou aqui, pois acredita-se que os pré-conceitos norteiam a escolha do tema e, portanto, são decisivos na construção de um estudo.

Isto posto, pode-se compreender que há fatores para além de uma escolha “aleatória” que influenciaram investigar o ingresso, a permanência e a evasão/“expulsão” das travestis ou mulheres e homens transgêneros do sistema educacional, dando ênfase ao nível superior, tendo como *locus* de pesquisa a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Cuiabá.

Considerando o exposto, faz-se necessário apresentar, ainda que sumariamente, alguns fatores que contribuíram para que o autor dessa obra realizasse a pesquisa que aqui se apresenta. Ele é um servidor técnico-administrativo na UFMT, que está lotado na Pró-reitoria de Assistência Estudantil (PRAE). Por um período, em meados de 2017, foi designado para responder pela Gerência de Acompanhamento Acadêmico, vinculada à Coordenação de Políticas Acadêmicas. Tal gerência tem como competência: “propor, implementar e monitorar as ações de acompanhamento dos estudantes da UFMT, prioritariamente estudantes vinculados aos programas da PRAE, contribuindo para a permanência, formação acadêmica de qualidade e conclusão” (PRAE, 2021, p. 14).

Neste processo de acompanhamento, há, conforme apontado nas normativas, um monitoramento dos discentes, especialmente aquela(s)/aquele(s) que têm vulnerabilidade socioeconômica

comprovada, por isso, assistidos com os auxílios ofertados pela PRAE. Tais auxílios têm como base legal o Decreto Nº. 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, com o objetivo de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, sendo eles: o Programa de Alimentação (Isenção no Restaurante Universitário – acesso integralmente subsidiado ao RU a todos estudantes com renda per capita de até um salário mínimo e meio); Programa de Moradia, que inclui o auxílio Moradia em pecúnia no valor de R\$700,00 ou Casa Estudantil Universitária (CEU); e o Auxílio Permanência no valor de R\$700,00.

Dois pontos ocupam destaque no processo de monitoramento: o rendimento acadêmico e a ausência de reprovação por falta. Eles são verificados, em especial, no final de cada semestre, período em que ocorre a renovação de vínculo com o Programa de Assistência Estudantil. À época, para a manutenção dos auxílios, as normativas previam que as alunas e os alunos deveriam ter o aproveitamento de, no mínimo, 70% e ausência de reprovação por falta.

As pessoas que não se encaixavam neste perfil eram convidadas para entrevistas, com o intuito de que a Gerência compreendesse a motivação ou as motivações que culminaram em tal situação. Neste processo, foram identificadas algumas pessoas transgêneras que tiveram baixo rendimento acadêmico e outras com reprovação por falta. Elas relataram dificuldades de atingir, naquele contexto, o rendimento mínimo e, além disso, as que tinham reprovação por falta apresentaram justificativas. Hoje, após um olhar mais atento, percebe-se que tais relatos evidenciam o preconceito, a discriminação e a transfobia na academia, pois a Universidade ainda é lida como um espaço que não cabe àquelas/àqueles que não se encaixam nos moldes impostos socio-historicamente.

A credibilidade dessa afirmação é reforçada pelas reflexões de Megg Rayara Gomes de Oliveira em seu texto *A cobraia agora é você! Cisgeneridade branca, como conceito e categoria de análise, nos*

estudos produzidos por travestis e mulheres transexuais (2023). Neste trabalho, a autora discute como o silêncio atua para consolidar o homem branco cisgênero heterossexual como norma de humanidade, ao mesmo tempo que trabalha como uma força motriz que nega a existência plena de travestis e mulheres transexuais, racializadas ou não, no ambiente universitário. O silêncio, então, corrobora a invisibilização dessa parcela e, além disso, a inviabilidade do ingresso e a permanência em tal espaço.

Na universidade prevalece a presença de pessoas cisgêneras. Isso é evidente. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) (2018), por exemplo, apontou que há, em média, 1,2 milhões de universitários, desses apenas 3.379 são transgêneros. Isso representa cerca de 0,2%.

O contato direto com algumas travestis, mulheres e homens trans na universidade foi decisivo para despertar o interesse em realizar uma pesquisa relacionada a essa parcela da sociedade acadêmica, a fim de identificar, com o auxílio da Coordenação de Administração Escolar (CAE) da UFMT, as pessoas que se autodeclaram como travestis, mulheres e homens transgêneros regularmente matriculados na instituição, Campus Cuiabá, além disso, oportunizar que elas falem de suas vivências, englobando aspectos que tratem, desde o ingresso no ensino superior, a receptividade da universidade e/ou a falta dela, as políticas de ações afirmativas institucionais que corroboram a permanência no ensino superior e/ou a ausência de tais ações e, também, as principais dificuldades de permanência neste espaço. Tudo isso foi feito a partir da teoria *quare*, ou seja, considerando a identidade de gênero de tais sujeitos, mas não limitando a olhar esse aspecto.

Registrar o “lugar de fala” do autor dessa obra, para utilizar uma concepção discutida pela filósofa negra brasileira Djamila Ribeiro, em seu livro *O que é Lugar de Fala* (2017), é um fator relevante. Ele é um homem gay cisgênero e branco. Seu objetivo como pesquisador não é “dar voz” à comunidade transgênera, mas

assumir um tom respeitoso e ouvir o que essa parcela da sociedade, no espaço acadêmico, tem a dizer.

A bailarina, diretora e pesquisadora Shirlene Paixão, ao falar sobre a peça teatral *Cidadela* (2019), que traz como mote questões relacionadas ao gênero, dando ênfase ao papel da mulher negra na sociedade, portanto, abordando sobre uma parcela das majorias minorizadas, adverte-nos: **“é importante se dar conta de que não se trata de dar voz, mas ouvir as vozes que já existem**. O silenciamento, na verdade, não é desse corpo preto, mas dessa escuta, que, na maioria das vezes, é branca” (Paixão, 2019, *online* – grifos nossos). Ainda que a pesquisadora destine sua fala às experiências vividas pelas mulheres negras, tais apontamentos podem se estender a outros grupos minorizados como, por exemplo, às pessoas transgêneras. Desse modo, a escuta não se restringe à branquitude, como salientou Paixão, mas àqueles que pertencem à “norma natural” instituído socio-historicamente, ou seja, ao “[...] homem [cis] branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão” (Louro, 2011, p. 65).

Com esta obra, busca-se ouvir e amplificar as vozes de travestis, mulheres e homens transgêneros existentes, mas que são sistematicamente silenciadas pelos sistemas que organizam a sociedade. Segundo os dados fornecidos pela CAE, há, regularmente matriculados em cursos de graduação presencial na UFMT, Campus Cuiabá, vinte alunas e alunos que se autodeclararam como travestis, mulheres e homens transgênero. Desse montante, foram selecionados sete estudantes para participar da pesquisa. O critério utilizado para seleção foi: (1) estar regularmente matriculada/matriculado; (2) ter maior idade; (3) concordar em participar da pesquisa. Ademais, vale registrar que se buscou equidade no que diz respeito às identidades femininas e masculinas.

Embora o foco tenha sido pesquisar apenas o Campus de Cuiabá, o levantamento contemplou os demais *Campi* da Universidade Federal de Mato Grosso: Araguaia, Sinop e Várzea Grande. De acordo

com os dados fornecidos, estão matriculados em todos os *Campi* vinte e sete pessoas que se autodeclararam como travesti, mulher ou homem transgênero. Há em Cuiabá **vinte alunos**; no Campus do Araguaia **três alunos**; Campus de Sinop **três alunos**; e no Campus de Várzea Grande **uma aluna**. Os dados em questão são referentes à graduação presencial. Adverte-se que tais dados podem ser subnotificados, pois o processo de autorreconhecimento de uma pessoa como transgênera, muitas vezes, ocorre após o ingresso no ensino superior e, em muitas situações, demora a ser formalizado junto à instituição.

A pesquisa que resultou neste livro, *Corpos que (não) Importam: o acesso e a permanência de travestis e de mulheres e homens trans na UFMT*, é de cunho predominantemente qualitativo, tendo em vista que essa abordagem se propõe a estudar, segundo Arilda Schmidt Godoy (1995), entre outros aspectos, os fenômenos que dizem respeito aos seres humanos e suas relações sociais em diversos contextos, com o intuito de compreender os sujeitos estudados a partir de suas perspectivas.

Grazielle Roberta Freitas Silva *et al.* (2006), ao tratar sobre a pesquisa qualitativa, apresenta algumas características inerentes à abordagem:

Há imersão do pesquisador nas circunstâncias e no contexto da pesquisa, o reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas; os resultados como fruto de um trabalho coletivo resultante da dinâmica entre pesquisador e pesquisado; a aceitação de todos os fenômenos como igualmente importantes e preciosos: a constância e a ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio, as revelações e os ocultamentos, a continuidade e a ruptura, o significado manifesto e o que permanece oculto (Silva *et al.*, 2006, p. 247).

Frente ao exposto, acredita-se que a abordagem que melhor se encaixou para a realização da pesquisa foi a qualitativa, uma vez que permite reconhecer os atores sociais como sujeitos da pesquisa, ou seja, como os indivíduos que produzem conhecimentos e práticas. Se o objetivo é ouvir vozes existentes, muitas vezes silenciadas, adotar tal postura é essencial.

Em se tratando da técnica de coleta de dados, a utilizada foi a entrevista gravada em áudio. Isso por acreditar que, além de contribuir com “um trabalho coletivo resultante da dinâmica entre pesquisador e pesquisado” (Silva *et al.*, 2006, p. 247), ela possibilitaria, de forma mais efetiva, registrar com maior riqueza de detalhes o que foi informado pelos sujeitos da pesquisa.

José Eduardo Manzini, ao tratar sobre pesquisas que envolvem entrevistas em seu livro *Entrevista: definição e classificação* (2004), afirma que há três tipos de entrevistas: (1) a estruturada; (2) a semiestruturada; (3) a não-estruturada. A primeira é constituída por perguntas fechadas, não havendo, portanto, flexibilidade. Na segunda há certa plasticidade, ainda que ela seja composta por um roteiro prévio de perguntas abertas. Na entrevista não-estruturada, o pesquisador tem maior liberdade no que diz respeito à formulação das questões.

Foi utilizada a pesquisa semiestruturada, em consonância com Renata Aparecida Belei *et al.* (2008) nos apontamentos feitos no texto “O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa”, quando afirmam que tal pesquisa “permite uma organização flexível e ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado” (Belei *et al.*, 2008, p. 189).

Isto posto, após a realização das entrevistas gravadas em áudio, que ocorreram individualmente com cada sujeito da pesquisa, foram transcritos os áudios e, por fim, foi analisada a fala de cada sujeito, estabelecendo diálogo com a teoria lida.

Destaca-se a importância deste livro por trazer para o centro do debate as travestis e as mulheres e os homens transgêneros

que estiveram e, por vezes, ainda são (im)postos à margem, num movimento de “ouvir as vozes que já existem”, mas que são silenciadas. Ele representa uma discussão inicial para aquelas e aqueles que se interessam pelas vivências transgêneras, posicionando-se, assim, como aliado à luta das pessoas trans e ao transfeminismo, ao compreender, como nos ensinou o poeta nordestino João Cabral de Melo Neto (2008, p. 374), em seu poema “tecer um amanhã”, que diz:

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.

De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo [...]

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA *QUEER* E A SOCIOLOGIA

Richard Miskolci, em *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização* (2009), realiza algumas reflexões pertinentes que servem de base para estabelecer considerações entre a sociologia e a Teoria *queer*, apontando que há um diálogo marcado por estranhamento e afinidade. Nos termos do autor

O diálogo entre a Teoria *Queer* e a Sociologia foi marcado pelo estranhamento, mas também pela afinidade na compreensão da sexualidade como construção social e histórica. O estranhamento *queer* com relação à teoria social derivava do fato de que, ao menos até a década de 1990, as ciências sociais tratavam a ordem social como sinônimo de heterossexualidade. O pressuposto heterossexista do pensamento sociológico era patente até nas investigações sobre sexualidades não-hegemônicas. A despeito de suas boas intenções, os estudos sobre minorias terminavam por manter e naturalizar a norma heterossexual (Miskolci, 2009, p. 151).

As ponderações de Miskolci direcionam a pensar elementos importantes para a Teoria *queer* e a sua relação com a sociologia, dentre eles, talvez, o que mais se destaque é o caráter heteronormativo¹ das

¹ Richard Miskolci (2009) traz as seguintes considerações acerca da heteronormatividade: “A heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade (Chambers, 2003; Cohen, 2005, *apud* Miskolci, 2009, p. 24). Muito mais do que a percepção de que a heterossexualidade é compulsória, a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu

ciências sociais, que naturalizou e, por vezes, ainda insiste em adotar tal perspectiva, sobretudo, pautando-se na heteronormatividade cisgênera, desse modo, ignorando os gêneros dissidentes.

Neste sentido, se a sexualidade era compreendida somente a partir da norma heterossexual, a questão da identidade de gênero não era contemplada como uma pauta digna de ser debatida. Ao contrário, era ignorada, levada ao ostracismo. Quando trazida à tona o que acontecia, de modo geral, era centrar o foco em sexualidades não hegemônicas². Contudo, conforme apontou Miskolci (2009), o resultado era sempre o mesmo: a manutenção e a naturalização da norma vigente.

Isto posto, a Teoria *Queer* se pauta, entre outros aspectos, no compromisso de identificar e apontar as fraturas existentes nos sujeitos, reconhecendo o caráter provisório assumido por eles. A característica em questão é resultado da base estrutural da Teoria *queer*: o pós-estruturalismo. Com isso, dentre seus objetivos, destaca-se, em especial, o fato de indicar que a concepção hegemônica traz consigo armadilhas ao criar as identidades e as hierarquias de subordinações na sociedade (Miskolci, 2009).

Judith Butler, uma das estudiosas com maior destaque sobre a Teoria *queer*, em sua obra *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade* (2018), a fim de romper com a concepção essencialista acerca do gênero que ainda vigora socialmente, reconhece que há duas vertentes que precisam ser consideradas quando abordamos tal temática: (1) aos “gêneros inteligíveis”, fazendo referência àqueles que têm certa “coerência” no que diz respeito a gênero, sexo e sexualidade; (2) certas identidades de gênero que, por não estarem

objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade” (Miskolci, 2009, p. 156-157).

2 Quando se aponta tal elemento, a finalidade é ressaltar que a discussão se pautava especialmente na questão da sexualidade. A identidade de gênero não era muito debatida.

em conformidade com as normas da inteligibilidade cultural, são lidas socialmente como “[...] meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas” (Butler, 2003, p. 34).

Frente ao exposto, é possível vislumbrar que Butler apresenta um mundo bipartido, habitado por aqueles que atendem as normas de gênero e os que as transgridem. Ressalta-se, no entanto, que essa coabitação não ocorre de forma harmoniosa, posto que aqueles que rompem as normas da heteronormatividade cisgênera, sobretudo as pessoas transgêneras, em razão de serem considerados meras falhas, não são compreendidas socialmente como cidadãs, no sentido estrito do termo, conseqüentemente, são privadas de gozar de direitos fundamentais, tais como saúde, educação, trabalho entre outros.

Tal ação é resultado da concepção de que as pessoas que não se encaixam aos gêneros inteligíveis são compreendidas como abjetos. Judith Butler, em *Corpos que Não Importam: os limites discursivos do “sexo”* (2019), apresenta reflexões sobre o termo, assegurando que os abjetos são “[...] aqueles que ainda não são ‘sujeitos’ [...] O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘não-vivíveis’ e ‘inabitáveis’ da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito” (Butler, 2019, p. 18). Tal percepção corrobora a ideia de que pessoas que possuem “falhas” do desenvolvimento não são cidadãs em sua completude.

Isso ocorre sobremaneira com as travestis e pessoas transgêneras, especialmente aquelas e aqueles que estão em processo de transição de gênero e/ou as que não possuem passabilidade³, ainda que afete as demais pessoas *queer*. Consoante ao exposto, Lucas Lima Podestà, em *Ensaio sobre o Conceito de Transfobia* (2019), pondera que “o exercício de sua cidadania é sistematicamente obstruído, permanecendo sujeitas ao ciclo de estigmatização, pobreza e falta

3 Sara Gomes de Lucena, em seu texto *Análise da Passabilidade como Mecanismo de Proteção as Experiências Trans* (2018), realiza considerações acerca do termo “passabilidade”.

de educação formal e saúde, frequentemente forçadas a trabalhar em subempregos ou na prostituição” (Podestà, 2019, p. 364).

Neste contexto, a passabilidade se torna um termo muito caro. Isto posto, é preciso compreendê-lo com maior acuidade. Guilherme Almeida, em seu texto *‘Homens trans’: novos matizes na aquarela das masculinidades?* (2012), afirma que, na literatura internacional, *passing transgender* é utilizado para referir-se à aptidão de uma pessoa em ser reconhecida a um gênero distinto daquele que lhe foi conferido ao nascer.

Consoante ao exposto, a pesquisadora Sara Gomes de Lucena, ao tratar sobre o termo, em seu texto *Análise da Passabilidade como Mecanismo de Proteção as Experiências Trans* (2018), traz considerações afirmando que a passabilidade diz respeito a uma leitura social sobre uma pessoa transgênera que pode ser percebida como cisgênera. Nos termos da autora:

A passabilidade traduz como uma pessoa transgênera pode ser lida como pessoa não-trans em sua forma física, roupa, estilo de falar, gesticular e reproduzir de acordo com os atuais estereótipos de gênero em nosso universo ocidental. “Passar” é o mesmo que ser reconhecido na vida cotidiana como alguém que está de acordo com as normas de gênero (Lucena, 2018, p. 156).

A passabilidade se torna, então, um “passaporte” para acessar os privilégios da cisheretonnormatividade: a cidadania. Tal assertiva pode, inclusive, parecer uma hipérbole. No entanto, uma pessoa trans, lida socialmente como cisgênera, tem acesso a espaços e direitos básicos que são, frequentemente, negados àquelas compreendidas como fora da norma. Ainda que seja permitido determinado acesso às pessoas que têm passabilidade, não se deve ser ingênuo em acreditar que elas gozam plenamente de tais direitos. Há, na realidade, uma constante:

ora acesso, ora obliteração. A obliteração ocorre, sobretudo, quando a sociedade “descobre” a identidade de gênero.

Não se pretende, neste contexto, defender ou condenar a passabilidade, visto que, em muitos casos, demarcar o lugar ocupado, transgredindo as normas cisgêneras, torna-se um ato político. Contudo, é preciso reconhecer, com base em Lucena (2018), que, geralmente, a passabilidade é, para as pessoas que destoam da norma, uma forma de proteção, pois “entende-se que as pessoas trans com passabilidade estão menos expostas à violência física e simbólica porque não são reconhecidas como papéis de gênero desviantes” (Lucena, 2018, p. 156).

Os pesquisadores Rayssa Karla Dourado Porto, Marcos Aurélio da Silva, Sílvia Angela Gugelmin, em *Narrativas de Passabilidade e a Segurança para Transitar: transmasculinidades e saúde* (2021), discutem acerca das “narrativas de homens trans sobre passabilidade para pensar os sentidos desta e a relação que eles tecem com a segurança para transitar nas ruas de cidades como Cuiabá, capital de Mato Grosso” (p. 219). O texto mencionado se torna relevante à pesquisa em virtude de alguns aspectos, dentre eles o fato de discutir (1) acerca da passabilidade; (2) dos sujeitos da pesquisa, homens trans; (3) do contexto de realização da pesquisa.

O texto em questão possibilita o resgate à constante mencionada: ora acesso, ora obliteração. Reiterar esse posicionamento faz-se necessário, a fim de sinalizar que a passabilidade não garante, em momento algum, segurança plena às pessoas “destoantes da norma”, ainda que reduza a exposição às violências. É necessário apontar a motivação de usarmos o termo “violências”, no plural. Para isso, será utilizada a discussão proposta por Irme Salete Bonamigo, em seu texto *Violências e Contemporaneidade* (2008), que assegura “a categoria violência comporta múltiplos significados na contemporaneidade. Portanto, não podemos utilizar o termo no singular” (Bonamigo, 2008, p. 205). Acrescido ao exposto, a autora cita Michel Misse, o qual ressalta que “[...] não existe violência, mas violências, múltiplas,

plurais, em diferentes graus de visibilidade, de abstração e de definição de suas alteridades” (Messi, 1999, p. 38 *apud* Bonamigo, 2008, p. 205). Os pressupostos apresentados por Bonamigo, em diálogo com Messi, direcionam à compreensão de que é inviável pensar exclusivamente em uma única forma de violência, visto que uma inevitavelmente evocará outras.

Ademais, quando é refletido com maior acuidade sobre o termo “passabilidade” e seu significado, é possível compreender o paradoxo intrínseco que o constitui. Uma parcela de pessoas trans buscam o reconhecimento da existência e visibilidade, outra parte ambiciona a passabilidade “[...] para que desfrutem de uma invisibilidade que torne sua circulação pelos ambientes urbanos menos sujeita às violências físicas e simbólicas” (Porto; da Silva; Gugelmin, 2021, p. 219).

Esse paradoxo está ligado diretamente à necessidade de sobrevivência das pessoas trans, num contexto em que impera a ordem instituída pela sociedade cis-heteropatriarcal branca cristã. Não se pode esquecer que tal sociedade se consolida num processo contínuo de extermínio daqueles que fogem à regra. O termo extermínio, neste contexto, não se reduz à definição de sinônimo de aniquilamento, mas enquanto exclusão dos ambientes que são lidos socialmente como espaços “destinados” às pessoas ditas “normais”, ou seja, aquelas que mantêm certa “coerência” no *continuum* sexo, gênero, prática sexual e desejo.

O extermínio simbólico e o físico se complementam e, muitas vezes, não há uma cisão entre eles. Desta forma, torna-se necessário expor o significado de cada um desses termos e, posteriormente, refletir sobre o impacto causados na vida da população trans.

A concepção de extermínio simbólico da população trans dialoga diretamente com a ideia de que a morte das pessoas trans inicia-se, metaforicamente, antes da morte física. Sendo assim, vincula-se à concepção de abjeção de Judith Butler (2019), à medida que essa parcela não é lida pela sociedade e pelo Estado como cidadã.

Portanto, não há acesso ou há acesso limitado à educação, à saúde, ao trabalho e outros direitos básicos inerentes aos cidadãos.

Com isso, infere-se que há um “projeto” em prol da manutenção do patriarcado e dos demais sistemas que afetam diretamente as pessoas que não se encaixam aos padrões. Essa assertiva se sustenta ao se deparar, por exemplo, com pesquisas apontando o alto índice de “expulsão” das pessoas trans das escolas, cerca de 82%, segundo Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2020); tal exclusão, resultado da transfobia, resulta em dificuldades de acesso a empregos formais; outro elemento é a falta de acesso e/ou o acesso precário à saúde⁴.

Desse modo, percebem-se ações que corroboram o extermínio simbólico da população trans por parte da sociedade, que age de forma transfóbica e violenta, excluindo as pessoas desviantes das normas dos espaços sociais.

Há outro agente importante e decisivo neste processo: o Estado. Sua contribuição para o extermínio simbólico é expressiva, agindo ativa e, em alguns momentos, passivamente. De forma ativa, quando não combate as múltiplas opressões vivenciadas por essa parcela da população, não criando políticas públicas efetivas que contribuam para o acesso, com qualidade e de forma efetiva, à saúde, à educação, ao emprego e à cultura. No que diz respeito à

⁴ Numa revisão sistemática acerca do tema, os pesquisadores Pablo Cardozo Rocon, Kallen Dettmann Wandekoken, Maria Elizabeth Barros de Barros, Marco José Oliveira Duarte e Francis Sodré no texto *Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa* (2019), os autores elencam treze categorias identificadas na pesquisa acerca dos desafios no acesso à saúde da população trans no Brasil, sendo elas: (1) Discriminação nos serviços e equipamentos de saúde/ Sentidos para a transexualidade; (2) Patologização da transexualidade; (3) Acolhimento inadequado; (4) Exigência de cirurgia para troca de nome e sexo em documentos; (5) Falta de qualificação dos profissionais; (6) Ausência de política de atenção básica/ Rede de saúde inexistente; (7) Escassez de recursos; (8) Ausência de reconhecimento identitário nas políticas públicas; (9) Entraves nas relações entre governos estaduais, municipais e federais; (10) Ausência de atenção multiprofissional; (11) Homogeneização discursiva; (12) Foco na tecnologia dura e levedura; (13) Falta de acesso à hormonização.

passividade do Estado, entende-se que ela ocorre quando ele é omissivo diante das violências sofridas pelas pessoas trans.

O Estado enquanto agente que contribui e, muitas vezes, valida o extermínio das pessoas trans não só dialoga com a ideia de abjeção de tais corpos, mas remete à concepção de necropolítica, discutida pelo intelectual camaronês Achille Mbembe (2016). Tal termo faz referência à política de morte instituída, sobretudo, pelo Estado, no qual “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais” (Mbembe, 2016, p. 123).

Quando o Estado, de forma ativa ou passiva, coopera para o extermínio simbólico, ele está gerindo, como pontuou Achille Mbembe, quem vive e quem deve morrer, inclusive simbolicamente. Isto posto, a morte enquanto elemento de gestão, segundo Valéria Lima Bontempo (2020),

[...] foi apropriada pelo poder político, o qual não se limita apenas em indicar medidas sobre como a vida deve ser gerida, mas também apontar como devemos morrer e quem deve morrer. E mais: em certos territórios, os indivíduos vivem a partir de níveis tão mínimos de sobrevivência que a distinção entre vida e morte é muito sutil. Assim, o risco da morte torna-se presente o tempo todo. E essa é marca central da necropolítica (Bontempo, 2020, p. 559).

A quase inexistência de políticas públicas voltadas à população trans, a falta de acesso à saúde, à educação, à cultura, por fim, aos direitos básicos do cidadão é, sem dúvidas, marca da necropolítica. O Estado, neste sentido, ao gerir a quase vida das pessoas trans, contribui para que elas tenham uma baixa expectativa de vida.

A concepção de extermínio simbólico das pessoas trans ganha maior sentido e, também, sustentação quando se estabelece

conexão com o excerto mencionado, especialmente quando Valéria Lima Bontempo assegura que as vítimas da necropolítica “vivem a partir de níveis tão mínimos de sobrevivência que a distinção entre vida e morte é muito sutil. Assim, o risco da morte torna-se presente o tempo todo” (Bontempo, 2020, p. 559).

O fragmento em questão permite justificar a assunção da segmentação proposta – extermínio simbólico e extermínio físico. Num ato de complementariedade, os extermínios direcionam à reflexão de que a “distinção entre vida e morte é muito sutil”, pois as pessoas trans são mortas simbolicamente a cada ação de transfobia instaurada pela sociedade e pelo Estado. Contudo, essas violências não se limitam ao simbólico, por isso faz-se necessário pensar sobre o que se denomina de extermínio físico das pessoas trans, que faz referência ao genocídio dessa parcela da sociedade.

Para aprofundar na discussão acerca do extermínio físico das pessoas trans, é preciso acessar, a priori, os dados. Dessa forma, obtêm-se elementos para discutir com maior propriedade a temática. No Brasil uma das instituições que tem se dedicado a sistematizar os dados anualmente sobre as violências que essa parcela da sociedade sofre é a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Desde 2017, a ANTRA elabora um dossiê intitulado *Dossiê dos Assassinatos e Violência de Pessoas Trans*.

Nele são expostos dados alarmantes que informam que o Brasil lidera o *ranking* de assassinato de pessoas trans pelo 14º ano consecutivo. Em 2022, registraram-se “pelo menos 131 assassinatos de pessoas trans, sendo 130 travestis e mulheres transexuais e 1 homem trans/pessoa transmasculina” (Benevides, 2023, p. 26). O Dossiê apresenta, ainda, elementos que caracterizam a incoerência que marca o país de “cidadãos de bem”: o mesmo país que mais mata pessoas trans é aquele que mais consome pornografia trans:

Chama atenção o país figurar novamente como o que mais consome pornografia trans nas plataformas digitais de conteúdo adulto

no mesmo momento em que o Brasil figura como o país que mais assassinou pessoas trans pelo 14º ano consecutivo. Houve ainda 142 violações de direitos humanos e os casos de impedimento de uso do banheiro foram os que mais tiveram destaque nessa edição (Benevides, 2023, p. 06).

Diante do exposto que evidencia a incoerência, pode-se inferir que a não aceitação do desejo por tais corpos, num contexto em que impera a transfobia, aliada aos modernos aparatos coloniais, resulta na infelicidade de permanecer no *ranking* por tanto tempo.

Usar os termos “genocídio”, “extermínio” e “aniquilação” para referir às violências perpetradas contra as pessoas trans não é, de forma alguma, uma hipérbole. Eles se justificam, por exemplo, ao se considerar o *ranking* mencionado; com a baixa expectativa de vida desse grupo, que é de apenas 35 anos (ANTRA, 2023), enquanto a da população cisgênera, de modo geral, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é de 77 anos (IBGE, 2022).

O último dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), publicado em janeiro de 2023, com dados referentes a 2022, sob responsabilidade da pesquisadora Bruna G. Benevides, informa que “em 2022, tivemos pelo menos 151 pessoas trans mortas, sendo 131 casos de assassinatos e 20 pessoas trans suicidadas” (Benevides, 2023, p. 06). É imprescindível discutir outro ponto relevante destacado pelo relatório, o suicídio das pessoas trans, sobretudo, ao se considerar a seguinte afirmação de Hiago Veras Gomes *et al.*, em *Suicídio e População Trans: uma revisão de escopo* (2022), “nas últimas décadas, o aumento do suicídio entre a população trans é considerado um fenômeno histórico-cultural que vem crescendo em todo o mundo” (Gomes *et al.*, 2022, p. 2).

Essa ação é resultado, sobretudo, da transfobia que adoce tais pessoas e, em alguns casos, as leva à morte. Ainda que o tema seja um tabu, é preciso trazê-lo à tona a fim de desmitificar afirmações

que atribuem à condição de travestilidade ou transexualidade em si, como elemento motivador que levam à ideação suicida está a depressão, a ansiedade e/ou outras questões de saúde mental.

Corroborando a necessidade de desmistificação mencionada, em uma campanha, a ANTRA (2023) estampou a seguinte frase “as pessoas trans não se suicidam porque são trans. Elas se suicidam porque o resto da sociedade não as tratam como se fossem pessoas”. Desse modo, pode-se compreender que a abjeção das pessoas trans resulta no extermínio simbólico e, por conseguinte, no físico. Ser suicidada, como sugere Benevides (2023), não é uma escolha. As travestis e pessoas trans, de forma sistemática, são direcionadas, muitas vezes sem escolha, a realizar tal ação. Elas são motivadas por não encontrar acolhida no mundo construído e sustentado sob a égide da cisgeneridade.

Diante do exposto, retomam-se os dois termos propostos ao longo dessa seção – o extermínio simbólico e o extermínio físico das pessoas trans. Num primeiro momento, pode-se pensar em autoextermínio, posto que o suicídio pode ser definido, segundo o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (2020, *online*), como “um ato deliberado executado pelo próprio indivíduo, cuja intenção seja a morte, de forma consciente e intencional, mesmo que ambivalente, usando um meio que ele acredita ser letal”. Contudo, quando Hiago Veras Gomes *et al.* (2022) informa as motivações que levam tal população ao suicídio, reafirma a compreensão que a decisão desse grupo é direcionada pela sociedade.

Os resultados evidenciaram que o suicídio entre a população trans relaciona-se a estressores sociais ligados à **discriminação, preconceito, pouca aceitação familiar, escassas oportunidades de trabalho, sendo os principais fatores explicativos**. Assim como, denota-se que depressão e abuso de substâncias possuem correlação com o comportamento

suicida e o suicídio (Gomes *et al.*, 2022, p. 2, grifos nossos).

A exaustão física e psicológica causadas por fatores sociais que podem levar pessoas trans ao suicídio, de acordo com o exposto, estão diretamente ligadas “à discriminação, preconceito, pouca aceitação familiar, escassas oportunidades de trabalho, sendo os principais fatores explicativos”, ou seja, a discriminação e a transfobia arraigadas nas ações da sociedade. Isto posto, não é de forma descompromissada que se utilizam “fatores sociais que *podem levar* pessoas trans ao suicídio” (Gomes *et al.*, 2022, p. 2). Trata-se de evidenciar, de forma contundente, que o suicídio para as pessoas trans não é um ato sumariamente arbitrário como pressupõe o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios ao definir o termo. A ação da pessoa trans é, na realidade, resultado do projeto arquitetado socio-historicamente, de extermínio dos corpos dissidentes da norma.

Trazer tal discussão à luz é urgente e necessário, independentemente do foco da pesquisa, pois o tema é transversal. Ao propor tal debate não se pretende registrar os dados, mas ir além e, em certa medida, manifestar a necessidade de um posicionamento com o objetivo de denunciar e, por conseguinte, combater as violências perpetradas contra as pessoas trans e o projeto de extermínio.

As pessoas cisgêneras ocupam papel importante como aliadas na luta contra o extermínio das pessoas trans. A professora e pesquisadora Letícia Carolina Nascimento, autora de um dos livros da *Coleção Feminismo Plurais intitulado Transfeminismo* (2021), corrobora o exposto ao afirmar que “uma pessoa cis, além de ajudar na luta contra a transfobia, ainda pode facilitar a vivência de pessoas transgêneras”.

Há, sem dúvidas, diversas formas para combater o extermínio da população trans. Um deles é por via da reeducação da sociedade, a fim de desestruturar os sistemas que contribuem para a abjeção das pessoas trans e o outro é o acesso desse grupo à educação formal.

DE QUEER A QUARE: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Considerando que a Teoria *queer* foi abordada de forma sumária anteriormente, torna-se necessário debater com maior acuidade sobre ela, estabelecendo certa crítica, dadas as suas limitações, com base em algumas premissas apresentadas por estudiosos da teoria *quare*.

Evidencia-se que não há a pretensão de estabelecer um apanhado histórico sobre a Teoria *queer*, mas trazer para este debate algumas reflexões acerca do termo e, além disso, elementos que o torna importante para se pensar os protagonistas deste estudo: as travestis, mulheres e homens trans.

O termo *queer*, segundo Vladimir Safatle (2015), a partir dos anos de 1980 foi ressignificado pela comunidade LGBT, à época. Posto que seu sentido original era, até então, vinculado ao bizarro, ao estranho, portanto, utilizado a fim de insultar lésbicas, gays, bixessuais e pessoas transgêneras. Contudo, com a ressignificação, o termo *queer* passa a “ter uma carga de contestação colectiva” (Oliveira & Nogueira, 2009, p. 10), tornando-se conhecido como “Teoria *queer*”.

O termo em questão foi utilizado com contornos teóricos, inicialmente, pela feminista italiana Teresa de Lauretis numa conferência realizada na Universidade da Califórnia, em 1990. Nesta ocasião Lauretis, segundo David M. Halperin em *The Normalization of Queer Theory*, “teve a coragem e a convicção de combinar aquele termo obscuro [*queer*] com a sagrada palavra acadêmica, ‘teoria’” (Halperin, 2019, p. 339-340, tradução nossa). Diante disso, pode-se compreender que a Teoria *queer* adentra aos espaços acadêmicos como uma nova epistemologia, onde era e, por vezes ainda é, palco de conhecimentos pautados na heteronormatividade cisgênera branca.

Consoante ao exposto, a pesquisadora Kris Herik de Oliveira, ao tratar sobre a Teoria *queer*, a partir de três perspectivas diferentes, a de Michel Foucault, a de Judith Butler e a de Paul B. Preciado, compreende tal teoria como uma reunião de pensamentos que está em constante reinvenção. Ademais, complementa que essa reunião culmina em

Conceitos e operações analíticas com disposição política, cujas forças residem em suas habilidades de afrouxar ou até mesmo desatar os nós de verdades cis-heterocentradas, especialmente, no que diz respeito a corpos, gêneros e sexualidades (Oliveira, 2021, p. 1).

Essa habilidade em “afrouxar ou até desatar os nós” contribui para o que se pode chamar de “desestabilização da categoria ‘sujeito’”, para utilizar um termo empregado por Sara Salih (2015). Neste sentido, a Teoria *queer* desestrutura, como pontuou Oliveira, a verdade cis-heterocentrada.

A assertiva em questão direciona a pensar a partir de um dos nomes mais importantes, no sentido de propagação e consolidação da Teoria *queer* no espaço acadêmico, a filósofa pós-estruturalista estadunidense Judith Butler, que, meados de 1990, publicou *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*.

A obra em questão contribuiu de forma mais contundente para a desestabilização da “verdade”, trazendo, segundo Eurídice Figueiredo (2018), questionamentos acerca da distinção entre sexo e gênero e o reconhecimento da “heterossexualidade compulsória”, fruto da imposição do discurso hegemônico. Com isso, Butler refuta a concepção de um sujeito “em termos estáveis e permanente” (Butler, 2010, p. 18) e, por conseguinte, defende a “construção variável da identidade” (Butler, 2010, p. 23), para além da cisgeneridade.

Contrapondo as teorias feministas que evidenciavam o sexo da ordem da anatomia, portanto, relacionado aos aspectos biológicos e ao gênero proveniente da ordem sociocultural, a filósofa assegura

que o sexo e o gênero são resultados de construções sociais, com isso, “[...] questiona e perturba a forma como pensamos o sexo, a sexualidade, o gênero e a linguagem” (Pires, 2018, p. 122).

O termo “perturba” merece ser olhado com atenção, posto que a Teoria *queer* já causava certo desconforto à sociedade edificada a partir da concepção cis-heterocentrada, branca e cristã antes de Judith Butler. Contudo, dada a visibilidade proporcionada por seus escritos, a verdade que antes era absoluta, a de “[...] que somos efeitos daquilo que nossos corpos determinam” (Bento, 2010, p. 1), agora, de forma mais enfática, é posta à prova.

Há, então, um empenho de Judith Butler em desconstruir, na concepção derridiana, “as estruturas binárias e normativas às quais o movimento feminista se agarrou desde o seu início: sexo/gênero e natureza/cultura” (Oliveira, 2021, p. 7), por entender que o gênero é, na verdade, “uma sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas, escolares e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres” (Bento, 2010, p. 8). Essa tecnologia está empenhada em “construir” e preservar, conforme mencionado, “gêneros inteligíveis”, ou seja, “aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (Butler, 2010, p. 38).

Desconstruir tal estrutura é travar uma luta constante contra os regimes que regulam os gêneros e as sexualidades. O termo “luta” parece ser de uma coerência inestimável, pois os regimes de regulação, dentre eles os relacionados ao sexo, ao gênero, à prática sexual e ao desejo, negam a humanidade àqueles que não atendem aos padrões impostos pela sociedade. Consoante ao exposto, Cardoso, Soares e Lima, em *Subversão do Gênero e o Gênero da Dubversão* (2017), apontam que, de forma sistemática, as pessoas que fogem aos padrões impostos são vítimas de violências:

Tais violências acontecem porque essas pessoas fogem, em alguma medida, as normas que pretendem regular os gêneros, as sexualidades, as racialidades, entre outros marcadores sociais da diferença. Sejam elas a heteronormatividade, a branquitude e outros regimes de regulação, que tornam abjetas as pessoas que não são lidas em identidades dominantes, o que acaba por usurpar a vida dessas pessoas, seja de forma simbólica, psicológica ou física (Cardoso; Soares; Lima; 2017, p. 134).

O exposto pelos pesquisadores permite inferir que há uma divisão das pessoas em razão dos gêneros e das sexualidades. Seguindo essa linha de raciocínio, há “as pessoas normais”, aquelas com gêneros inteligíveis e as que “fogem das normas”, tais como gays, lésbicas, travestis e mulheres e homens trans, etc. As que destoam das normas são vítimas, desde a infância, de violências – simbólica, psicológica e/ou física – perpetradas por sujeitos com identidades ditas “dominantes”, ou seja, “as pessoas normais”.

Resgatam-se aqui as reflexões de Irme Salette Bonamigo, em seu texto *Violências e Contemporaneidade* (2008), acerca da necessidade de utilizar o termo “violências”, assim, no plural. Isso porque ela defende que há um nó que liga uma violência a outras, às vezes, iniciando de forma simbólica, ganhando gradativamente proporções maiores. Ao refletir sobre as pessoas *queer*, a hipótese de Bonamigo se valida pois, as violências a esse grupo se instauram como uma constante desde a infância até a vida adulta, tanto nos espaços privados como nos públicos, em muitos casos, culminando em morte.

É preciso registrar que todos aqueles que constituem a comunidade *queer*, as pessoas que fogem das normas, os “anormais”, os desviantes, ou seja, toda “experiência que não é heterossexual e cisgênero” (Von Hunty, 2023, *online*) são vítimas em potenciais das violências. No entanto, é necessário olhar de forma atenta para o grupo e reconhecê-lo como plural, pois engloba identidade de gênero

e orientação sexual. Vale ressaltar que o debate acerca das pessoas *queer* não se encerra nestes dois aspectos.

Tal consciência é instituída desde o início dos debates referentes à Teoria *queer*. Contudo, é impossível negar o fato de que, ao longo dos anos, a teoria em questão limitou-se a dar centralidade à identidade de gênero. Outros marcadores sociais da diferença como, por exemplo, raça e classe foram “esquecidos” e/ou postos em segundo plano.

As feministas negras contribuíram de forma significativa ao alertar sobre a necessidade de pensar os marcadores sociais da diferença de forma integrada. Neste contexto, a teórica feminista negra estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002; 2004) ocupa papel de destaque ao elaborar o termo “interseccionalidade”. Registra-se a importância de Kimberlé Crenshaw ao estruturar o termo. Contudo, deve-se reconhecer que outras pensadoras negras que vieram antes dela, tais como a brasileira Lélia Gonzaléz e a estadunidense Angela Davis, respectivamente, em 1984 e 1981, já discutiam a articulação entre as violências que afetavam as mulheres negras (Ramos, 2022). Crenshaw, a partir de seu olhar para as mulheres negras, adverte que: “discriminação racial que afeta mulheres e a discriminação de gênero que afeta mulheres negras sejam consideradas mutuamente e não de uma maneira excludente” (Crenshaw, 2004, p. 8).

Ainda que a pensadora se limite a tratar sobre o gênero e a raça no fragmento citado, pensando a mulher negra cisgênera, ela dá margem para que se possa englobar outros marcadores sociais. Isso se evidencia, por exemplo, quando a escritora caribenha-americana negra, lésbica, feminista, socialista e poeta Audre Lorde, em seu texto *Não Existe Hierarquia de Opressão* (2019), pauta-se em sua vivência para afirmar, de forma enfática, que não deve existir hierarquia de opressão:

Entre as mulheres lésbicas, eu sou negra;
e entre as pessoas negras, eu sou lésbica.
Qualquer ataque contra as pessoas negras é

um problema para lésbicas e gays, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é um problema para pessoas negras, porque milhares de lésbicas e homens gays são negros. Não existe hierarquia de opressão (Lorde, 2019, p. 236).

As convergências de opressões apontadas por Audre Lorde demonstram a importância de adotar uma perspectiva interseccional quando se analisa qualquer grupo minorizado, uma vez que, na maior parte dos casos, evidencia-se apenas um marcador social da diferença, – ou o gênero, ou a raça, ou a classe, etc. – como se um não estabelecesse diálogo com outros. Ainda que o foco de Audre Lorde e de Kimberlé Crenshaw esteja direcionado à mulher negra, a interseccionalidade pode, ou melhor, deve ser adotada para pensar todos os grupos minorizados.

Ao trazer essa afirmação, abre-se espaço para registrar que, embora um marcador social, o gênero, ocupe, de forma sistemática, a centralidade na Teoria *queer*, os demais aspectos relacionados à identidade de uma pessoa *queer*, tais como raça, classe, orientação sexual, deficiência, entre outros, devem ser levados em consideração. Consoante ao exposto, Judith Butler adverte:

[...] o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (Butler, 2018 p. 16).

Reconhecer as intersecções é algo necessário, como pontua Butler. Contudo, a filósofa permite inferir que tais relações, muitas vezes, não são estabelecidas, por isso o termo “adverte” tem um espaço especial nessa discussão.

Em razão da dificuldade de adotar uma perspectiva interseccional, ou seja, reconhecer e considerar os diversos marcadores sociais para além do gênero, uma parcela de estudiosos LGBTQIAP+ negros estabeleceu uma crítica à Teoria *queer*, apontando a tentativa malsucedida do diálogo entre gênero e a questão racial. Tal crítica resultou no empenho em construir a teoria *quare*.

Essa tentativa de estruturação da teoria *quare* se deve, segundo Rodrigo de Azevedo Weimer, no texto *Alguém Falou em Teoria Quare? pensando raça e sexualidade a partir da crítica de intelectuais LGBTQIA + negres norte-americanes à teoria queer* (2021), ao movimento contraditório existente no cerne da Teoria *queer*.

As considerações propostas por Weimer são relevantes à medida que permitem refletir sobre o insucesso de tal tentativa. Como consequência, ocorre o apagamento das questões raciais, corroborando, portanto, a inexistência de um debate que é necessário, que direciona à compreensão de que ser uma pessoa *queer* racializada apresenta certas particularidades que devem ser ponderadas.

O apagamento das questões raciais se dá para além do “fracasso no acolhimento e na contemplação de pessoas negras pela teoria e política *queer*” (Weimer, 2021, p. 205). Ele também se torna uma realidade quando, por exemplo, observa-se uma limitada propagação da teoria *quare*. É preciso ter consciência que os sistemas reguladores da sociedade, portanto, estruturantes, tais como a cisheteronormatividade e o racismo, estão a serviço desse “apagamento”.

Isto posto, trazer a teoria *quare* neste estudo se torna um posicionamento político. Trata-se de uma forma de admitir a necessidade de olhar as ditas maiorias minorizadas a partir de uma lente interseccional, dessa forma, identificando as múltiplas opressões e, além disso, sem estabelecer hierarquias de opressão, como sugeriu Audre Lorde (2019).

Adotar a teoria *quare*, neste estudo, torna-se mais coerente, especialmente diante das críticas estabelecidas por estudiosos à Teoria *queer*, destacando a inobservância das correlações estabelecidas

entre diferentes marcadores sociais. Isso porque a Teoria *queer* se dedicou e, por vezes se dedica, a atender, sobremaneira, as demandas “atrelada[s] e demarcada[s] por valores e preocupações de LGBTs brancos – de homens gays – jovens, de classe média/alta” (Morais, *et al.*, 2019, p. 63).

Ao endossar a crítica à Teoria *queer*, não se pretende deslegitimar a importância que ela possui, pois suas contribuições à comunidade LGBTQIAP+ são inestimáveis. Contudo, é necessário analisá-la de forma crítica, reconhecendo suas lacunas, e, além disso, buscar estratégias para suprimir tais espaços.

Fernando Luís de Moraes *et al.*, no texto *De Queer a Quare: uma aposta interseccional entre gênero, raça, etnia e classe* (2019), compreendem a teoria *quare* como uma ampliação da Teoria *queer*. Nos termos dos autores, a teoria *quare* se constitui como um:

projeto disciplinar intervencionista que amplifica os marcos das dimensões prototípica, analítica e epistemológica dos estudos *queer* com o propósito de incorporar questões enfrentadas por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros racializados (Morais *et al.*, 2019, p. 61).

O projeto de incorporação das questões enfrentadas pelas pessoas LGBTQIAP+ racializadas, sem dúvidas, é muito importante, em especial quando se pensa o Brasil, pois cerca de 56% da população se autodeclara negra, segundo o levantamento de 2022, apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A incorporação da questão racial abre margem para que sejam pensados outros aspectos, tais como o econômico, uma vez que a população com menor rendimento é racializada, cerca de 75,2% (IBGE, 2019).

Ainda que possa parecer redundante, considera-se relevante frisar que adotar o olhar interseccional, atentando-se aos marcadores sociais acima listados, tende a possibilitar uma leitura social mais coerente. Todavia, é necessário alertar que, para além dos marcadores mencionados, há outros que precisam ser considerados.

A teoria *quare* é relativamente jovem. Ela foi estruturada no século XXI. Trata-se de uma epistemologia negra inaugurada, segundo Moraes (*et al.*, 2019), com o texto “*Quare’ studies, or (almost) everything I know about queer studies I learned from my grandmother*”⁵, publicado originalmente em 2001 e republicado em 2005, escrito pelo professor estadunidense E. Patrick Johnson. O artigo em questão apresenta uma crítica à Teoria *queer*, assegurando que “ela falhou em viver todo o seu potencial crítico ao recusar-se a acomodar todos os ingredientes queer contidos dentro de seu pote teórico” (Johnson, 2001, 20). Em contrapartida, apresenta os estudos *quare* como um projeto disciplinar intervencionista que se pauta “nas preocupações e necessidades de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros através de questões de raça, gênero, classe e outras posições temáticas” (*Idem*).

É preciso pensar que a proposição da teoria *quare* de olhar para os marcadores sociais da diferença que atravessam a vida das pessoas LGBTQIAP+ parece um tanto óbvia. Contudo, não é. Isso se comprova, entre outros elementos, pela insistência sistemática de colocar o gênero sobreposto aos demais marcadores.

Pode-se considerar que a afirmação de Moraes (*et al.*, 2019) acerca de que a teoria *quare* é uma ampliação da Teoria *queer* não seja de um todo equivocada. No entanto, parece mais coerente interpretar que a teoria *quare* esteve, desde a sua concepção, comprometida com a desconstrução⁶, nos termos derridiano, da Teoria *queer*. Isso se deve

5 Estudos QUARE: quase tudo que sei sobre Teoria queer, aprendi com a minha avó (tradução nossa).

6 Ramiro Délio Borges de Menezes, em seu texto *A desconstrução em Jacques Derrida: o que é e o que não é pela estratégia* (2013), apresenta algumas reflexões acerca do termo “desconstrução” assegurando que ela é uma “a tentativa de reorganizar, de certa maneira, o pensamento ocidental, perante uma variedade heterogênea de contradições e desigualdades não lógicas discursivas de todos os tipos, que continua a assombrar as fissuras até mesmo o desenvolvimento bem sucedido de argumentos filosóficos e sua exposição sistemática. A desconstrução não é uma doutrina, uma filosofia ou um método. Ela é somente, de acordo com Derrida, uma ‘estratégia’ de decomposição para a metafísica ocidental. Entretanto, a desconstrução é responsável por essas ‘contradições’ constitutivas,

à tentativa de reorganizar tal pensamento. Tal interpretação torna-se pertinente quando analisadas as considerações de E. Patrick Johnson:

“*Quare*”, em contrapartida, não só transpassa as identidades, mas também as *articula*. “*Quare*” oferece uma maneira de criticar noções estáveis de identidade e, ao mesmo tempo, situar o conhecimento de raça e de classe. Meu projeto é de revisão e recuperação. Quero manter o espírito lúdico e de inclusividade do “*queer*”, que inspira muito da teoria *queer*, mas também descartar tendências homogeneizantes. Como expansão disciplinar, pretendo, então, transformar o que é *queer* em *quare*, de modo que as formas de conhecimento sejam vistas não só como discursivamente mediadas, mas também como historicamente situadas e materialmente condicionadas. Essa reconceptualização coloca em primeiro plano os meios que possibilitam lésbicas, bissexuais, gays e transgêneros racializados alcançar conhecimento sexual e racial. Além disso, os estudos *quare* reconhecem os diferentes “pontos de vista” encontrados entre lésbicas, bissexuais, gays e transgêneros racializados – diferenças também condicionadas pela classe e pelo gênero (Johnson, 2005, p. 127).⁷

Pode-se perceber que E. Patrick Johnson, precursor da teoria *quare*, pontua que, quando a propõe, tem como objetivo revisar e transformar a Teoria *queer*. Essa reconceitualização abre possibilidades para diferentes pontos de vista. Isso a torna de uma importância

através da construção de arquétipos-sínteses, ou infra-estruturas, como Derrida denominou futuramente. Contudo que seu objetivo é acreditado para promover o livre jogo, acima mencionada, niilista pelo cancelamento de opostos, a abolição das hierarquias e desmistificação ou a des-ideologização dos filosofemas ocidentais, procedimento definido e lógico da desconstrução, que não pode ser apreendido em toda a sua especificidade” (Borges de Meneses, 2013, p. 177).
7 A tradução do fragmento foi realizada por Fernando Luís de Moraes (*et al.* 2019).

inestimável. A Teoria *queer*, ainda que estivesse empenhada, não conseguiu, de forma satisfatória, realizar tal façanha, pois esteve estruturada prioritariamente a partir da visão homonormativa branca de classe média (Weimer, 2021).

Os argumentos apresentados e as considerações realizadas evidenciam a relevância da teoria *quare* ao adotar a perspectiva interseccional com o intuito de articular diferentes marcadores sociais. Contudo, é preciso reconhecer os avanços, mas sem desconsiderar as lacunas. Desse modo, estabelecer uma crítica à teoria *quare*, neste contexto, é evidenciar que nenhuma teoria goza de completude, portanto, ao longo de sua estruturação, precisa de ajustes, reparações e reflexões.

A teoria *quare* apresentada por E. Patrick Johnson atentou-se, especialmente, a gays e lésbicas cisgêneros racializados. Referente a isso, Rodrigo de Azevedo Weimer aponta que:

A questão das transgeneridades parece ser o ponto mais débil da teoria *quare*, ao menos na obra de 2005. Majoritariamente, apontavam-se apenas gays e lésbicas negres cisgêneres. As menções à transgeneridade limitavam-se a incluí-la como uma mera letra na sigla então LGBT, em referência a pessoas, comunidades, estudos. Assim, se os estudos *queer* eram acusados de homonormativos, havia um traço marcante de cisonormatividade nos estudos *quare* (Weimer, 2021, p. 222).

As observações de Weimer são relevantes à medida que fazem perceber o caráter homonormativo da Teoria *queer* e, também, a sua predileção para a cisonormatividade. Com isso, pode-se entender que a teoria *quare* apresenta um grande ganho, mas tem fragilidades que precisam ser revistas. Incluir de forma efetiva as pessoas transgêneras no debate, a partir de uma perspectiva interseccional, é algo urgente.

Tal necessidade pode ser justificada meramente pelo fato de as travestis, mulheres e homens transgêneros racializados serem parte

constitutiva do grupo de pessoas *quare*. Para além disso, considerando o contexto brasileiro, não se pode perder de vista que essas pessoas são, segundo o *Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2022* (2023), elaborado pela pesquisadora Bruna G. Benevides, as principais vítimas de transfeminicídio, conforme é possível observar: “analisando os índices de assassinatos entre 2017 e 2022, **a média de pessoas trans negras assassinadas é de 79,8%**, enquanto para pessoas brancas esse índice cai para 20%” (Benevides, 2023, p. 43, grifos nossos).

É preciso reclamar um espaço de visibilidade das travestis e pessoas transgêneras, sobremaneira, as racializadas no debate acerca da teoria *quare*, para além de figurar na sigla LGBTQIAP+. Outrossim, faz-se necessário buscar formas para que elas contribuam ativamente com o debate, pois só dessa forma a teoria *quare* deixará de ter um caráter homonormativo branco de classe média e será efetivada a possibilidade para diferentes pontos de vista.

Neste contexto, dá-se à comunidade “T”. No entanto, todas as pessoas lidas como desviantes da norma, por vivenciarem as experiências que não se encaixam à heterossexualidade e à cisgeneridade, considerando os outros marcadores sociais da diferença, inclusive a racial, devem ser oportunizadas a contribuir com o debate. As diferentes perspectivas sociais tendem a enriquecer o debate e, por conseguinte, a luta contra as opressões.

Esses apontamentos remetem ao texto *O perigo da história única*⁸ (2018), da nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. A obra em questão faz pensar não só sobre o perigo da história única. Ela extrapola tal dimensão ao estimular reflexões sobre as implicações de termos acesso a uma única versão da história.

Histórias importam. Muitas histórias importam.
Histórias têm sido usadas para apropriar e

8 Ressalta-se que *O perigo da história única* foi uma palestra apresentada por Chimamanda Ngozi Adichie no Ted Talk (2009). Em meados de 2018 a palestra foi transformada em livro e publicado com o mesmo título.

ressaltar o mal. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida. (...)

Eu gostaria de finalizar com esse pensamento: Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso (Adichie, 2018, *online*)

A ideia apresentada acima, de que as diferentes perspectivas sociais tendem a enriquecer o debate, se torna ainda mais coerente após as considerações de Chimamanda Ngozi Adichie. Há necessidade de “muitas histórias”, pois todas elas importam, sejam as contadas por mulheres lésbicas transgêneras ou cisgêneras, negras ou brancas, ricas ou pobres; histórias de homens gays transgêneros ou cis, negros ou brancos, pobres ou ricos; travestis e homens e mulheres trans, racializados ou não, pobres ou ricos; pessoas bissexuais, etc. Só ouvindo as muitas histórias contadas a partir de múltiplas perspectivas, será possível instituir uma teoria *quare* coerente e que atenda as diversas demandas

REFLEXÕES SOBRE O TRANSFEMINISMO: UM MOVIMENTO DE TRAVESTIS, MULHERES E HOMENS TRANS

Desde as últimas décadas do século XX, têm surgido alguns movimentos com o intuito de colocar em pauta sistemas que estruturam a sociedade, dentre eles é possível citar o movimento negro e os feminismos. Eles objetivam, entre outros elementos, questionar algumas regras normatizadoras da sociedade que obliteravam e, por vezes, ainda obliteram determinados grupos.

Isto posto, reconhecer a relevância desses movimentos é algo necessário. No entanto, eles devem ser olhados de forma crítica, admitindo sua importância, sem desconsiderar as lacunas existentes. Não há como identificar todas elas, contudo, é possível apontar aquelas que mais se evidenciam.

O silêncio desses movimentos perante a situação das travestis, mulheres e homens transgêneros é notório. O movimento negro, por um longo período, centrou-se em tratar apenas a questão racial. Enquanto isso, no movimento feminista, o foco aqui recai, sobretudo, sobre os feminismos relacionados a primeira e segunda onda, que colocaram como ponto central do debate as questões relacionadas as mulheres cisgêneras.

Tais apontamentos em momento algum têm como objetivo desacreditar o Feminismo Negro e o Feminismo dito hegemônico. Trata-se de reconhecer que há omissões e, além disso, direcionar o olhar para a necessidade de movimentos específicos que atendam às demandas de determinados grupos sociais marginalizados. Isto posto, é preciso pensar em estratégias para preencher tais lacunas e, talvez, uma delas seja a estruturação de epistemologias que atendam àquelas/àqueles que estão à margem.

Tal estratégia está para além da criação de novos termos. Trata-se de assumir um compromisso social e político com as demandas

específicas de determinados grupos sociais. Isso se evidencia, por exemplo, com o feminismo negro, “um segmento protagonizado por mulheres negras, promovendo e trazendo visibilidade às suas pautas e por reivindicação dos seus direitos” (Gois *et al.*, 2021, p. 262).

Trazer o Feminismo Negro como uma amostra não é, de modo algum, um fator descompromissado. Embora sejam reconhecidas as “falhas” existentes no movimento, posto que não incluiu, num primeiro momento, as travestis e mulheres transgêneras no debate, a perspectiva interseccional construída no/pelo movimento contribuiu de forma significativa para a estruturação do feminismo transgênero ou transfeminismo.

Jaqueline Gomes de Jesus, uma das pesquisadoras que tem se dedicado a pensar o transfeminismo no Brasil, em seu texto *Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: uma contextualização a partir do pensamento transfeminista* (2018), corrobora o exposto, ao afirmar que:

o Transfeminismo é uma linha de pensamento e ação feminista em construção, na prática uma literatura de fronteira (Jesus, 2014b), fortemente baseada na *internet* e herdeira, principalmente, das contribuições teórico-práticas do Feminismo negro, no que concerne ao princípio da interseccionalidade, à não-hierarquia de opressões, ao empoderamento das falas das pessoas historicamente oprimidas e ao questionamento da apropriação do conceito de mulher pelas feministas brancas (Jesus, 2018, p. 16).

A fim de exemplificar as contribuições do Feminismo Negro para o Transfeminismo, Jesus (2018) aponta alguns princípios daquele movimento que foram fundamentais à constituição deste. Dentre eles, a pesquisadora destaca: a (1) interseccionalidade; (2) a não hierarquia de opressão; (3) o empoderamento das falas das pessoas

historicamente oprimidas; (4) o questionamento da apropriação do conceito de mulher pelas feministas brancas.

Em outros termos, com o Feminismo Negro, o movimento Transfeminista aprendeu que é preciso considerar todos os marcadores sociais das diferenças, sem que eles sejam postos em escala de maior ou menor relevância. Além disso, entende a importância de o subalternizado falar e, por fim, coloca em pauta “E eu não sou uma mulher”⁹, desestruturando a concepção de “mulheres”, estabelecida por uma parcela da sociedade que quando faz referência ao termo, destina-o às mulheres cisgêneras heterossexuais, brancas, de classe média, portanto, desconsiderando aquelas que não estão neste rol.

Desse modo, pode-se compreender que a contribuição do Feminismo Negro para a estruturação do Transfeminismo é significativa, a ponto de Jesus defini-lo como um herdeiro. Ainda que o movimento em questão seja um herdeiro do feminismo negro, é preciso registrar que ele é constituído “a partir de um referencial crítico formado por diferentes feminismos” (Jesus, 2018, p. 1). Contudo, marcadamente estruturado a partir da perspectiva de pessoas transgêneras.

A pesquisadora Letícia Nascimento, que se apresenta como travesti, negra, gorda, em seu livro *Transfeminismo* (2021), estabelece diálogo com o exposto à medida que discute a relevância de travestis e mulheres transexuais no feminismo, uma vez que proporciona um uma outra perspectiva sobre o feminismo considerado padrão:

Sobre a presença de mulheres transexuais e travestis no feminismo, é importante ressaltar que nós não somos super-heroínas que pretendem salvar o feminismo de possíveis equívocos históricos ou teóricos, que não é nossa intenção fragmentar o feminismo, muito menos a nossa produção pretende desconsiderar a produção existente sobre feminismo. O transfeminismo, entretanto, oferece um olhar diferente sobre o feminismo considerado padrão, assim como

9 Frase célebre de Sojourner Truth, abolicionista e ativista dos direitos das mulheres negras americanas.

o feminismo negro, o feminismo lésbico, entre outras perspectivas, também oferecem. Nossas experiências como mulheres transexuais e travestis são contribuições para o modo como entendemos o feminismo no campo das lutas políticas e das proposições teóricas (Nascimento, 2021, p. 16).

Algumas questões trazidas por Nascimento merecem um olhar mais atento. Dentre elas, o fato de o transfeminismo não ser um movimento que objetiva fragmentar o feminismo. Mencionar esse ponto é algo necessário, pois os feminismos de grupos minorizados, por exemplo, o feminismo negro, foi acusado de antifeministas. Ainda que essa ideia, às vezes, seja propagada, deve-se entender que a elaboração e a consolidação de outros feminismos para além do dito feminismo hegemônico é fundamental, pois corrobora a apresentação de demandas específicas de determinados grupos.

Não se trata, conforme assegurou a pesquisadora, de invalidar tudo o que foi produzido sobre o feminismo. Contudo, como já foi apontado em outros momentos, é a oportunidade de debater as lacunas existentes e lançar um novo olhar sobre o feminismo, a fim de atender as demandas específicas das travestis e das mulheres transgêneras. Desse modo, o chamado transfeminismo se compromete a “repensar as relações entre sexo-gênero-desejo e pluralizar as sujeitas do feminismo, de modo a superar universalidades e essencialismos limitantes à liberdade de performance de gêneros” (Nascimento, 2021, p. 16).

O feminismo negro já vinha promovendo um movimento de pluralizar as sujeitas do feminismo. No entanto, o transfeminismo amplia a discussão iniciada pelas mulheres racializadas agregando no debate outros elementos, até então ignorados.

Esses apontamentos remetem às reflexões da filósofa negra estadunidense Angela Davis, uma das mais relevantes feministas negras da contemporaneidade, que ponderou: “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (2017, *online*). Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que as herdeiras do feminismo negro, as travestis e mulheres transgêneras,

quando se movimentam, causam um abalo estratosférico nas estruturas sociais vigentes.

Assume-se aqui o risco de adjetivar o abalo, considerando que o grupo das travestis e as mulheres transgêneras desestabiliza as normas basilares que sustentaram e ainda sustentam a sociedade. Ressalta-se a menção “as normas”, pois reconhece-se a perspectiva interseccional, geralmente adotada por elas.

Dito isso, faz-se necessário compreender como o transfeminismo vem se estruturando como um movimento organizado. Segundo Jesus (2013b), ele está em processo de construção, tendo como principal campo de debate a internet. Certamente outros espaços, além do virtual, têm sido ocupados por travestis, mulheres e homens transgêneros. Contudo, é na internet que essas vozes silenciadas têm se feito ouvir.

Paulo Rodrigues Gajanigo e Rogério Ferreira de Souza, em *Manifestações Sociais e Novas Mídias: a construção de uma cultura contra-hegemônica* (2014), asseguram que, com o advento da internet, o ciberespaço passou a ser ocupado “por sujeitos heterogêneos e múltiplos, dissonantes e multifacetados, portadores de mecanismos de mobilização também múltiplos, proporcionados pelas novas tecnologias de informação e comunicação” (Gajanigo; Souza, 2014, p. 582). Dentre esses sujeitos, as travestis e as mulheres e os homens transgêneros utilizaram-se de mecanismos de mobilização no ciberespaço que resultou num ciberativismo.

Segundo Lucas Milhomens Fonseca (2009), o ciberativismo refere-se ao uso das tecnologias digitais e de comunicação com o intuito de mobilização e enfrentamento político, social e/ou cultural. Frente ao exposto, pode-se compreender que o movimento transfeminista, ao combater as múltiplas formas de violências que são perpetradas contra as travestis, mulheres e homens trans, pode ser lido como uma ação ciberativista.

Quando isso é destacado, é importante entender que a internet contribuiu para a construção de conhecimentos transcêntricos e

epistemologias transgêneras fora da universidade. Trazer tal elemento para o debate permite pensar, no mínimo, dois pontos: (1) a resistência por parte da academia, por ser um espaço ainda machista, racista, sexista, cisheteronormativo, em discutir certos temas, especialmente, aqueles relacionados a corpos que (não) importam; (2) a falta de oportunidade que as pessoas transgêneras, dados os sistemas opressores supracitados, têm em permanecer na escola básica, por conseguinte, acessar o ensino superior. A internet, apesar de seus inúmeros problemas, torna-se, neste contexto, um espaço que pode ser lido como democrático ao possibilitar que vozes silenciadas tenham condições, a partir de suas vivências, de elaborar reflexões tal como o transfeminismo.

O ciberativismo apresenta-se com inestimável relevância às travestis e às mulheres e aos homens transgêneros, pois contribui, de forma significativa, para a reunião de grupos transgêneros, rompendo, em certa medida, com o silêncio imposto e, além disso, com a representação construída mormente a partir da ótica cisgênera. Ademais, proporcionou às pessoas transgêneras falar de si e, muitas vezes, dialogar com aquelas e aqueles que vivenciam a transgeneridade.

Ao afirmar que esse grupo se fez ouvir, não se adota uma percepção ingênua de que as travestis e as mulheres e os homens trans têm se feito ouvir em todos os espaços. À medida que essas pessoas falam ou tentam falar, há uma parcela da sociedade que tenta silenciar tais vozes. Angela Davis publicou em 2015 um livro com um título um tanto emblemático que adverte: *A Liberdade é uma Luta Constante*. Certamente às pessoas trans a liberdade é uma luta constante, inclusive a liberdade em permanecer viva, para além das expectativas apresentadas por dados; a liberdade de acesso à saúde; a liberdade de acesso e permanência à educação; a liberdade de ter sua identidade de gênero respeitada; e, além disso, a liberdade de falar e se fazer ouvir.

Tais considerações direcionam à obra *Pode o Subalterno Falar?* (2010) da crítica e teórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak. A

obra em questão é de grande relevância, pois provoca reflexões sobre quem é o subalterno. Nos termos da autora, o subalterno é aquele que pertence “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak, 2010, p. 12). Vale ressaltar que Spivak aponta que a experiência de marginalidade e subalternidade é vivenciada, sobremaneira, ao gênero feminino. Ainda que ela se destine a falar sobre a mulher cisgênera, num outro contexto, há concordância com a autora. No entanto, faz-se a seguinte consideração: essa ideia de marginalidade e a subalternidade extrapola as mulheres cisgêneras, portanto, inclui outros grupos, entre os quais se incluem as pessoas *queer/quare*.

Spivak informa, ainda, sobre o processo de silenciamento da “mulher como subalterna, [que] não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir” (Spivak, 2010, p. 15). Reitera-se: embora o texto fale sobre mulheres cisgêneras, aqui amplia-se a discussão para outras identidades. No que diz respeito ao excerto, algo chama a atenção de forma especial: “mulher como subalterna não pode falar”. Entendem-se as inúmeras tentativas de silenciamento dessa parcela e das demais minorias. No entanto, questiona-se sobre tal assertiva, uma vez que se compreende que os subalternos sempre estiveram empenhados, numa tentativa constante, de falar. Alejandro Reyes Arias, em sua tese intitulada *Vozes dos Porões: a literatura periférica do Brasil* (2011), sugere que, talvez, a pergunta formulada no título da obra de Spivak deveria ser reestruturado, pois “a ninguém lhe ocorre se perguntar se o subalterno pode falar. Em vez disso, a pergunta é outra: **se o sujeito privilegiado pode escutar**” (Reyes, 2011, p. iv, grifos nossos).

No século XXI, por meio do ciberativismo, enfrentando as investidas constantes dos “donos de tudo”, apesar das tentativas de silenciamento, a comunidade transgênera tem rompido as mordanças

(im)postas. O transfeminismo é, talvez, a materialização de parte considerável dessa luta.

Isso se valida ao observar, por exemplo, um dos textos considerados como pioneiro na constituição do pensamento transfeminista no Brasil: o *Ensaio de Construção do Pensamento Transfeminista* (2005), de Aline de Freitas. No texto em questão, Freitas ressalta a importância de uma perspectiva transcetrada e, além disso, apresenta as demandas do movimento.

Nosso papel histórico deve ser construído por nós mesmxs. O transfeminismo é a exigência ao direito universal pela auto-determinação, pela auto-definição, pela auto-identidade, pela livre orientação sexual e pela livre expressão de gênero. Não precisamos de autorizações ou concessões para sermos mulheres ou homens. Não precisamos de aprovações em assembléias para sermos feministas. O transfeminismo é a auto-expressão de homens e mulheres trans e cissexuais. O transfeminismo é a auto-expressão das pessoas andrógenas em seu legítimo direito de não serem nem homens nem mulheres. Propõe o fim da mutilação genital das pessoas intersexuais e luta pela autonomia corporal de todos os seres humanos.

O transfeminismo é para todxs que acreditam e lutam por uma sociedade onde caibam todos os gêneros e todos os sexos (Freitas, 2005, p. 1).

Freitas entende o transfeminismo como um movimento legítimo de luta pelo direito universal de autoconstrução – de autodeterminação, autodefinição, autoidentidade, a livre orientação sexual e expressão de gênero. Outro ponto importante por ela mencionado é que não se trata de um movimento exclusivo de pessoas transgêneras. Ele é, na realidade, para todxs que compreendem e lutam por uma sociedade em que todos os gêneros e sexos são lidos como legítimos.

Ainda que o pensamento de Freitas seja lido como inicial, posto que são os primeiros passos do movimento transfeminista no Brasil, ele se mostra potente e traz um debate amplo e relevante à comunidade transgênera, sem deixar de fora o papel das pessoas cisgêneras.

Agregando ao debate acerca do transfeminismo e suas características, Jaqueline Gomes de Jesus (2013b) adverte que não se pode conceber o transfeminismo como um movimento uniforme, pois as experiências transgêneras são diversas e estão em diálogo com outros marcadores sociais. Consoante ao exposto, no texto *Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais* (2010), Jaqueline Gomes de Jesus e Hailey Alves apontam a importância da adoção da interseccionalidade, herança do feminismo negro, para o transfeminismo:

O transfeminismo reconhece a interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos das pessoas como eles são (incluindo as trans), idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza; ele também busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível (Jesus; Alves, 2010, p. 15).

O olhar sensível aos diferentes marcadores sociais que constituem a pessoa, portanto, o reconhecimento das intersecções, é um dos elementos do transfeminismo. No capítulo em que foi abordada a Teoria *queer*, sinalizou-se que tal teoria conferiu centralidade ao debate de gênero e, por isso, a teoria *quare*, no contexto em questão, apresenta-se com maior coerência, pois, além de

considerar o gênero, não deixa de se atentar a outros marcadores sociais.

Jaqueline Gomes de Jesus (2013b) se propõe a olhar para o texto *Introdução ao transfeminismo* (2012), de Hailey Alves, pois nele são apresentados sete pontos indispensáveis à pauta transfeminista: (1) combate à violência cissexista/transfóbica; (2) direitos reprodutivos para todas/todos; (3) autonomia de agenciamento; (4) Desconstrução das identidades binárias; (5) Corpo-positividade e/ou empoderamento; (6) Da(s) sexualidade(s) das pessoas trans; (7) Terminologia.

Dada a relevância de cada um dos pontos mencionados, busca-se tratar, ainda que de forma sumária, sobre cada um deles. No que diz respeito ao **combate à violência cissexista/transfóbica**, para iniciar o debate, resgata-se a ideia de Irme Salette Bonamigo (2008) acerca da necessidade de utilizar o termo “violência” no plural. Tal retomada pauta-se na concepção de que a luta do movimento transfeminista tem muitas frentes, englobando diversos aspectos, dentre eles os simbólicos, os psicológicos, os verbais, os físicos e os institucionais.

Ademais, Hailey Alves (2012) propõe que se atente, neste escopo, ao combate a tais violências, ao linguajar que reforça estereótipos negativos atribuídos a esse grupo, à noção patologizante, e, além disso, à luta contra violência físico-verbal. Não se pode esquecer que o Brasil é o país que mais mata pessoas transgêneras (ANTRA, 2022). Desse modo, o combate às violências que marcam vida e, muitas vezes, culmina em morte, é uma pauta urgente do transfeminismo.

Em se tratando dos **direitos reprodutivos para todas/todos**, toca-se em elementos essenciais na desconstrução das normas de gênero. Foi instituído socio-historicamente que a gestação é inerente às mulheres cisgêneras. Hailey Alves, ao defender os direitos reprodutivos para todas e todos, considera pessoas que menstruam como mães e pais em potenciais. Isto posto, a gravidez de homens transgênero torna-se legítima.

Quando Hailey Alves aborda os direitos reprodutivos, ela não se limita a falar do direito à maternidade/paternidade e a gestação. Ela direciona a pensar, também, sobre a autorização legal do aborto seguro. Não se pode perder de vista que o contexto atual é marcado pelo machismo extremo, que faz vítimas de violências sexuais as mulheres cisgêneras e aquelas que destoam das normas – homossexuais, lésbicas, transexuais ou bissexuais. As pessoas que menstruam que estão fora da norma podem ser vítimas de estupro corretivos¹⁰ e como resultado de tal violência correm risco de engravidar. A interrupção da gravidez de forma segura deve ser garantida. Embora esse exemplo tenha sido apresentado, ressalta-se que o direito sobre levar adiante a gestação ou interromper de forma segura independe se a gestação é resultado de violências.

A **autonomia de agenciamento** é outro fator indispensável à pauta transfeminista. É preciso ter em mente que as travestis e pessoas transgêneras foram e, por vezes, ainda são consideradas sem agência, ou seja, incapazes de tomar decisões, isso por não atenderem às expectativas sociais. Essa não agência se estrutura a partir dos discursos psiquiatrizadores e patologizantes da transgeneridade. Isto posto, a autonomia de agenciamento se torna essencial na medida em que favorece “que essas pessoas possam vivenciar sua(s) identidade(s) de forma plena” (Alves, 2012, *online*).

O movimento transfeminista não rechaça o binarismo de algumas pessoas transgêneras. Ao contrário, reconhece tais identidade de forma legítima. No entanto, quando Hailey Alves defende como um dos fatores relevantes do movimento **as desconstruções das identidades binárias**, pressupõe o respeito “[às] pessoas, transgênero ou cisgênero, que se enquadram no binarismo homem

10 Rogério Greco (2020) compreende que o estupro corretivo é uma violência sexual praticada com o intuito de controlar o comportamento social e/ou sexual de determinada pessoa, ensejando de corrigir o comportamento que o agressor considera inadequado.

x mulher, sem excluir aquelas que não se enquadram nesse modelo” (Jesus, 2013b, p. 06).

Outro ponto presente no bojo dessa discussão refere-se ao **corpo-positividade e/ou empoderamento**. Trata-se do empenho do movimento em valorizar os corpos transgêneros, ao passo que combate a estigmatização. Dentre os fatores que se destacam nessa discussão, Hailey Alves reflete sobre o binarismo dos corpos e as implicações na autoaceitação das pessoas transgêneras, que são levadas a acreditar que suas vidas serão melhores apenas após a cirurgia de afirmação de gênero:

[...] principalmente por um bem estar social e jurídico (mudança dos documentos). No entanto, criticamos que esse “bem estar” só existe para aquelas que conseguem “passar” como cisgêneras e além disso se existe um “bem estar” ele só existe porque nos condicionamos a norma (Alves, 2012, *online*).

Este ponto é muito sensível, pois leva à reflexão sobre a tentativa constante de controle dos corpos transgêneros, primeiro, apontando a cirurgia de redesignação sexual, tendo como justificativa o “bem estar social e jurídico”. Contudo, Hailey Alves estabelece uma crítica a essa ideologia, por compreender que o está em voga, de fato, não é o “bem-estar” dessas pessoas. Trata-se de um empenho em controlar esses corpos e condicioná-los às normas, pautando-se na passabilidade¹¹ das pessoas trans.

O processo de cirurgia de afirmação de gênero deve ser uma escolha da pessoa trans. Tal decisão não pode ser pautada de “forma ‘passiva’ (ideologicamente) a acreditar que suas vidas serão melhores após a CRS” (Alves, 2012, *online*). Frente ao exposto, compreende-se

11 O tema em questão já foi discutido ao longo da obra com maior propriedade. Registra-se que a passabilidade é um fator que carece de debate, pois, ao mesmo tempo que é um elemento criticado por uma parcela do grupo, pode ser lido como uma estratégia de sobrevivência.

que a busca do movimento transfeminista tem como uma de suas pautas a defesa da “autonomia dos sujeitos trans acerca de suas próprias narrativas identitárias e de suas possibilidades de gestão de seus corpos – podendo incluir modificações corporais como uso de reposição hormonal e cirurgias” (Bagagli, 2016, p. 90).

Ligado à defesa da autonomia dos sujeitos trans está o empoderamento deste grupo. Empoderar, segundo Joice Berth, na obra *O que é empoderamento* (2018), não é “retirar poder de um para dar a outro a ponto de se inverter os polos de opressão, e sim de uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade” (Berth, 2018, p. 10).

Vale ressaltar que esse processo de empoderamento não ocorre, segundo a perspectiva de Berth, apenas no âmbito individual, ainda que o reconheça como essencial. Ele ocorre, também, no de forma coletivo, pois expõe demandas coletivas. Sendo assim, entende-se que o ato de empoderamento pressupõe mudanças individuais e coletivas, pois lida com um processo que se retroalimenta permanentemente de forma mútua, como afirma Joice Berth:

Se a coletividade é o resultado da junção de muitos indivíduos que apresentam algum – ou alguns – elemento em comum, é intrínseco que estamos falando de um processo que se retroalimenta continuamente. Indivíduos empoderados formam uma coletividade empoderada e uma coletividade empoderada, conseqüentemente, será formada por indivíduos com alto grau de recuperação da consciência do seu eu social, de suas implicações e agravante (Berth, 2018, p. 21).

Berth não se limita a tratar sobre o processo de empoderamento e a retroalimentação mútua e contínua de indivíduos empoderados que formam uma coletividade empoderada e vice-versa. Ela aborda, ainda, o impacto positivo que tal processo poderá promover: “indivíduos

com alto grau de recuperação da consciência de seu eu social”. Diante disso, reconhece-se a importância do empoderamento da população transgênera, uma vez que possibilita a recuperação da consciência que foi e, por vezes, é roubada, quando os modernos aparatos coloniais que organizam a sociedade, de forma recorrente, outorgam a tais pessoas à abjeção.

Além do **corpo-positividade e/ou empoderamento**, há outro ponto, segundo Hailey Alves (2012), que deve estar presente nos debates transfeministas: **a(s) sexualidade(s) das pessoas trans**. Trata-se de uma defesa da/estímulo à vivência da sexualidade, seja ela qual for. Essa defesa se torna necessária, pois as “verdadeiras” pessoas trans, segundo o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (2014), eram assexuadas, portanto, não dispunham de desejos relacionados aos órgãos genitais. O desejo por relações sexuais só se materializaria após a cirurgia de afirmação de gênero.

O objetivo de Hailey Alves (2012) não é negar que existam pessoas transgêneras que se encaixam no perfil apresentado. Contudo, adverte que há uma parcela de pessoas trans que se sentem à vontade em exercer a sexualidade. Considerando que há essa parcela, o transfeminismo encoraja a vivência “para a plena integração social (e sexual) das pessoas trans, afinal, temos desejos e queremos ser desejadxs, somos homo, bi, hetero, pan e afins. Nossa sexualidade existe e não pode ser anulada por qualquer discurso” (Alves, 2012, *online*).

Por fim, o último fator indispensável à pauta transfeminista é, segundo Hailey Alves, **a Terminologia**, que tem dois pontos elementares, sendo o primeiro o combate aos termos que essencializem e/ou sejam biologizantes das identidades transgêneras; e o segundo diz respeito à invisibilização das identidades transgêneras¹². Acredita-se

12 O livro até aqui tem demonstrado as tentativas sistemáticas de apagamento das pessoas transgêneras. Um dos exemplos que se pode apontar diz respeito às violências perpetradas contra pessoas transgêneras que, geralmente, são nomeadas de homofobia. Ainda que o termo faça referência a uma séria de

que cabe incluir neste rol a ressignificação dos termos que foram, por um longo período, proferidos com teor depreciativo.

Entende-se que os pontos elencados são essenciais, pois assumem um viés de contradiscurso ao “propor uma nova interpretação para a relação entre corpo-sexualidade-gênero e irão estabelecer uma forte disputa com o **mainstream**” (Bento, 2014, p. 46, grifos da autora). Considerando o exposto, pode-se compreender que o Transfeminismo como um contradiscurso corrobora a desestruturação dos discursos hegemônicos que patologizam as pessoas transgêneras; combate as múltiplas violências que são perpetradas contra esse grupo; luta por direitos; descredibiliza o viés binário atribuído às identidades; e, além disso, trabalha em prol do empoderamento do grupo.

O transfeminismo não é um movimento que encerra seu olhar apenas nas identidades femininas que não se encaixam nos padrões cisgêneros, as travestis e mulheres transgêneras. Conforme mencionado, trata-se de um movimento plural. Nesse sentido, torna-se coerente atentar para a urgência do debate relacionado ao que Leonardo Morjan Britto Peçanha, Jaqueline Gomes de Jesus e Anne Alencar Monteiro (2023) denominam de transfeminismo das transmasculinidades. Os autores em questão, no ensaio *Transfeminismo das transmasculinidades: Diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros* (2023), buscam,

[...] oferecer análises críticas, a partir da perspectiva transfeminista, a usos do feminismo que marginalizam e violentem vivências e experiências transmasculinas a partir de biologização ou genitalização de seus corpos decorrentes de concepções sexistas, tomando-se o transfeminismo como

atitudes negativas, discriminatórias e/ou preconceituosas contra a comunidade LGBTQIAP+, entende-se que é necessário usar o termo transfobia, visto que, ao utilizar um termo genérico, pode-se contribuir com a invisibilização de determinados grupos.

uma abordagem que pode ser aplicada às transmasculinidades (2023, p. 90).

A análise crítica ofertada a usos do feminismo que marginalizam e violentam a vivências transmasculinas é necessária e carece de maior atenção. Embora se concorde com os estudiosos que defendem que o transfeminismo pode ser aplicado às transmasculinidades, há uma parcela que não comunga com tal ideia, por acreditar que o feminismo é um movimento que deve atender estritamente mulheres cisgêneras, enquanto isso, o transfeminismo destina-se somente às travestis e mulheres transgêneras.

Ainda que essa ideia seja regularmente disseminada, os pesquisadores mencionados acreditam que as transmasculinidades podem ocupar espaço no debate transfeminista. Além disso, elenca alguns pontos que compõem a agenda transmasculina, dentre eles citamos: “gestação paterna, interseccionalidade, aborto transmasculino, paternidade trans, saúde obstétrica transmasculina, legalização do aborto” (Peçanha; Jesus; Monteiro, 2023, p. 92).

A agenda transmasculina não se limita a esses pontos. Contudo, esses pontos se sobressaem quando se propõe a reflexão sobre a temática. Dada a relevância, faz-se necessário discutir, ainda que de forma sucinta, cada um deles.

A gestação é socio-historicamente atribuída, exclusivamente, às mulheres cisgêneras. Contudo, nota-se com este debate que pessoas que menstruam podem vivenciar tal experiência. No entanto, quando se pensa em gestação das pessoas que fogem à regra, de modo geral, e a saúde obstétrica desse grupo, há um silêncio sobre tal discussão. A falta de debate resulta, entre outros elementos, na ausência de políticas públicas voltadas a essa parcela da população e na falta de capacitação dos profissionais da área da saúde para promover um acompanhamento de qualidade durante a gestação, entre outros fatores. Isso ocorre apesar de haver regras normalizadoras instituídas pelo Ministério da Saúde, que dispõem sobre os direitos e deveres dos

usuários da saúde, por meio da Portaria Nº 1820, de 13 de agosto de 2009, afirmando que

Art. 4º Toda pessoa tem direito ao atendimento humanizado e acolhedor, realizado por profissionais qualificados (...) livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência, garantindo-lhe:

I – identificação pelo nome e sobrenome civil, devendo existir, em todo documento do usuário e usuária, um campo para se registrar o nome social, independentemente do registro civil, sendo assegurado o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença, ou outras formas desrespeitosas, ou preconceituosas[...] (BRASIL, 2009).

Interessa, neste momento, pontuar que há instrumentos legais, como é o caso da portaria em questão, que garantem, em tese, direitos às pessoas transgêneras. No entanto, nem sempre tais direitos são efetivados. Há, sem dúvidas, um avanço quando são criadas leis que atendem às demandas específicas dessa parcela da população. Contudo, diante do exposto, pode-se compreender que não basta a criação de leis/portarias. Para além disso, faz-se necessário requerer que elas sejam efetivas e que funcionem (Rodriguez; Quadrado, 2021). O transfeminismo, no contexto em questão, empenha-se para que isso ocorra tanto com as travestis quanto com as mulheres e os homens transgêneros, ao adotar uma perspectiva crítica, a fim de compreender as possíveis motivações que levam à não efetivação das normativas direcionadas a atender a população transgênera, não restringindo o olhar apenas à saúde, mas ampliando a visão para

a falta de possibilidades de acesso e permanência à educação, ao emprego, à renda, à segurança e, por fim, à cidadania.

Consoante ao exposto, Shay de Los Santos Rodriguez e Raquel Pereira Quadrado, em *Corpos Trans: longe de serem corpos dóceis* (2021), utilizam-se do aporte de Michel Foucault: poder disciplinar e biopoder, a fim de discutir como tais poderes agem nos corpos trans. A compreensão na qual chegaram foi que, além de buscar discipliná-los, com o intuito de instauração e permanência dos moldes dos sistemas cisheteronormativos, o biopoder é estabelecido, neste contexto, por meio de práticas e atos que visam censurar e controlar e, muitas vezes, resultam na compreensão de que tais sujeitos são indignos do direito à vida.

Neste contexto, o transfeminismo se coloca enquanto uma arma que combate a objeção dos corpos transgêneros, agregando a este debate demandas de toda uma comunidade. Vale ressaltar que se trata de um movimento coordenado por pessoas trans reconhecendo, certamente, que o grupo é plural e que há demandas específicas de cada parcela que o compõe.

No século XXI, no Brasil, destacam-se nomes importantes de travestis, mulheres e homens trans que, contrariando os sistemas, ingressam nos espaços de pesquisa, de construção de pensamento¹³. Tais pessoas se posicionam como intelectuais orgânicos insubmissos diante das epistemologias pautadas pela cisgeneridade branca cristã e tem se proposto a construção de novas epistemologias em que os corpos desviantes não sejam (im)postos à margem.

Tal movimento, sem dúvidas, permite romper com a história única, ou seja, aquela pautada pelos (cis)tema hegemônico e, além

13 Ao trazer tais apontamentos não se objetiva desprestigiar os conhecimentos produzidos fora da academia, sobretudo porque há consciência de que os primeiros passos do movimento transfeminista foram dados fora deste espaço. Aqui pretende-se reforçar a importância do acesso de pessoas trans ao espaço em questão e na possibilidade de construção de conhecimentos a partir de uma perspectiva transcêntrica, numa espécie de contranarrativa que combate o perigo da história única.

disso, corrobora a construção de outras histórias que transgridem a ideia de abjeção e de objetificação, frequentemente atribuída a esse grupo. Algumas pesquisadoras travestis, mulheres e homens trans têm contribuído para o fortalecimento do debate acerca dos movimentos trans e, em alguns casos em específico, têm pautado sobre o transfeminismo.

Segundo o Portal Geledés, em meados de 2012 Luma Nogueira de Andrade era a primeira e única, até então, travesti brasileira a conquistar o título de doutora no Brasil, com a tese intitulada *Travestis na Escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa* (2012). Além disso, foi pioneira em tomar posse como professora na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), do estado do Ceará. Ela tem se dedicado a pesquisar sobre direitos humanos, diversidade cultural, etnicorracialidade, gênero e sexualidade (da infância a velhice), educação, políticas públicas e movimentos sociais.

Outro nome importante é o de Jaqueline Gomes de Jesus, doutora em psicologia pela Universidade de Brasília (UNB), a primeira mulher transgênera a ingressar no doutorado na instituição, em meados de 2009 (Cavalcanti, 2020). Atualmente, é professora no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e presidenta da Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH). Ela é um dos nomes relevantes na academia que se dedica a debater acerca da população LGBTQIAP+, destinando seu olhar, em especial, às pessoas transgêneras, discutindo entre outros temas sobre o transfeminismo.

Professora da Universidade Federal do Piauí, a doutora Leticia Carolina Nascimento, que se apresenta como uma mulher travesti, negra, gorda, nordestina e de axé é mais uma pessoa que se destaca. Há mais de dez anos tem se dedicado a pesquisar sobre gênero e sexualidades. Dentre as suas produções, a que tem maior destaque é a o livro *Transfeminismo* (2021), pertencente à coleção *Feminismos Plurais*. Nele a autora discute temas como conceitos relacionados a gênero, à pluralização das sujeitas do feminismo, à importância de

um movimento feminista que ultrapassa os limites da cisgenderidade, ao transfeminicídio, entre outros.

Megg Rayara Gomes de Oliveira é doutora em Educação e professora da Universidade Federal do Paraná. Ela foi a primeira travesti negra a obter, em 2017, o título de doutora pela universidade em que atua. Suas pesquisas, de modo geral, têm se destinado a pensar a comunidade LGBTQIAP+, sendo resultado de inquietações pessoais “compartilhada por vários sujeitos que, assim como eu, se movem em busca de ocupação de espaços, seja na escola, no movimento social, e/ou na ação intelectual” (Oliveira, 2017, *online*). Um ponto que merece ênfase em seus estudos é o olhar interseccional adotado pela pesquisadora.

A travesti Maria Zanela é mestra¹⁴ em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e, atualmente, doutoranda pela mesma instituição, com a tese *Pedagogia da Travestilidade*. Zanela não tem uma extensa produção acadêmica. Contudo, ressalta-se a importância de seus estudos e da centralidade conferida à travestilidade, temática pouco discutida no espaço acadêmico. Acrescido ao exposto, vale mencionar que a estudiosa em questão tem interesse em discussões referentes às relações de gênero; sexualidades; feminismos; trabalho sexual; políticas sociais; inclusão social; informação e cidadania; informação e movimentos sociais; resistências e poder; interseccionalidade e branquitude.

A pesquisadora Sara Wagner York, uma pessoa com deficiência visual, pai, avó e que se apresenta como Travesti da/na Educação. Ela se dedica a estudar temáticas relacionadas à travestilidade há um tempo, desde a graduação, aprofundando o debate no mestrado, com a dissertação *TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: Des(a)fiando “cistemas” e ocupando a Pós-Graduação*

¹⁴ Acredita-se que é importante mencionar o título da dissertação, visto que traz para a centralidade do debate um estudo relacionado às travestis, *Travestis em Contextos de Prostituição de Rua: Sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta* (2019).

(2020). Atualmente, é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com a pesquisa *A travestilidade e o homódio em terras pandem(iloni)cas: luto e formação de professoras*. Ademais, ressaltam-se que ela tem contribuído com o enriquecimento do arcabouço teórico nacional sobre os seguintes temas: travestilidade; desigualdade e a diferença; a laicidade; a biopolítica e a necropolítica; e as identidades como estruturas determinantes para a exclusão/inclusão travesti/trans no contexto homo-conversador-nacionalista, por meio de textos publicados em revistas acadêmicas e capítulos de livros.

Sua atuação e ativismo como uma Travesti da/na Educação tem sido reconhecido, visto que ela recebeu diversos prêmios¹⁵ ao longo de sua trajetória. Faz-se necessário pontuar que Sara Wagner York não se limita a pesquisar e escrever transepistemologias. O que já é de uma relevância significativa. Ela é tradutora de tais conhecimentos. Desse modo, corrobora para a disseminação de conhecimentos transculturados.

A travesti Adriana Barbosa Sales é servidora pública da secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso. Doutora em psicologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), com a tese intitulada *Travestis Brasileiras e Escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades* (2018). Dedicou-se aos estudos da travestilidade desde o mestrado quando pesquisou acerca da *Travestilidade e escolas em narrativas de alunas travestis* (2012). Sales já publicou, individualmente e em parceria com outros

15 Recebeu a Medalha ALUMNI da Universidade Estácio de Sá (2017) pela luta na implantação do nome social, nas plataformas educacionais da instituição nacionalmente, e por atuar junto à comunidade carioca pela trans-inclusão. Recebeu o Diploma de reconhecimento e gratidão em atividades durante a pandemia de COVID-19 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - RJ (2021). Conferida pela Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro, recebeu a Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga (2023). Recebeu também em 2023 o Prêmio Antonieta de Barros em relevância ao mês das mulheres pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ-2023).

pesquisadores, alguns textos em periódicos sobre o tema, desse modo, contribui para o debate dessa temática no contexto brasileiro.

A pesquisadora Jaqueline Angelo dos Santos Denardin foi a primeira mulher trans a conquistar o título de doutora pela Universidade Federal de Mato Grosso, cuja tese se intitula “*O Corpo Define Ela como Mulher!*”: uma análise discursiva de entrevistas com homens cis heterossexuais e travestis e mulheres transexuais (2023)¹⁶. Desde o mestrado, Denardin pesquisa sobre a temática. Tal dedicação resultou em alguns textos publicados em periódicos e em capítulos de livros.

Até então, foram apresentados apenas nomes de travestis e mulheres trans. A partir deste ponto, busca-se abordar acerca dos homens transgêneros e a importância da contribuição desses sujeitos para o debate. João Walter Nery foi o primeiro homem transgênero a realizar a cirurgia de afirmação de gênero no Brasil num período em que tal cirurgia era considerada um crime no país. Após a publicação de sua autobiografia intitulada *Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois* (2011) e entrevistas, “tornou-se referência nacional como ativista pelos direitos da causa LBGTTTT” (Nery, et al., 2013, p. 139).

A autobiografia de Nery e os textos acadêmicos por ele publicados são relevantes à comunidade trans, sobretudo à transmasculina, pois João Nery confere centralidade às questões relacionadas aos homens trans, parcela da comunidade que, muitas vezes, sofre com a (in)visibilização. Registra-se que ele, dadas as suas vivências, foi direcionado a tratar de temas pouco abordados e sobre a velhice das pessoas transgêneras, elemento que discutiu de forma

16 Registra-se aqui a relevância do professor da Universidade Federal de Mato Grosso, Danie Marcelo de Jesus, vinculado aos Programas de Pós-graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL/UFMT) e de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO/UFMT), que orientou Jaqueline Angelo dos Santos Denardin e Vicente Tchalian, respectivamente, a primeira mulher trans e o primeiro homem trans a conquistar o título de doutora e doutor pela UFMT.

especial em sua obra publicada postumamente: *Velhice Transviada: memórias e reflexões* (2019).

A relevância de João Nery foi tamanha. Reconhecida a sua importância, a ele foi conferido o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de Mato Grosso, em 2018. O título em questão é conferido às pessoas que se destacam em diferentes áreas: artes, ciências, filosofia, letras, causas humanitárias. Meses antes de receber o título, o homem trans que era psicólogo, escritor e ativista veio a óbito. Desse modo, o Título de Doutor Honoris Causa *in memoriam* foi entregue à família.

Não há uma gama muito grande de homens transgêneros que discutem na academia sobre as transmasculinidades¹⁷. Pelo menos não com tamanha visibilidade como a de João Nery. Sem dúvidas, ainda que não seja um número expressivo, eles existem, mas os (cis) temas que organizam a sociedade tendem a “apagá-los”. No entanto, trabalhos que versam sobre a transgeneridade, seja sobre as travestis, as mulheres trans e/ou homens trans, devem adotar um posicionamento político, resgatando tais pesquisadoras e pesquisadores, com o intuito de combater o epistemicídio transgênero.

Outro pesquisador que confere centralidade às questões trans, sobretudo transmasculinas, é Vicente Tchalian. Ele foi o primeiro homem trans a conquistar o título de doutor pela Universidade Federal de Mato Grosso, com a tese *Construções de masculinidades em homens trans de Mato Grosso* (2021). Seus textos versam, entre outros temas, sobre os direitos humanos e diversidade, estudos de gênero e políticas públicas.

Ter um homem trans pensando sobre as construções das masculinidades trans no estado de Mato Grosso e, além disso,

¹⁷ Precisa-se ressaltar que, atualmente, a *Revista Estudos Transviados*, que surgiu em meados de 2020, no Rio de Janeiro, tem papel muito importante, pois é uma “iniciativa para criar um espaço de acolhimento e divulgação de produções de pessoas transmasculinas”. Em virtude disso, reúne inúmeros trabalhos produzidos por pessoas com identidades transmasculinas. Ela está disponível no seguinte site: <https://revistaestudostransviados.wordpress.com/>.

conquistando o título de doutor com tal pesquisa é de uma relevância significativa. Isso se deve a dois pontos: (1) em virtude de a pesquisa ser realizada em um dos 10 estados que mais matam travestis e transexuais no Brasil, segundo informam os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais; (2) visto que coloca em pauta as masculinidades trans, posto que os estudos relacionados às transgeneridades se dedicam a pensar, em sua maioria, sobre as travestis e mulheres transgêneras. Desse modo, há certa invisibilidade quando se trata das transmasculinidades, embora isso esteja mudando de forma gradativa (Pereira *et al.*, 2021).

Registra-se que houve acesso a pesquisas que forneçam dados precisos acerca do ingresso de travestis, mulheres trans e homens trans na pós-graduação. Aliado a isso, enfrenta-se o problema apontado pelo *Jornal Extra Classe* (2022): um apagão de dados de pessoas trans no ensino superior. Isso inclui graduação e pós-graduação. Tal apagão resulta na inviabilidade de mensurar, exatamente, ao olhar as Instituições Federais de Ensino Superior, o número certo de pesquisadoras e pesquisadores trans que ocupam esse espaço e dedicam-se a pesquisas que debatem as transgeneridades e o transfeminismo. Os que aqui foram mencionados são aqueles que se destacam com suas produções e em virtude do contexto no qual estão inseridos: Mato Grosso.

Faz-se necessário registrar o quão significativo é que pessoas trans acessem a educação formal e, além disso, a elaboração e implementação de políticas públicas que auxiliem na permanência dessa parcela da população, desde o ensino básico até o ensino superior e, por conseguinte, na pós-graduação. Para além de um direito básico que pode contribuir para uma vida mais digna, a permanência torna possível contar outras histórias, construir outras epistemologias e colocar em pauta questões inerentes às vivências trans, muitas vezes, ignoradas pela cisgeneridade, inclusive, por aqueles que se colocam como aliados à luta.

Quando isso é apontado, não se pretende desmerecer os conhecimentos produzidos pela população trans fora da academia, visto que eles são legítimos e necessários, sobretudo, porque tal parcela, continuamente, é excluída dos espaços, inclusive, aqueles destinados à educação formal.

Gradativamente, ainda que se enfrentem diversos sistemas opressores, a população trans tem conquistado espaço nos debates não só fora da academia, por meio das redes sociais, mas dentro dela. Desse modo, o processo de tornar audíveis outras histórias, para além daquela imposta pelo (cis)temas opressores, está acontecendo. O projeto de implodir os sistemas opressores, agora, ocorre dentro e fora da academia, por meio de pesquisas *queer*, *quare*, transviadas, travestis e transgêneras.

UFMT: REFLEXÕES SOBRE A TRANSFOBIA NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO

“Não aceitarei e não tolerarei ser desrespeitada...” as sujeitas e os sujeitos da pesquisa

Antes de apresentar as sujeitas e os sujeitos da pesquisa, faz-se necessário realizar um breve prelúdio para discutir alguns pontos relevantes.

O primeiro e, talvez, mais importante seja a adoção do termo “sujeita e sujeito” de pesquisa. Nos manuais de pesquisas, é comum deparar com o termo “objeto de pesquisa”, inclusive, quando se está tratando de investigações que envolvem seres humanos. Essa concepção, sistematicamente, também é compreendida por sujeitos e/ou grupos investigados.

Por exemplo, um fato que ocorreu no dia da entrevista de Nick Cruz, um homem transgênero que participou do estudo: ao chegar no local combinado, se apresentou e disse “cheguei o seu objeto de pesquisa”. De imediato, a resposta dada foi “não! Chegou o sujeito de pesquisa”.

Ressaltar isso neste preâmbulo é importante, pois se entende que os participantes da pesquisa são sujeitos, portanto, seres pensantes que trazem consigo crenças, histórias de vida que corroboram a estruturação da pesquisa. Desse modo, rompem o lugar de “passividade” do objeto.

Ao posicionar dessa forma, reconhece-se que o “poder” de realizar a pesquisa não se encontra de posse daquele que é denominado pela sociedade como pesquisador. Trata-se de um trabalho em conjunto que se estrutura por meio de um diálogo entre o pesquisador, o referencial teórico e as sujeitas e aos sujeitos da pesquisa.

Considerando tal pressuposto, a pesquisa que aqui se estrutura pautou-se neste pensamento desde os seus primeiros passos. Antes de

iniciar a discussão teórica e as entrevistas, houve uma conversa entre o pesquisador e uma aluna travesti negra¹⁸, à época, com a finalidade de que o projeto não fosse constituído apenas sob o olhar cisgênero, branco. Isto posto, faz-se necessário registrar a contribuição da estudante, visto que o fato de ser uma travesti racializada possibilitou direcionar o nosso olhar para os meandros que a cisgêneridade e a branquitude são inábeis para enxergar.

Após essa colaboração, partiu-se para a construção de um debate teórico que envolveu o percurso da pesquisa; algumas considerações sobre a Teoria *queer* e a Teoria *quare*; debateu-se a relevância da teoria *quare* no contexto brasileiro e, além disso, refletiu-se sobre o transfeminismo. Após tais reflexões, foram realizadas entrevistas gravadas em áudio. Ao todo, sete pessoas participaram da pesquisa, sendo que quatro se identificaram como homens trans e três com identidades femininas.

A partir deste ponto, o objetivo é apresentar cada um dos participantes. Conforme estabelecido no “Termo de consentimento livre e esclarecido”, para assegurar o sigilo e a privacidade, não será mencionado o nome das pessoas entrevistadas. Dessa forma, optou-se por utilizar nomes de travestis, mulheres e homens trans com certa visibilidade na sociedade, sobretudo, a fim de resgatar as histórias, muitas vezes, apagadas pelos (cis)temas.

Erika Hilton¹⁹ identifica-se como uma mulher transgênera bissexual branca, que tem 20 anos. Ela é uma aluna de um curso que está incluído na área das Ciências Sociais Aplicadas. Atualmente,

18 A aluna em questão se reconhece como uma travesti negra. No período em que a conversa ocorreu, ela estava cursando o último semestre de um curso na área de Ciências Humanas e Sociais.

19 O nome em questão tem a finalidade de homenagear Erika Santos Silva, conhecida como Erika Hilton, a primeira Deputada Federal negra e trans eleita no Brasil. Foi a vereadora mais votada no Brasil em 2020. Além disso, por dois anos seguidos foi presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo.

encontra-se no terceiro semestre do curso, que ingressou por meio de um processo seletivo específico de vagas remanescentes, em 2022.

Xica Manicongo²⁰ é uma travesti com a sexualidade “complicada”, pois se reconhece como uma pessoa pansexual ou falsa pansexual. Ela é parda e tem 25 anos. Está no terceiro semestre de um curso da área de Ciências Humanas. O ingresso na Universidade se deu por meio de um processo seletivo para preenchimento de vagas remanescentes, em 2023.

Liniker²¹ se reconhece como uma mulher transgênera lésbica. Ela tem 26 anos de idade, autodeclara-se como branca e está no oitavo semestre de um curso da área de Ciências Sociais e Aplicada. Ingressou na graduação em meados de 2014, via Sistema de Seleção Unificada (SISU).

Em se tratando dos homens trans, participaram da pesquisa quatro sujeitos. Paulo Vaz²² é branco, tem 33 anos e é bissexual. Ingressou na UFMT em 2019, para estudar num curso de Ciências Sociais e Aplicadas.

Outro participante da pesquisa é o João W. Nery²³, um homem trans heterossexual, pardo e com 27 anos de idade. Ele está

20 O nome em questão tem como objetivo homenagear Xica Manicongo, considerada a primeira travesti brasileira, ela ficou conhecida por subverter a cisgeneridade, sendo atualmente símbolo de luta e resistência para a Comunidade LGBTQIAP+

21 Trata-se de uma homenagem à cantora, compositora, artista visual, empresária, produtora, imortal na Academia Brasileira de Cultura (ABC) Liniker de Barros Ferreira Campos, uma travesti racializada indicada a diversos prêmios, sendo vencedora de alguns, dentre eles o Grammy Latino de Melhor Álbum de Música Popular Brasileira (2023).

22 Trata-se de uma homenagem a Paulo Vaz, conhecido popularmente como Popó Vaz. Ele foi um policial civil, ativista e influenciador digital brasileiro. Suicidado pela sociedade em meados de 2022, após ataques transfóbicos.

23 Trata-se de uma homenagem a João W. Nery, psicólogo e escritor. O primeiro homem trans no Brasil a realizar uma cirurgia de redesignação sexual em meados de 1977. Foi condecorado Doutor Honoris Causa pela UFMT.

no quinto semestre do curso da área das Ciências da Saúde. Ingressou na universidade através de transferência facultativa.

Há, ainda, o Nick Cruz²⁴, assim como o entrevistado anterior ele também estuda num curso da área das Ciências da Saúde. No entanto, encontra-se no sexto semestre, portanto, ingressou em meados de 2020. O aluno em questão tem 28 anos de idade, é pardo e heterossexual.

Lucas Scarpelli²⁵ tem apenas 20 anos de idade. Trata-se de um homem trans branco que veio do interior de uma cidade do nordeste, bissexual que estuda em um curso da área das Ciências da Saúde. Ele foi aprovado no SISU em 2022, está cursando o terceiro semestre.

Algumas questões feitas inicialmente tiveram a finalidade de registrar os dados das entrevistadas e dos entrevistados. No entanto, elas não se limitavam a isso, pois, desde então, já direcionaram as reflexões, muitas vezes, ignoradas e/ou compreendidas como irrelevantes, sobretudo pelas pessoas cisgêneras.

Ao questionar, por exemplo, “como você se identifica”, buscase, enquanto pesquisadores, não apenas tratar com o máximo respeito as pessoas que são violentadas constantemente pela sociedade. Para além disso, o objetivo de demonstrar que essa é uma pergunta primordial, que deve ser realizada antes de “subentender” e/ou atribuir determinada identidade de gênero a uma pessoa.

Outra questão que, a priori, pode parecer um tanto descompromissada e, às vezes, um tanto invasiva, mas que tem uma finalidade importante no contexto de pesquisa, é: “qual a sua orientação sexual?” Registrar a orientação sexual dos participantes tem, entre outros fatores, a finalidade de trazer para o debate alguns aspectos que vêm sendo abordados, mas que ainda causam confusão: (1) identidade de gênero; (2) orientação sexual; (3) sexo biológico; (4) gênero. A confusão se dá, segundo Judith Butler, em *Problemas*

24 Trata-se de uma homenagem ao cantor capixaba Nick Cruz, um homem trans.

25 Trata-se de uma homenagem a Lucas Scarpelli, um homem trans que é criador de conteúdo, publicitário e blogueiro. Apresentou o programa “Queer Eye Brasil”.

de gênero: feminismo e subversão da identidade (2018), em razão da concepção adotada de que os gêneros tidos como inteligíveis mantêm uma continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo. As pessoas que não se enquadram dentro deste molde social, ou seja, não apresentam “coerência” entre sexo, gênero, prática sexual e desejo são automaticamente “inscríticas” numa patologia.

Vale ressaltar que, segundo Jéssica Matos Cardoso, Alex Sales Soares e Carlos Henrique Lucas Lima em *A Subversão do Gênero e o Gênero da Subversão* (2017), os gêneros compreendidos como inteligíveis são sustentados por meio da norma heteronormativa e pela binaridade de gênero. Desse modo, tal “ordem”, vigente no Ocidente, “legítima e tende a tomar todos/as como heterossexuais, marginalizando e violentando, de distintas formas, os/as que fogem a essa norma” (Cardoso; Soares; Lima, 2017, p. 139).

Os estudos relacionados ao gênero e, mais especificamente, aqueles que tratam sobre as identidades de gênero têm corroborado para desconstruir esse *continuum* entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo, subvertendo, por fim, as normas e, por conseguinte, conferindo humanidade aquelas e aqueles que são, sistematicamente, vistos e tratados como abjetos. Os autores supracitados ressaltam a importância da subversão da norma, enfatizando que:

as identidades estão em constante transformação e podem variar de acordo com a sociedade na qual estão inseridas, com o contexto histórico da qual fazem parte e justamente por isso devem estar abertas à contestação e ressignificação constantemente. Desconfiar das identidades naturalizadas é possibilitar e criar condições para que outras formas de existência sejam não só, como deseja certa retórica multicultural, “toleradas”, mas, e, sobretudo, respeitadas e valorizadas (Cardoso; Soares; Lima, 2017, p. 140-141).

Os autores reconhecem que as identidades são construções sociais e, por isso, vão depender do contexto histórico-social. Ademais, ressaltam que elas não são estanques, logo, passíveis de modificações. Elaborar um debate acerca das identidades, incluindo sexo, gênero, práticas sexuais e desejo, pautando-se nas considerações mencionadas, contribui para questionar as identidades naturalizadas, ao passo que proporciona conjunturas para que outras formas sejam reconhecidas, valorizadas e respeitadas.

Desse modo, entende-se que o *continuum* vigente não parece coerente. Miriam Pillar Grossi, em *Identidade de gênero e sexualidade* (1998, p. 1), ao refletir sobre a temática, conclui que “o senso comum ocidental [...] considera que a identidade de gênero é marcada pela opção sexual”. Desconstruir esse imaginário torna-se uma tarefa urgente, pois, como foi demonstrado, por meio da discussão feita até o momento e através da apresentação das pessoas que participaram da pesquisa, a identidade de gênero, a orientação sexual, o sexo biológico e as práticas sexuais podem não estabelecer uma lógica, como pressupõe o Ocidente, que se pauta na heteronormatividade e na binaridade.

Considerando que, entre os sujeitos da pesquisa, há pessoas que se identificam como travestis, mulheres trans e homens trans, cuja sexualidade varia entre bissexuais, pansexuais e heterossexual, compreende-se que se torna coerente, neste momento, retomar os quatro pontos mencionados – (1) gênero; (2) sexo biológico; (3) orientação sexual; (4) identidade de gênero – com o intuito de trazer a definição.

Talvez umas das máximas para a compreensão do gênero seja a premissa apresentada por Simone de Beauvoir em *O segundo sexo: a experiência vivida* (1967, p. 09): “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Essa é uma das frases mais conhecidas da escritora e filósofa em questão. Se não se nasce mulher, mas vai se constituindo como tal, pode-se entender que ser mulher e, por conseguinte, ser homem é

uma construção social. Isto posto, o gênero masculino e o feminino são construídos e mantidos socio-historicamente.

Andrea Maihofer, em *O gênero como construção social – uma consideração intermediária* (2016), estabelece certo diálogo com o proposto. Contudo, apresenta um olhar mais apurado, visto que suas considerações foram realizadas no século XXI, após os estudos relacionados ao gênero terem avançado significativamente. Maihofer, baseando-se em Goffman, assegura que as pessoas aprendem a interpretar o gênero, conforme é possível verificar:

Os indivíduos aprendem desde muito novos a ‘interpretar’ o próprio gênero da maneira mais persuasiva, e a ‘identificar’ seu ‘pertencimento de gênero’ distinguindo-o de outros o mais rápido e de forma mais segura possível. As situações sociais, por sua vez, são, ao mesmo tempo, organizadas de modo a proporcionarem aos indivíduos os meios necessários para isto. Elas, de fato, sugerem os modos de comportamento que competem a cada gênero. E é justamente nisso que encontramos o ponto principal de Goffman acerca da conceitualização de **gênero como construção social: situações sociais contêm, segundo ele, mecanismos e estruturas que fazem com que os indivíduos ajam reiteradamente em função específica do seu gênero, permitindo, com isto, o surgimento contínuo a novas diferenças de gênero** (Maihofer, 2016, p. 880, grifos nossos).

Considerando o exposto, compreende-se que o gênero é um constructo social, portanto, aprende-se a performar como homem ou mulher. As situações sociais em que se está inserido tendem a reforçar tais construções.

Gênero e sexo biológico ainda hoje são apresentados como elementos interligados. Socialmente tem sido propagada a ideia de que, se uma pessoa nasce com um pênis, conseqüentemente, ela é um

homem; caso contrário, se uma pessoa nasce com uma vulva, logo, ela é lida como uma mulher. Embora essa correlação ainda persista, a abordagem dos estudos de gênero e, especialmente, o contato com as pessoas transgêneras tornam essa perspectiva consideravelmente frágil.

A socióloga francesa Marie-Victoire, no texto *Diga-me: o que significa gênero?* (2006), debate sobre o gênero e apresenta elementos para refletir sobre o sexo biológico, propondo que se desnaturalize esse *continuum* construído entre gênero e sexo biológico, advertindo que: “é preciso desnaturalizar a ligação entre sexo e gênero; que o gênero constrói o sexo biológico” (Louis, 2006, p. 715). Desnaturalizar essa ligação é um trabalho urgente que necessita de um empenho significativo, pois há uma vertente conservadora da sociedade que insiste em reafirmar a ligação em questão, desconsiderando que, ao insistir na conexão gênero e sexo biológico, contribui para o genocídio das pessoas que não atendem este padrão.

Passa-se agora à discussão relacionada à orientação sexual, aspecto que está ligado ao campo do desejo. Fernando Luiz Cardoso, ao debater sobre o termo em *O Conceito de Orientação Sexual na Encruzilhada entre Sexo, Gênero e Motricidade* (2008), apresenta as seguintes considerações: “orientação sexual pode variar muito de área para área e de autor para autor. Na maioria das vezes, esse conceito está relacionado ao sentido do desejo sexual: se para pessoas do sexo oposto, do mesmo sexo ou para ambos” (Cardoso, 2008, p. 73).

Diante do exposto, ao abordar o desejo/atração sexual, romântica e emocional, então, reconhece-se que há pessoas que desejam/atraem pelo sexo oposto, portanto, compreendidas como heterossexuais; as que manifestam desejo/atração por pessoas do mesmo sexo, denominadas de homossexuais; e aquelas que desejam/atraem por ambos os sexos, designadas como bissexuais. Trazer essas três vertentes não tem a finalidade de dizer que existam apenas pessoas heterossexuais, homossexuais e bissexuais. Há, sem dúvidas, outras manifestações de desejo/atração sexual, romântica e emocional que extrapolam as apresentadas. Prova disso é a resposta da participante

da pesquisa Xica Manicongo, que, quando questionada acerca de sua orientação sexual, respondeu que é travesti com a sexualidade “complicada”, pois se reconhece como uma pessoa pansexual.

A pansexualidade, segundo Luiza Maria Plentz, Daniel Canavese de Oliveira e Marcos Claudio Signorelli, ao tratar sobre o termo no texto *Sexo, Identidade de Gênero e Orientação Sexual, como Preencher? análise qualitativa dos dilemas e potências na vigilância das violências* (2023), faz referência “[às] pessoas cuja atração pode ocorrer por outras pessoas independentemente do sexo biológico, expressão de gênero, ou orientação sexual” (Plentz *et al.*, 2023, p. 241). Num primeiro momento, pode-se compreender que o termo pansexual se aproxima da bissexualidade. Isso é um fato, pois Danieli Klidzio e Monalisa Dias de Siqueira, em *A Bissexualidade e a Pansexualidade enquanto Identidades: invisibilidade e estereótipos* (2022), reconhecem tal percepção. No entanto, os autores alertam que “o prefixo “pan” de pansexualidade diz respeito a todos os gêneros enquanto o prefixo “bi” de bissexualidade, em um primeiro momento, dizia respeito ao binário homem e mulher” (Klidzio; Siqueira, 2022, p. 336).

Trazer para o debate a sexualidade das travestis, mulheres e homens trans nos permite pontuar que gênero, sexo biológico, orientação sexual, identidade de gênero podem não confluir para uma única direção. Evidencia-se que orientação sexual e identidade de gênero são aspectos distintos. É possível, conforme verificou-se na apresentação das/dos sujeitas/sujeitos de pesquisa, que existam travestis pansexuais, homens trans heterossexuais; homens trans bissexuais; mulheres trans bissexuais; mulheres trans lésbicas e outras tantas variações.

Por fim, busca-se discutir sobre o termo transgênero. Embora já tenha realizado nos capítulos anteriores, considera-se que é importante retomar a discussão, uma vez que, neste contexto, se estabelece diálogo com outros marcadores: gênero; sexo biológico; orientação sexual.

A travesti Jaqueline Gomes de Jesus, num tom um tanto didático, elaborou as *Orientações Sobre Identidade de Gênero: conceitos e termos: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião* (2012b). No guia em questão, ela pontua que transexualidade diz respeito a uma identidade de gênero. Não é, como algumas pessoas julgam ser, uma orientação sexual. Há, segundo a pesquisadora, diferentes definições, de forma simplificada. Ela compreende as pessoas trans como aquelas que “lidam de formas diferentes, e em diferentes graus, com o gênero ao qual se identificam” (Jesus, 2012b, p. 14).

Diante do exposto, entende-se que se trata de autoidentificação. Embora tenha-se o sexo biológico, não é ele que irá definir como a pessoa se reconhecer. Pontua-se, porém, que “não é uma escolha ou um capricho” (Jesus, 2012b, p. 14). O termo transgênero é, segundo a pesquisadora Letícia Lanz, em sua pesquisa de mestrado na área de sociologia intitulada *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero* (2014), um termo guarda-chuva, pois reúne “debaixo de si todas essas identidades gênero-divergentes, ou seja, identidades que, de alguma forma e em algum grau, descumprem, ferem e/ou afrontam o dispositivo binário de gênero” (Lanz, 2014, p. 7). Isto posto, compreende-se que, dentro do rol da transgeneridade, incluem-se: travestis, mulheres transgêneras, homens transgêneros e outras identidades.

A identidades travestis e mulheres transgêneras estão no mesmo escopo, contudo são identidades distintas e, muitas vezes, confundidas. Ainda que não seja essa a vertente a qual se compreende a mais coerente, considerando a interseccionalidade num diálogo com a teoria *quare*, destaca-se, com base na pesquisa de mestrado de Ariane Moreira de Senna, *A solidão da mulher trans, negra e periférica: uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal* (2021), que o termo transexual reproduz, em certa medida, uma lógica de higienização social, enquanto isso, as travestis estariam ligadas ao contexto de prostituição. Ainda que

essa ideia paira no imaginário social, é preciso registrar, conforme já sinalizado, que se trata de autoidentificação.

As travestis e as mulheres trans são identidades femininas. As travestis, segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 17), “vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero”. Já as mulheres transgêneras se reconhecem como mulheres. Contribuir para desatar o nó e, por conseguinte, desfazer essa confusão entre as identidades femininas aqui mencionadas é algo urgente.

Antes de finalizarmos a discussão nesta seção e avançar para a análise das entrevistas, é preciso registrar o óbvio: nascer com o pênis não torna, de forma alguma, uma pessoa homem. Da mesma forma, nascer com uma vulva não faz uma pessoa mulher. É preciso compreender isso para que a transgeneridade não seja lida como uma anomalia, para que essa parcela da sociedade tenha possibilidade de vida, ressalta-se, de uma vida digna.

Não vamos *ABAFAR O CASO*²⁶

Neste momento, será apresentada a pesquisa, cujos dados foram coletados por meio de entrevista gravada em áudio com perguntas semiestruturadas. Sete pessoas participaram da pesquisa, sendo que quatro identificam-se como homens transgêneros e a outra parcela se reconhece pertencente ao gênero do sexo feminino, uma travesti e duas mulheres transgêneras.

O primeiro questionamento feito às sujeitas e aos sujeitos participantes da pesquisa foi: **“Você se reconheceu como uma pessoa trans antes, durante ou depois do ingresso na universidade?”**.

²⁶ Segundo o *Pequeno Vocabulário Pajubá Palmense* (2023), organizado por Paulo Ricardo Aires Rodrigues e Karylleila dos Santos Andrade, a expressão abafar o caso significa “Despistar alguém”.

A aluna Erika Hilton, uma mulher trans, ingressou na UFMT num curso da área de Ciências Humanas. Após não se identificar com o curso, por meio de edital de transferência, migrou para outro curso, na área de Ciências Sociais Aplicadas. O seu processo de reconhecimento ocorreu após ingresso no primeiro curso.

Considerando a resposta da estudante, foi questionado se ela acreditava que, à época, **reconhecer-se enquanto um homem cis antes do ingresso na universidade facilitou o ingresso em tal espaço?** A resposta, de imediato, foi: *“Sim, tenho certeza, porque se na época fosse uma mulher trans [...] Eu não teria tido condições psicológicas para estudar, entendeu? Não, de forma nenhuma. [...] Entendeu? É, talvez eu conseguiria, mas com certeza não, não. Não seria tão fácil quanto foi”* (Erika Hilton).

As reflexões de Erika Hilton aqui são relevantes à medida que fazem entender que as pessoas trans, mesmo aquelas que ingressaram na universidade antes do processo de transição, têm consciência de que há para essa parcela da sociedade inúmeras barreiras que as impedem de ingressar e, por conseguinte, permanecer neste espaço. Não à toa, existe um número pequeno de alunas travestis, mulheres e homens trans nas universidades, pois, muitas vezes, a família e a sociedade, de modo geral, não ofertam condições mínimas para esse grupo, inclusive psicológicas, para a conclusão do ensino médio. Segundo Gláucia Xavier, em *A transexualidade na educação profissional e tecnológica: o ensino médio em foco* (2022), ainda que não exista um consenso, cerca de 91% das pessoas trans não concluem o ensino médio.

Xica Manicongo identifica-se como uma travesti. Ela tem certas particularidades, quando ingressou na UFMT já tinha uma graduação. Seu processo de reconhecimento como uma travesti se deu durante o período em questão. O fato de ela está em uma segunda graduação merece atenção, pois, ao longo da pesquisa, observou-se que há uma pequena parcela de pessoas trans na universidade e poucos estudos que abordam a temática. Pesquisas que tratam sobre

pessoas trans que cursaram ou cursam uma segunda graduação não foram identificadas.

Embora corra-se o risco de ser repetitivo, pois é utilizado de forma reiterada o vocábulo “processo”, entende-se que é preciso tomar consciência que se reconhecer como uma pessoa trans é, de fato, um processo. Em muitos casos, primeiro a questão referente à sexualidade vem à tona e, depois, há uma “segunda” saída do armário, conforme relataram os seguintes participantes da pesquisa: João W. Nery e Nick Cruz.

Há, no entanto, outras pessoas, dentre elas Erika Hilton e Xica Manicongo, que colocam à prova a identidade cisgênera binária, identificando-se como não binárias antes de reconhecerem-se como mulher trans e travesti, respectivamente. Por pessoas não-binárias, Vitória Braga Padilha e Yáskara Arrial Palma, em *Vivências Não-Binárias na Contemporaneidade: um rompimento com o binarismo de gênero* (2017), compreendem que são aquelas que “caracterizam-se e descaracterizam-se como homens, mulheres, ambos, entre ou nenhum. Colocam-se na perspectiva de um devir, de estar em trânsito, de estar disposto ao invés de posto” (Padilha; Palmas, 2017, p. 3).

Essa discussão permite demonstrar que “travesti não é bagunça”, como afirmava Luana Muniz²⁷, uma das travestis mais famosas da Lapa – RJ. Se a concepção travesti está contido no termo guarda-chuva transgênero, logo pode-se compreender que “ser transgênero não é bagunça”. Trata-se, na realidade, de um processo de autorreconhecimento que, muitas vezes, demanda tempo e coragem, pois identificar-se como tal é se tornar um alvo constante das violências inerentes em uma sociedade transfóbica a serviço do

27 Segundo a UOL, na coluna Tv e Famosos, Luana Muniz (*In Memoriam*) foi uma das travestis mais conhecidas da Lapa – RJ. Ela acolhia travestis, transexuais vivendo com HIV, prostitutas e pessoas em situação de rua em um casarão na Rua Mem de Sá. Ademais, vale registrar que Luana fazia parte de vários projetos sociais voltados para a capacitação de travestis e transexuais para o mercado de trabalho.

genocídio trans, para mencionar um termo utilizado por Leandro Reinaldo da Cunha em *Genocídio Trans: a culpa é de quem?* (2022).

Liniker também é mulher trans. Ela se reconheceu como tal após o ingresso na UFMT. Sua resposta direciona o olhar para um aspecto importante: a relevância da universidade neste processo. Isso quando afirma que “*foi convivendo com as pessoas trans e vendo que eu tinha mais coisas em comum [...] com elas do que com a pessoa cis*” (Liniker). Diante do exposto, compreende-se que a universidade, para algumas pessoas que não se encaixam dentro das normas impostas pelo (cis)tema heteronormativo, pode ser um lugar de possibilidade e descoberta, quando permite contato com pessoas “diferentes” da norma. Contudo, para que esse contato ocorra, é necessário que as pessoas trans ocupem esse espaço.

Atualmente, a UFMT tem em todos os *campi* – Araguaia, Cuiabá, Sinop e Várzea Grande – cerca de 27 alunas e alunos que se reconhecem como trans, num universo de aproximadamente 25.435 estudantes matriculados, segundo dados levantados no site da Universidade Federal de Mato Grosso, num histórico da instituição apresentado pelo Programa de Pós-graduação em Zootecnia. Registra-se que este número pode ser subnotificado, pois há aquelas pessoas que ainda não solicitaram a retificação do nome e/ou não registraram a identidade de gênero. Contudo, acredita-se que não seja um montante significativamente maior.

Paulo Vaz, um homem trans, afirma que, muito antes de ingressar na UFMT, ele já se compreendia como tal. A primeira vez que ele teve contato com a palavra transexualidade foi quando tinha 21 anos. Contudo, desde os 04 ou 05 anos de idade, ele já percebia que havia algo “errado”. A UFMT não foi o seu primeiro ingresso no espaço acadêmico. Em meados de 2012, o participante da pesquisa relata ter iniciado um curso numa universidade federal na região nordeste, mas não concluiu. Tal ingresso foi um marcador essencial para que ele se compreendesse como uma pessoa trans

e respondesse algumas questões que carregava consigo acerca da identidade de gênero.

Posteriormente, decidiu estudar um curso da área das Ciências Sociais Aplicada na UFMT. A escolha da UFMT foi uma decisão pautada, sobretudo, nos auxílios ofertados. Sendo oriundo de uma família pertencente à classe trabalhadora, sua permanência na universidade dependia e, por ora, depende de tais auxílios.

Diante da resposta de Paulo Vaz e Liniker, pode-se mensurar a importância que a universidade tem na vida daqueles que identificam “algo errado”, como pontuou Paulo Vaz, mas que não sabem nomear o que é. Fausto Delphino Scote e Marcos Roberto Vieira Garcia, em *Trans-formando a Universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no ensino superior* (2020), reconhecem que, ao mesmo tempo em que a escola é um *locus* predominantemente cis-heterossexual, portanto, reproduz e mantém a visão cisheteronormativa e binária, este mesmo espaço corrobora a (des)construção de “debates e questões que contribuem para desmistificar e transformar a vida das pessoas, como os processos históricos e sociais de marginalização, invisibilidade, violência e discriminação da população LGBT, em geral” (Scote; Garcia, 2020, p. 7). Ao interrogar a aluna Xica Manicongo sobre a importância da Universidade no reconhecimento de sua identidade de gênero, obteve-se a seguinte resposta: “*Eu acho que total, porque os estudos de gênero, eles possibilitam o entendimento, a elaboração ou a reelaboração das categorias de gênero, das questões de gênero*” (Xica Manicongo).

João W. Nery, um homem trans, entendeu-se como uma pessoa trans após ter ingressado na universidade. Atualmente, estuda um curso na área da saúde. Contudo, ingressou na universidade num curso de outra área do conhecimento e, posteriormente, mudou de curso. Reconhece-se como um homem trans foi um processo. Enfrentando um adoecimento psíquico, o aluno em questão buscou apoio psicológico e a religião, a umbanda, a fim de preencher uma lacuna existencial. Foi a partir desse marco que João W. Nery passou

a se entender como homem. Neste contexto, a universidade foi relevante no seguinte quesito: a construção de uma rede de apoio, pois a terapeuta de João W. Nery era ex-aluna do curso de psicologia e ofertou a ele atendimento psicológico social, conforme é possível verificar na fala do estudante:

A universidade foi importante porque a psicóloga que me atendeu foi através de contato da universidade [...], eu só conheci porque eu estava na universidade [...]. E aí a minha psicóloga só atendia as pessoas em um processo de vulnerabilidade social por causa que ela atendia os estudantes da UFMT que procuravam. Acho que a universidade ela fez esse processo [...] conectar com várias pessoas que foram parte dessa rede de apoio (Aluno João Nery).

Percebe-se com a pesquisa que a universidade assume um posicionamento, no mínimo, duplo. Ela pode propagar violências contra as pessoas trans, mas, conforme exposto, pode ser um espaço que conecta diferentes pessoas e, algumas delas, tornam-se aliadas de luta. Dessa forma, contribui para que essa parcela da sociedade resista e consiga permanecer no ambiente em questão.

Nick Cruz afirma que se reconheceu como um homem trans na universidade. No entanto, entende que foi um processo elaborado ao longo da vida. Seu primeiro contato com a transgeneridade se deu a partir de um documentário sobre pessoas trans “*que parecia muito com a minha infância, foi quando eu comecei a me questionar*”. Após isso, o estudante passou a pesquisar sobre a temática e foi a partir daí que se percebeu como tal. A universidade foi importante, pois “*ela me possibilitou de eu experienciar coisas que eu jamais experienciaria se eu tivesse lá na minha família*”. A Universidade e suas múltiplas facetas, ao mesmo tempo que é um ambiente marcado pela transfobia, como veremos ao longo deste capítulo, ela pode ser, como pontuou Nick

Cruz, um espaço de autoconhecimento, reconhecimento e libertação para as pessoas trans.

Lucas Scarpelli, um homem trans, identificou-se como tal no ensino médio, mais especificamente no segundo ano. Por ser uma pessoa que tem apoio familiar e certo conforto financeiro, quando iniciou a graduação já havia se transicionado, aderido ao processo de hormonização, por isso, é um homem trans que tem passabilidade. Nesta pesquisa, ele é um sujeito que se destoa dos demais pelo fato de ter apoio familiar e condições de acesso à saúde, fator que o torna, como disse na entrevista, uma pessoa privilegiada, se comparada às demais.

Deparar com Lucas Scarpelli fez ter contato com outra vivência, ainda que pouco comum. Além disso, possibilitou pensar que uma pessoa trans, quando recebe o mínimo que a família pode proporcionar, acolhimento e apoio, tende a se sentir privilegiada, pois a realidade com a qual o grupo em questão lida, segundo Bruna G. Benevides, em *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021* (2022), é “que [aos] 13 anos de idade seja a média em que travestis e mulheres transexuais sejam expulsas de casa pelos pais” (Benevides, 2022, p. 45).

Isso resulta, de forma sistemática, na impossibilidade de acesso à educação. Dado o exposto, outro questionamento feito aos participantes da pesquisa foi: **quais as principais dificuldades enfrentadas para acessar o ensino superior?** Embora a questão tenha sido realizada a todos os participantes da pesquisa, interessa, sobremaneira, a resposta das pessoas que se identificaram como travesti, mulher ou homem trans antes de ingressar no ensino superior.

Ressalta-se que a aluna Xica Manicongo relatou que transacionou antes de ingressar na UFMT. Sua identificação como travesti ocorreu quando ela estava cursando sua primeira graduação numa instituição privada, no interior do estado de Mato Grosso. Ainda que ela enfrente barreiras para ingressar numa segunda graduação na UFMT, interessa, neste momento, refletir sobre as

dificuldades de quem se reconheceu como trans antes de ingressar no ensino superior. As considerações aqui apresentadas justificam o fato de limitar-se a refletir acerca de, apenas, dois participantes: Lucas Scarpelli e Paulo Vaz.

A resposta de Paulo Vaz, em certa medida, possibilita a análise de diversos aspectos, destacando-se o fato de o estudante acreditar que não é muito útil para responder à questão, pois foi aprovado para universidades públicas nas cinco tentativas. Contudo, posteriormente, ele apresenta uma dificuldade que enfrentou no ensino médio: a relação interpessoal. Ainda que o estudante não tenha aprofundado em sua resposta, ele afirma: “o complexo para mim é eu ter que lidar com as pessoas”. Ele não descreveu as transfobias sofridas, mas os dados acerca da “expulsão” das pessoas trans no ensino médio denotam o quanto a escola é um espaço hostil para essa parcela.

Outro ponto que merece certa atenção é que a aprovação no ensino superior, por si só, não garante o ingresso e a permanência na universidade de nenhum estudante. Quando se consideram especificamente as pessoas trans, a afirmação acima ganha outros contornos, pois, muitas vezes, tais pessoas não contam com “o apoio familiar em sua rede de suporte social e que desde muito cedo tiveram que se tornar independentes e subsidiar seus próprios meios de sobrevivência”, como afirmam Manoel Antônio dos Santos, Wanderlei Abadio de Oliveira e Érika Arantes de Oliveira Cardoso em *Inconfidências de abril: Impacto do isolamento social na comunidade Trans em tempos de pandemia de Covid-19* (2017, p. 9).

Consciente disso, Paulo Vaz afirma: “o complexo foi permanecer. Muito difícil. Isso é muito, muito, muito difícil de todos os âmbitos que se possa imaginar, né?”. Apesar de a resposta dar ênfase à permanência, entende-se que é difícil entrar e permanecer. Ao analisar os dados apresentados por Bruna G. Benevides e Soyonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs.) no *Dossiê Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020* (2021), tal assertiva se torna concreta perante o levantamento de que “cerca de 0,2%

estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental” (Benevides; Nogueira, 2021, p. 43). O pequeno número de pessoas trans regularmente matriculadas na UFMT corrobora tal afirmação.

Lucas Scarpelli afirma que enfrentou dificuldades na escola no segundo ano, quando se reconheceu como um homem trans. Ele presumiu que a situação poderia ter se agravado, no entanto o último ano do ensino médio foi cursado de forma remota, em razão da pandemia da Covid-19. Isso o isentou de vivenciar um período de maior hostilidade na escola. O estudante em questão representa uma pequena parcela de pessoas trans que contraria as estatísticas, pois não teve dificuldades para ingressar no ensino superior, conforme relatou. Dentre os fatos que contribuíram para isso, atribui à questão financeira e, além disso, ao apoio/acolhimento familiar.

Esses dois pontos afetam de forma significativa a vida das pessoas trans e, de certa forma, estão intimamente ligados. Sayonara Naider Bonfim Nogueira, em *Da Cartografia da Resistência ao Observatório da Violência contra Pessoas Trans no Brasil* (2018), corrobora o exposto quando afirma que no Brasil é “comum que pessoas trans sejam excluídas do mercado de trabalho, excluídas do espaço escolar desde as séries iniciais e expulsas de casa ainda na infância” (Nogueira, 2018, p. 221). Apesar de tais aspectos serem compreendidos como “comuns”, entende-se que o incomum, ou seja, o apoio familiar e certo conforto financeiro, vividos por Lucas Scarpelli, aqui, ocupam um lugar de extrema relevância, à medida que se faz compreender que a vida das pessoas trans é marcada não só pelo que é “comum”.

Outrossim, é preciso construir uma sociedade que torne possível o incomum aqui apresentado, sobretudo, no que diz respeito ao apoio familiar, visto que tal elemento é determinante na vida das pessoas trans, podendo manter o que é “comum” ou construir realidades “incomuns”, propiciando outras possibilidades que não

sejam a exclusão do mercado de trabalho e do espaço escolar/universitário e o exílio familiar.

Diante disso, considerando que se vive em uma sociedade que o “comum” ainda impera, conseqüentemente, a abjeção e a exclusão são situações que as pessoas trans lidam, vale ressaltar, quase que em sua integralidade. Desse modo, pensar a educação e a evasão escolar torna-se um tema que carece de maior atenção, pois entende-se que é necessário garantir a permanência, como afirma Nadir Zango em *Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares* (2016): “se o ingresso no ensino superior representa para esse grupo de estudantes ‘uma vitória’, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso” (Zango, 2016, p. 233). Embora o foco da autora esteja nas camadas populares, entende-se que tal pressuposto cabe na análise, sobretudo, em virtude do olhar interseccional que se buscou adotar nesta obra.

A evasão no ensino superior tem sido um problema enfrentado pelas universidades. Desse modo, é preciso compreender as motivações. Alberto Sanchez Paredes, em sua pesquisa *A Evasão do Terceiro Grau em Curitiba* (1994), enfatiza que ela pode resultar de fatores internos e/ou externos. No que diz respeito aos fatores internos, o autor inclui infraestrutura, corpo docente e a assistência socioeducacional. Já os fatores externos estão diretamente ligados aos alunos, tais como: vocação, aspectos socioeconômicos e problemas de ordem pessoal (Paredes, 1994).

Isto posto, entende-se que o ingresso no ensino superior, de modo algum, garante a permanência. Diante de tais considerações, questionou-se aos estudantes participantes da pesquisa: **quais os principais fatores que dificultam a permanência na UFMT?**

A resposta dada por Erika Hilton: “foi um momento que eu saí da casa dos meus pais pra casa da minha tia e assim, se não fosse [...] com certeza teria cancelado minha matrícula [...] eu teria evadido na universidade. Com certeza né, porque eu já [...] queria arranjar um emprego e na universidade pública poucas pessoas conseguem trabalhar e

estudar ao mesmo tempo, ainda mais sendo uma pessoa trans, entendeu? Que emprego que me [...] ia caber, entendeu? Seria só os empregos mais precarizados, entendeu? Então, assim, eu teria, não teria tempo para estudar, então. Eu, com certeza ia evadir [...] da universidade. É, é que nem eu digo, eu fui sortuda, né? É porque eu [...] tipo assim, eu já tinha todas as questões na mente [...], eu ia sair da universidade, [...] para a prostituição. Sabe, eu tive sorte, é a única coisa que posso dizer”.

Percebe-se que a entrevistada compreende que um dos aspectos que influencia de forma significativa a evasão de uma pessoa trans na universidade é a falta de apoio da família. Tal conclusão é resultado de sua experiência, pois, no período que ela ingressou na UFMT, simultaneamente, decidiu sair da casa dos pais, visto que, à época, estava se reconhecendo e autoafirmando sua identidade como uma mulher trans e, por isso, enfrentando embates familiares.

Neste contexto, além do impacto de se identificar como uma trans numa sociedade transfóbica, Erika Hilton enfrentou a vulnerabilidade socioeconomicamente, devido à falta de emprego. Ela sinaliza que o fato de ser uma mulher trans contribuiu e, ainda hoje, contribui para dificultar a inserção no mercado de trabalho. Um elemento decisivo para a sua permanência na Universidade, diante dos acontecimentos, foi ter sido acolhida por uma tia, caso isso não tivesse ocorrido, a evasão da universidade seria um fator inevitável. Ademais, declara que, atrelada à evasão, a prostituição faria parte da sua realidade, pois a necessidade de se manter, aliada à exclusão do mercado de trabalho formal, a direcionaria para a atividade econômica em questão.

O que foi discutido até então diz respeito aos fatores externos, conforme as proposições de Alberto Sanchez Paredes (1994). No entanto, Erika Hilton não se ateu em debatê-los. Seu olhar voltou-se, também, para as questões internas, aquelas relacionadas à infraestrutura, ao corpo docente e à assistência socioeducacional que podem afetar sua permanência na universidade, elencando os seguintes fatores: (1) o uso do banheiro – *“aqui, na UFMT, eu tinha*

medo de usar os banheiros femininos” (Erika Hilton) e (2) a violência de não ter o nome social respeitado.

Os dois fatores mencionados por Erika Hilton estão ligados, muitas vezes, às violências frequentes às quais as pessoas trans são submetidas. Outros participantes da pesquisa mencionaram tal fator. Paulo Vaz, por exemplo, afirma que *“eu não me ponho em situações para sofrer algumas coisas [...]. Por exemplo, eu nunca. [...] Eu só entrei no banheiro do ICHS 2 vezes”*. Essa mesma perspectiva é a de Nick Cruz, que, após finalizar a entrevista pediu para retornar à gravação, pois ele havia esquecido de mencionar o banheiro. O estudante apontou que *“o banheiro é, assim, uma questão [...]. Por que a gente não sabe de onde que vai vir a agressão [...] e ele é um [...] ambiente, né, nocivo. E a gente está sujeito a agressões [...] Não utilizo nenhum dos banheiros”*. As falas em questão exemplificam a insegurança vivida pelas pessoas trans, tanto aquelas que se identificam com o gênero masculino quanto as que se identificam com o gênero feminino.

Dada a impossibilidade de acessar os banheiros de forma segura, posto que a insegurança é uma constante, como afirmou Nick Cruz, *“a gente não sabe de onde que vai vim a agressão”*, compreende-se a universidade como um espaço potencialmente hostil às pessoas trans, resultando, portanto, em insegurança e, por conseguinte, pode contribuir para a evasão dessa parcela da sociedade do espaço universitário.

Apesar de ser uma realidade, o uso do banheiro, atualmente já não é um grande problema para Erika Hilton, pois ela tem certa passabilidade. Todavia, ter passabilidade não oferta segurança absoluta, sobretudo, quando ela informa a transfobia sofrida por suas amigas em um banheiro da UFMT *“[...] eu conheço casos de amigas trans minhas, né, que foram discriminadas assim. [...] acho que no banheiro da educação física [...] falaram que, tipo [...] aquele lá não era banheiro para elas”* (Erika Hilton).

Isto posto, entende-se que a Associação Nacional de Travestis e transexuais (ANTRA) na *Nota Técnica sobre direitos humanos e o*

direito ao banheiro: Vencendo a narrativa do apartheid de gênero que impede as pessoas transgêneras do acesso à cidadania no uso dos banheiros e demais espaços segregados por gênero (2023) apresenta uma assertiva coerente ao dizer que o problema relacionado ao uso do banheiro não são as pessoas trans, suas identidades ou o grupo ao qual pertencem. Na realidade, os problemas estão diretamente ligados ao:

machismo, a misoginia, o cissexismo e a transfobia, o capacitismo, o racismo e outras formas correlatas de discriminação, dificultam o acesso e geram insegurança aos grupos para os quais se direcionam tais violações de direitos humanos, tendo como objetivos principais: segregar, patrulhar e garantir a hegemonia de um determinado grupo em relação a outro visto como imediatamente inferior. No caso específico de pessoas trans, o machismo, o cissexismo e a transfobia funcionam como esse mecanismo de controle de acesso aos espaços sociais (ANTRA, 2023, p. 9).

A Nota Técnica apresenta elementos que permitem inferir que as pessoas são, na realidade, vítimas de sistemas que (des) organizam a sociedade, dentre eles o machismo, a misoginia, o cissexismo, a transfobia, o capacitismo, o racismo, entre outros. Tais sistemas tendem a controlar a sociedade, muitas vezes, obliterando os direitos das pessoas que, de uma forma ou de outra, não se encaixam dentro dos padrões.

Cláudio Eduardo Resende Alves e Maria Ignez Costa Moreira, em *Do Uso do Nome Social ao Uso do Banheiro: (trans) subjetividades em escolas brasileiras* (2015), estabelecem certo diálogo com o exposto, ao afirmarem que o banheiro pode ser compreendido, no contexto em questão, como um instrumento de controle que visa normatizar a sexualidade.

Quando a aluna Erika Hilton informa que, atualmente, o banheiro não é uma questão, mas o menciona, compreende-se que

o banheiro sempre será uma questão a ser debatida pelas pessoas trans. Isto posto, é preciso debater com as pessoas heterossexuais, a fim de construir uma sociedade segura e, por conseguinte, uma universidade que respeite as diferenças, visto que, hoje, as pessoas trans que são minorias e, conforme se observa ao longo da pesquisa, uma minoria que não é muito bem aceita, pois a universidade é compreendida como um espaço pertencente, “por direito”, à população que atende aos padrões.

O uso do nome social é um direito garantido às travestis e às pessoas trans, mesmo àquelas que ainda não realizaram a retificação nos documentos. A cartilha *Garantia da utilização do nome social para pessoas travestis e transexuais* (2021), organizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, ressalta que, em meados de 2016, na semana da Conferências Nacionais Conjuntas de Direitos Humanos, foi publicado o Decreto Nº 8.727/2016, que dispõe acerca do uso do nome social e, além disso, do reconhecimento da identidade de gênero de travestis e pessoas transexuais no âmbito da administração pública federal. Neste contexto, o entendimento, segundo a Cartilha, foi:

De acordo com o Decreto, os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, deverão adotar em seus atos e procedimentos o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento. Deverá também constar o campo “Nome Social” nos registros de sistema de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres. O Nome Social deverá vir em destaque nestes instrumentos, acompanhado do nome civil, o qual deverá ser utilizado **apenas** para fins administrativos internos. Desta forma, deverá constar nos documentos oficiais o nome social da pessoa travesti ou transexual (feminino e masculino),

assim como requerido pela interessada ou pelo interessado, a qualquer tempo (PRCEU. USP, 2021, p. 4).

Percebe-se que o decreto em questão evidencia o direito conferido às pessoas trans no uso do nome social. Contudo, apesar de, muitas vezes, essa parcela da sociedade requerer o uso, alguns servidores públicos da UFMT insistem na utilização do “nome morto”, como denomina as travestis, mulheres e homens trans ao referirem-se ao nome de registro, como relatou Erika Hilton: *“Quando eu fiz ciências sociais [...] eu entrei com o meu nome morto e aí, quando eu [...] decidi mudar [...] E aí eu tentei falar com a coordenação, a coordenação falou que eu só poderia mudar com a retificação, eu sabia que tudo que tinha alguma coisa errada, porque não é a lei, não é. Posso ter o meu nome social independente da retificação”*.

Além de Erika Hilton, outros participantes da pesquisa reiteram, em alguns casos, esse posicionamento de parte dos servidores da UFMT. A resistência em não aceitar o nome social das pessoas trans, além de ser uma infração legal, pode ser compreendida como transfóbica. Não por acaso, menciona-se que se trata de “uma violência sofrida” pelos participantes da pesquisa. É preciso propagar que as violências não se restringem às agressões físicas. Aquelas que são lidas como silenciosas, como o fato de não respeitar o nome social, é entendida como violência, pois pode corroborar, como declarou Erika Hilton, que a pessoa não se sinta confortável no espaço universitário: *“até faltava aula para eu não ter que passar isso, entendeu?”*

Paulo Vaz, um homem trans, por exemplo, ao tratar sobre o tema, informou que uma *“coisa que incomodava um pouco e hoje em dia não tanto em relação ao curso [...] Quando eu entrei, eu não tinha começado a transição hormonal, então ainda tinha muitas características femininas e havia um problema em relação ao nome”*. Ainda que ele afirme que hoje em dia o “erro” referente ao nome, aqui lido como violência, não o incomode tanto, é preciso registrar

que ainda causa incômodo, logo é passível de incentivar a exclusão do espaço universitário.

Desse modo, compreende-se, com Berenice Bento, em *Nome Social para Pessoas Trans: cidadania precária e gambiarra legal* (2014a), que o nome social é de suma importância às travestis e pessoas trans. No entanto, adverte que as normas que têm sido instituídas para a aceitabilidade do nome social atendem esferas micro (escolas, universidades, repartições públicas). Isso resulta, segundo a pesquisadora, numa gambiarra legal marcada pela cidadania precária a essa parcela da população. Bento compreende o termo “cidadania precária” como: “negar a condição humana e de cidadão/cidadã e de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas” (Bento, 2014a, p. 167).

Há a necessidade de buscas de suplantar essa “cidadania precária” imposta não só às pessoas trans, mas às ditas maiorias minorizadas. Neste contexto, as travestis e as mulheres e os homens trans, com seus corpos políticos, têm conquistado, de forma lenta e descontínua, alguns espaços e reconhecimentos, travando uma luta diária em prol da sobrevivência.

Os principais fatores que dificultam a permanência de travestis e homens e mulheres trans na UFMT não se encerram nos pontos mencionados. A aluna Xica Manicongo, por exemplo, indica a ausência de pessoas trans na instituição como um elemento que dificulta a sua permanência neste espaço: “*perceber que não existem pessoas semelhantes a mim com o mesmo recorte de gênero que o meu dentro desse espaço*”. O apontamento da estudante é singular, pois, como foi constatado com a pesquisa, a Universidade é um espaço predominantemente cisgênero que produz e reproduz violências contra as pessoas trans. Não existir pessoas semelhantes, ou seja, travestis, mulheres e homens trans, poderá resultar na falta de apoio para enfrentar as violências diárias. Ainda que existam aliados e uma rede de apoio cisgênera, quando há, é preciso entender que ela não preenche essa lacuna existente.

Lucas Scarpelli também aponta a ausência de pessoas trans na UFMT como um fator que dificulta a permanência neste espaço. Ele relata que, ao longo de sua trajetória acadêmica, teve um único amigo cisgênero que desistiu do curso, portanto, atualmente ele afirma não ter nenhum vínculo de amizade: “*eu não, não, não tenho ninguém. Então, assim, quando tem que fazer trabalho em grupo, sou eu que o vou atrás das pessoas, entendeu? Aí fica meio assim...*”. Após o relato, quando questionado se ele acredita que isso se deve ao fato de ele ser um homem trans, sua resposta foi: “não necessariamente”.

A resposta do estudante leva à reflexão que há outros motivos, sem excluir o fato de ele ser um homem trans, como um elemento que contribui para que não tenha vínculos no curso. A transfobia se manifesta de diferentes formas, podendo ser de maneira velada, por meio da exclusão que se desdobra na solidão das pessoas trans, sobremaneira, em espaços habitados majoritariamente por pessoas cisgêneras. A travesti Sophia Rivera Alves da Costa e Silva, em seu texto *A Solidão de Mulheres Trans e Travestis não é Apenas sobre Afetividade* (2019), embora traga as travestis e as mulheres trans para o centro do debate, reflete sobre a solidão das pessoas trans, de modo geral, ao constatar que “a solidão nos machuca, é o esquecimento, o não sentir-se amada, procurada, companhia possível, desejada, é ser objeto, sexo, corpo, fetiche” (Silva, 2019, *online*).

João W. Nery, outro entrevistado, ressalta que um dos principais fatores que dificultam a sua permanência na Universidade é a questão financeira. Ademais, acrescenta a inexistência de políticas públicas voltadas às pessoas trans na UFMT: “*eu acho que não tem políticas públicas*”. Percebe-se que os dois pontos, em certa medida, estão interligados. Embora não seja o caso do João W. Nery, pois ele tem um emprego formal e recebe o apoio da família, é preciso reconhecer que há uma parcela significativa de pessoas trans que são expulsas de casa ainda na adolescência, por volta dos 13 anos (Benevides, 2022) e não têm acesso ao mercado de trabalho formal.

A ausência de políticas públicas voltadas às pessoas trans, segundo João W. Nery, é outro fator que tende a dificultar a permanência. A todo momento, a sociedade insiste em colocar essa parcela da população como abjeta, portanto, confere a ela uma “cidadania precária” (Bento, 2014a). A universidade, ao não pensar nas vulnerabilidades específicas desse grupo, deixando de elaborar políticas públicas internas que contribuam com a permanência na academia, coopera para a diminuição de uma população que já é muito reduzida e para a manutenção da “cidadania precária”.

Além das situações já mencionadas, muitas das quais caracterizam transfobia, foi questionado aos participantes da pesquisa **se elas/eles já foram vítimas de transfobia no espaço universitário? Caso tenha sido, você se sente à vontade para relatar a situação?**

Antes de discutir acerca dos relatos das/dos participantes da pesquisa sobre as violências sofridas no âmbito da UFMT, em razão da identidade de gênero, é preciso abordar o que se compreende como transfobia. Jaqueline Gomes de Jesus, em *Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio* (2013a), apresenta as seguintes considerações sobre o termo:

No que se refere ao seu cotidiano, as pessoas transgênero são alvos de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e elas não conseguem adequar seus registros civis na Justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido a educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e de violências variadas, de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis denominada “transfobia” (Jesus, 2013a, p. 5).

A transfobia está, por ora, como ervas daninhas, arraigada na sociedade, manifestando-se de diferentes modos, por meio de atitudes evidentes e em outros casos de forma velada. Como pontuou Jesus, pode ocorrer pelo desatendimento de direitos fundamentais, por meio da exclusão estrutural, das violências perpetradas contra essas pessoas. Lucas Lima de Podestà, em *Ensaio sobre o conceito de transfobia* (2019), corrobora o exposto, quando conceitua transfobia como a “sãnsão social naturalizada e normalizadora contra as pessoas trans” (Podestà, 2019, p. 363).

Diante do exposto, compreende-se que a transfobia se empenha em prol do genocídio das pessoas trans, estabelecendo diálogo com o extermínio simbólico e, muitas vezes, culminando no extermínio físico, como apontado no segundo capítulo do livro.

Erika Hilton relatou que nunca sofreu violências físicas que caracterizassem transfobia no âmbito da Universidade. Contudo, como apontado, as violências assumem diferentes formas. Uma delas, por exemplo, é o “erro” do pronome. A estudante relata que “já erraram muitas vezes no meu pronome em sala de aula, né? E teve momentos que tipo assim, que eu sai chorando da sala de aula [...] esse tipo de transfobia que a pessoa nem se retrata, entendeu”. Essa é uma violência que é tida como um “pequeno erro” pelas pessoas cisgêneras.

A aluna Xica Manicongo assegura que a transfobia acontece o tempo todo. Além de mencionar o “erro” no uso dos pronomes e evidenciar o pequeno número de pessoas trans na universidade, ela cita alguns episódios em que foi vítima de transfobia no âmbito da UFMT: “em salas de aula certa vez um professor que me chamou no masculino por mais de uma vez [...]; um episódio de transfobia dentro da FEF [...] Faculdade de Educação Física, num episódio em que eu adentrei o banheiro [...] eu fui impedida ou, aliás, retirada, né?; do banheiro e tratada no masculino. Dentro da Adufmat [Associação dos Docentes da UFMT] hoje mesmo, né?”.

O relato da aluna traz um aspecto que precisa ser observado com certa atenção, dois dos três relatos de transfobia que ela sofreu

tiveram como agressores servidores da instituição. O que fazer quando a agressão vem daqueles que deveriam acolher? Quais as motivações de permanecer num espaço em que a comunidade acadêmica, inclusive os docentes, contribuem para a exclusão? São perguntas que, apesar de necessárias, não estão dentro da competência dessa pesquisa responder. Talvez, dadas as múltiplas violências que atravessam as pessoas trans, nem elas mesmas consigam responder. Apenas resistir.

Nick Cruz afirma que já foi vítima de transfobia no espaço universitário. Isso inclui desde ações como não falar com ele, questionamentos que causam constrangimentos, portanto, lidos como violência, como, por exemplo, qual o “nome morto”. Outro exemplo, segundo ele, tem relação com *“uma [...] menina que era da igreja [...] toda vez que quando eu chegava. Ela botava a mochila, sabe? Ela sempre puxava uma cadeira para não sentar ali perto dela [...] eu tive a infelicidade de fazer um ou dois trabalhos com ela. Mas, enfim, eu falava e ela não me escutava, tipo coisas veladas”*. Ele complementa afirmando que as violências não são oriundas, apenas, de outros estudantes, os professores, muitas vezes, praticam: *“e aí tem professores também, que quando eu vou falar sobre uma coisa, eles já cortam”*. Diante do exposto, levantam-se os seguintes pontos: que a comunidade acadêmica, alunos e professores, retroalimentam a transfobia. Além disso, as violências praticadas, muitas vezes, não serão agressões físicas. Elas podem ser, como foi relado por Nick Cruz, de cunho psicológico e corroborar o adoecimento psíquico desse grupo.

Diante dos fatos, reconhece-se que a Universidade não é, apenas, um espaço predominantemente cisgênero. Ela é, em muitos casos, um espaço reprodutor das violências contra as pessoas trans, portanto transfóbico quando não respeita o pronome de uma mulher trans e/ou quando chama no masculino uma travesti e a impede de utilizar o banheiro feminino.

Em diálogo com o exposto, o texto *Ousadia, (in)visibilidades e exclusões de uma mulher trans na Universidade* (2016), de Lirous K’yo Fonseca Ávila, ressalta que pouco contribui elaboração de portarias

e/ou normativas que beneficiam a comunidade trans se estas não tiverem ampla divulgação no espaço universitário para professores, técnicos e alunos.

Considerando que desde 2011 há uma Resolução que assegura o uso do nome social para as travestis e transexuais nos registros da UFMT, **interessa-se em questionar se as/os participantes da pesquisa têm conhecimento de ações e/ou políticas públicas que corroboram a permanência das pessoas trans na universidade?**

Erika Hilton, a priori, afirma que a UFMT tem “*um kit exigido por lei, né? Tipo assim, eu posso? Eu posso usar meu nome social?*”. Liniker comunga dessa visão ao pontuar o “*reconhecimento do nome social*”. Contudo, quando rememoradas as dificuldades enfrentadas por elas e por outros participantes da pesquisa para que o uso do nome social seja respeitado, pode-se inferir que o “kit exigido por lei”, muitas vezes, não funciona como deveria.

Após refletir sobre isso, pensando para além dos direitos garantidos por lei instituídas fora da UFMT, Erika Hilton conclui que a instituição não possui políticas públicas implementadas internamente que corroborem o ingresso e a permanência das pessoas trans.

Xica Manicongo, ao responder o questionamento, apresenta uma resposta no mínimo intrigante, pois diz “*não, mas sim*”, por fim, complementa “*existem, por exemplo, as políticas voltadas ao ingresso das pessoas trans na pós-graduação. Mas se a gente pega quantos e quantas pessoas trans têm acesso a graduação? [...], a gente percebe que como as pessoas trans vão entrar na pós-graduação se elas não estão tendo acesso à porta de entrada no ensino superior?*”. A resposta da estudante direciona à reflexão para além do questionamento inicial “*se existem ações e/ou políticas públicas que corroboram a permanência das pessoas trans na universidade*”. Ela leva a pensar sobre a efetividade de tais políticas.

Em meados de 2021, foi publicada a Resolução Consepe – UFMT nº 197, de 13 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a política de ações afirmativas para negros/as autodeclarados/as (pretos/as e pardos/as), quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência,

pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis), na Pós-Graduação da UFMT. É inquestionável o avanço, pois inclui, no rol de maiorias minorizadas, uma parcela que é esquecida.

Todavia, é necessário implementar políticas públicas que contemplem o ingresso na graduação. Registra-se que, dos grupos mencionados na Resolução – negros/as autodeclarados/as (pretos/as e pardos/as), quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência –, apenas as travestis, mulheres e homens trans não têm cota para ingressar no ensino superior. Para não dar margem a interpretações equivocadas, evidencia-se que não se pretende invalidar a conquista dos outros grupos. Trata-se de reconhecer a necessidade de ampliar o escopo e incluir quem está à margem.

O aluno João W. Nery, ao tratar sobre as cotas para a pós-graduação, reconhece o avanço, mas, ao utilizar a metáfora da casa, afirma que uma casa não se constrói a partir do teto, portanto cabia e cabe à gestão superior pensar em cotas, na porta de entrada para o ensino superior.

Por fim, Xica Manicongo conclui que: *“existem os projetos que [...] estão sendo desenvolvidos em relação às pessoas trans e em relação a comunidade LGBTQIA+. Mas ainda são projetos pilotos, né? [...] Ainda é muito pouco perto do que a instituição precisa fazer para garantir a permanência, para garantir a dignidade dessas pessoas dentro desse espaço”*. Percebe-se certo avanço quando uma travesti informa que há projetos voltados à comunidade trans sendo desenvolvidos na UFMT. Contudo, há a seguinte ressalva: ainda são poucos. Dito isso, com base na fala da participante da pesquisa, reconhece-se a necessidade de uma ampliação de projetos, pois estes podem ser instrumentos para construir meios que garantam a permanência digna das pessoas trans na universidade.

Lucas Scarpelli afirma que a universidade não tem políticas públicas voltadas às pessoas trans, pelo menos ele não tem conhecimento. Nick Cruz apresentou a mesma resposta. Contudo, complementou afirmando que a Pró-reitoria de Assistência Estudantil

tem potencial para elaborar políticas públicas específicas para essa parcela da população. Ter potencial e não o utilizar é assumir uma posição de omissão.

Ao longo da pesquisa, identificou-se como política institucional apenas as cotas para o ingresso na pós-graduação. É um avanço. No entanto, já foi apontada a problemática, mas será retomada, pois o contexto exige tal movimento. Uma grande parcela das travestis, mulheres e homens trans não consegue concluir o ensino médio, aproximadamente 70%. Além disso, apenas 0,2% ingressaram na universidade, segundo a Antra (2020). O exposto, até o momento, conduz à compreensão de que a Universidade Federal de Mato Grosso é um espaço transfóbico. Desse modo, o ingresso não garante permanência e, por conseguinte, a conclusão da graduação.

Há alguns movimentos que estão surgindo a fim de combater a transfobia. A Pró-reitoria de Assistência Estudantil em 2023 promoveu uma ação intitulada “TransForma UFMT” voltada à comunidade LGBTQIAP+, que teve como objetivo, segundo notícia escrita pelo jornalista da instituição André Faust intitulada *UFMT e Estudantes se Unem para Combater a Transfobia* (2023), “combater as violências contra a comunidade como objetivo propor estratégias de prevenção e enfrentamento à transfobia na universidade” (2023, *online*). Embora a entrevista informe que o projeto seja destinado ao combate à transfobia, percebe-se que ele não se ocupa, exclusivamente, dessa parcela da comunidade LGBTQIAP+:

O Projeto “TransForma UFMT” é uma iniciativa da Pró-reitoria de Assistência Estudantil para Prevenção e Enfrentamento à LGBTQIAP+fobia na UFMT e tem como objetivo propor estratégias de prevenção e enfrentamento à transfobia, homofobia, lesbofobia, bifobia na Instituição (PRAE, 2023, *online*).

É uma iniciativa digna de registro, contudo ressaltam-se alguns elementos que precisam ser pensados: (1) embora seja desenvolvido por uma Pró-reitoria, é apenas uma iniciativa, não sendo, portanto, uma política institucional, pois não envolve outras instâncias da Universidade e nem os demais *Campi* da UFMT; (2) ainda que seja um avanço, trata-se de um projeto que não é direcionado às pessoas trans, ainda que elas estejam incluídas. Desse modo, não se pode dizer que é um projeto destinado exclusivamente ao combate à transfobia, como sugere a notícia.

Outra iniciativa é coordenada pela Prof^a. Dr^a. Vera Blum, intitulada “Experiências e Lutas trans”. Trata-se de um projeto de extensão desenvolvido exclusivamente no campus de Cuiabá, voltado às pessoas trans. Ele está em fase de construção, tendo como objetivo estabelecer uma rede dentro das comunidades em relação à promoção da saúde mental às pessoas trans. É uma iniciativa necessária, especialmente ao considerar os dados relacionados à saúde mental de pessoas trans, aspecto a ser discutido posteriormente.

Iniciativas são importantes, mas as pessoas trans precisam de políticas públicas institucionalizadas que as atendam, não só aqui, no Campus Cuiabá, mas em todos os *Campi*, pois os casos de transfobia não ocorrem somente na capital²⁸.

Considerando a ausência de políticas públicas voltadas à população trans na UFMT, segundo as respostas dadas pelos participantes e, além disso, a vulnerabilidade socioeconômica imposta a essa parcela da sociedade, **perguntou-se se eles tinham**

28 Apresentam-se, a seguir, algumas notícias relacionadas à transfobia no âmbito da UFMT: *Estudantes denunciam professor por coação eleitoral e transfobia na UFMT*, Gazeta Digital, Terça-feira, 25 de Outubro de 2022. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/eleicoes-2022/estudantes-denunciam-professor-por-coao-eleitoral-e-transfobia-na-ufmt/711637>. Acesso em: 11 mar. 2024. DENÚNCIA DE TRANSFOBIA NA UFMT SINOP – Instagram, 25 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CrezoUisVbj/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

acesso aos auxílios ofertados pela Pró-reitoria de Assistência Estudantil e, em seguida, qual a importância de tais auxílios para a manutenção no ensino superior?

Dos sete participantes da pesquisa, três são assistidos: Xica Manicongo e Paulo Vaz recebem o auxílio permanência, participam do programa de alimentação, ou seja, têm isenção no Restaurante Universitário e residem na Casa do Estudante Universitário (CEU). Já Liniker é assistida com os três auxílios, no entanto, ao invés de residir na CEU, recebe o auxílio moradia em pecúnia.

No que diz respeito ao questionamento sobre a importância que os auxílios têm para a permanência no ensino superior, a resposta foi unânime que se trata de auxílios indispensáveis. A aluna Xica Manicongo disse: *“eu acredito que esses auxílios não só sejam importantes para as pessoas trans, mas, sobretudo, para todas as pessoas que necessitam de algum auxílio para permanência dentro da instituição, e aí? [...] É o mínimo que pessoas em situação de vulnerabilidade, [...] que não têm determinados acessos, precisam ter para poder permanecer aqui dentro”*.

Não há dúvidas quanto à importância dos auxílios para a permanência de todas/todos as/os das/dos alunas/alunos, cisgênero ou trans, com vulnerabilidade socioeconômica. Todavia, é necessário pontuar que as pessoas trans, além da vulnerabilidade socioeconômica, estão suscetíveis a outras vulnerabilidades que são consequências da transfobia. Diante disso, ao considerar algumas pessoas cisgêneras, observa-se que algumas, para não correr o risco de generalizar, têm apoio familiar. Deste modo, os auxílios complementam a pouca renda. Enquanto isso, a maior parte da população trans não tem renda e muitas delas são expulsas de casa, logo, não têm apoio familiar, não têm espaço no mercado de trabalho. Além disso, por vários motivos, são impossibilitadas de acessar e permanecer em instituições de ensino, em suma, são excluídas em todos os campos sociais (Nogueira, 2018; Silva & Souza, 2018; Almeida & Vasconcellos, 2018).

Isto posto, evidencia-se que, no contexto universitário, aquelas e aqueles alunos trans assistidas/assistidos pela PRAE podem ter

como única, reitera-se, única fonte de renda os auxílios. Enquanto os demais assistidos, aqui faz-se referências às pessoas cisgêneras, em especial as heterossexuais, em muitos casos, têm o apoio da família e os auxílios tendem a contribuir com o aumento da renda.

A resposta dada por Paulo Vaz corrobora o exposto, pois ele afirma que escolheu a UFMT após pesquisar sobre os auxílios que a instituição oferta aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica. Sobre a importância de tais auxílios para a manutenção no ensino superior, declarou que *“eu, eu não estaria aqui se não fosse isso [os auxílios]. isso. Então foi crucial. Eu não teria vindo de forma nenhuma”*.

A concepção de que os auxílios ofertados pela PRAE são essenciais à permanência das pessoas trans na UFMT é unânime entre as pessoas que são assistidas. Isso se confirma ao analisar a resposta da Liniker, que enfatiza que: *“eles são indispensáveis. [...] Sem eles, eu não estaria aqui. Sem eles, eu estaria sei lá onde. Eu não sei para onde que eu iria se não tivesse o amparo da universidade. [...] sem dúvidas, está numa BR. Poderia estar morta. Poderia estar sei lá. [...] não estaria estudando. Provavelmente [...] estaria trabalhando, tentando sobreviver em algum lugar, tipo, lutando, batalhando, guerreando para sobreviver”*.

Diante do exposto, compreende-se que os auxílios ofertados pela PRAE são, como elencado por todos os que são assistidos, “importantes”, “crucial”, “indispensáveis”. Contudo, tais auxílios se destinam a toda a comunidade universitária que tem vulnerabilidade socioeconômica. No intuito de manter a cautela, registra-se que, em nenhum momento, se pretende invalidar a importância dos auxílios para todos os alunos com vulnerabilidade socioeconômica. O objetivo, na realidade, é expor que, ao adotar a perspectiva interseccional, há intenção de salientar que determinados grupos sociais são atravessados por diferentes marcadores sociais que tendem a colocá-los no centro das encruzilhadas, resultando em maior vulnerabilidade.

Tendo em vista que até o presente momento constatou-se que há ações que caracterizam violências contra as pessoas trans na universidade, transfobia, e, além disso, a ausência de políticas

públicas voltadas a essa parcela da população universitária, interessou compreender **quais as estratégias utilizadas pelas travestis e pelas mulheres e pelos homens trans participantes da pesquisa para resistir aos preconceitos e às discriminações suscitadas em razão da identidade de gênero.**

Erika Hilton mencionou duas estratégias que ela utiliza: “(1) *eu personifico a imagem da travesti que as pessoas têm, né? Tipo assim, eu olho, eu ando assim, olhando outras pessoas, para que ela, tipo assim, não chegue em mim e (2) eu costumo andar muito junto com os cis, mulheres cis. E eu sinto que, quando eu estou junta de pessoas cis, tipo assim, a violência reduz. A violência reduz muito. É, eu acho tipo assim, de outro em questão de outras pessoas, [...] porque antes delas serem violentas comigo elas vão ter que passar pelas pessoas que são iguais a elas, entendeu?”.*

Ao refletir sobre as estratégias adotadas pela aluna, não há, em momento algum, a finalidade de atribuir juízo de valor, pois se trata de formas de resistir e, muitas vezes, sobreviver num espaço que é considerado hostil a essa parcela da população.

Sobre o primeiro ponto, é interessante observar que Erika Hilton, uma mulher trans, utiliza-se de um dos estereótipos atribuídos às travestis como sistema de autodefesa. Anna Paula Vencato, em *Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros* (2003), ao abordar sobre as imagens atribuídas a esse grupo, declara que “as travestis são consideradas perigosas, prontas a fazer a qualquer momento um escândalo ou a passar a navalha num transeunte menos avisado” (Vencato, 2003, p. 212). Não se abordará aqui a problemática dos estereótipos atribuídos às pessoas trans, mas a necessidade de apreender a imagem. Desse modo, faz-se o uso do poema de Augusto dos Anjos “versos íntimos” a fim de demonstrar que a ação de “parecer” violenta é uma reação as violências. Sendo assim, Erika Hilton, uma mulher trans, que “nesta terra miserável mora entre feras, sente a inevitável necessidade de também ser fera”.

No que diz respeito ao segundo ponto, é interessante pensar que Erika Hilton se sente segura junto às pessoas cisgêneras. Compreende-se que uma das estratégias da aluna é “transformar” aqueles que seriam seus algozes em “potencial” em aliados. Denominam-se, aqui, as pessoas cisgêneras de algozes, pois são elas que “trabalham” em prol do genocídio das pessoas trans.

Xica Manicongo afirma que utiliza como estratégia para permanecer na universidade o acolhimento, a construção de uma rede de apoio, pois entende que, às vezes, o confronto é inevitável. No entanto, *“nem sempre é sobre lutar, nem sempre é sobre dar a cara a tapa ou sobre o confronto [...] às vezes, é sobre só fugir e, às vezes, é sobre ter onde se guardar. Ter onde dormir para esquecer e no outro dia, seguir. Às vezes, não é sobre o confronto, às vezes é sobre dormir para no outro dia continuar viva”*.

Essa não é uma estratégia utilizada somente por Xica Manicongo. Liniker comunga a mesma tática ao afirmar que *“olha, uma rede de pessoas aliadas, [...] tem as pessoas aliadas, que não são pessoas trans. Tem uma questão tipo que já é implícita da gente ter que se está em constante comunicação para sobreviver mesmo”*. A construção de uma rede de apoio é um elemento evidente, pois de certa forma todas as respostas até então reiteram isso. Contudo, é preciso reconhecer que a primeira resposta analisada, a da aluna Erika Hilton, evidencia as pessoas cisgêneras em geral; enquanto isso, Xica Manicongo aborda somente o termo “rede de apoio”; Já Liniker compreende que a rede de apoio, pelo menos a que ela se empenha em construir, é constituída de pessoas aliadas.

Por pessoas aliadas, entendem-se, segundo Denize Sepulveda, Renan Correa e Priscila Freire em *Gêneros e Sexualidades: noções, símbolos e datas* (2021, p. 45), aquelas “que não pertencem à comunidade LGBTIAP+, mas apoiam a causa e lutam pelos direitos desse grupo. São conhecidos também como simpatizantes ou solidários”. Isto posto, compreende-se, com base no exposto, que, embora apenas

Liniker utilize o temos, quando as pessoas se tornam rede de apoio, no contexto em questão, elas se tornam aliadas.

Lucas Lima de Podestà, em *Os usos do conceito de transfobia e as abordagens das formas específicas de violência contra pessoas trans por organizações do movimento trans no Brasil* (2018), afirma que o acolhimento, portanto, a construção do que Xica Manicongo chamou de rede de apoio, é constituída por pessoas trans e cis-aliados:

Essas relações de acolhimento e respeito à vivência trans se dão sobretudo a partir da empatia e da solidariedade de pessoas trans que vivenciam a transgeneridade ou cis-aliados que compreendem a diferença e a respeitam. A empatia e a solidariedade dependem de entender que a vivência trans é uma vivência humana como qualquer outra, e que pessoas trans têm desejos, trajetórias de vida e felicidades próprias (Podestà, 2018, p. 91).

As pessoas cis-aliadas são importantes não só por serem aquelas que podem acolher e respeitar as vivências trans. Elas, além disso, têm potencial de contribuir na luta contra as violências que são sistematicamente praticadas contra essa parcela da sociedade.

Paulo Vaz respondeu que uma das estratégias utilizadas por ele para permanecer na universidade é *“a minha inteligência. Para não ser dispensável. Não é uma boa forma, mas [...] Digamos assim que eu funciono sempre tentando ser o mais inteligente, o que vai tirar melhores notas e, assim, eu vou ser indispensável. Eu estou no meu terceiro PIBIC [...]”*.

A observação de Paulo Vaz de que *“não é uma boa forma”* chama a atenção, sobremaneira quando ele justifica que *“eu posso estar morrendo. Mas eu vou fazer da melhor forma possível, para ser indispensável. Não é muito saudável fazer isso, para ser bem sincero, porque, assim, eu sou humano, né? Nem sempre eu vou conseguir dar o meu melhor, tanto que foi uma das coisas que eu não consegui”*. Essa

autocobrança constante tem impactos psicológicos, como destaca o entrevistado “*eu me sinto muito mal e não é uma boa forma de viver, porque psicologicamente me cobro demais*”.

Lucas Scarpelli, ao tratar sobre o tema, informa que a estratégia utilizada para resistir às violências e discriminações de que é vítima na UFMT é não se colocar como vítima, ou seja, “*chegar num ambiente e [...] achar que você é menos do que outra pessoa [...] é você ser sempre pessoa aberta, por mais que você tenha medo*”. Além disso, complementa que foi preciso, para isso, trabalhar a autoestima e ressalta que o fato de “*ser uma pessoa ‘engomadinha’ hoje em dia fez ser mais aceito na sociedade porque antes eu só usava roupa larga, eu usava correntão, aquele estilo mais desleixado. Ninguém me respeitava. [...] Ai depois que eu me tornei uma pessoa ‘engomadinha’, o tratamento é outro*”.

Nick Cruz, ao tratar sobre os mecanismos de defesa que ele utiliza para resistir às violências que é exposto é ignorar a situação. Ademais, complementa que tal mecanismo tende a adoecê-lo: “*mecanismo, assim, muito involuntário de eu simplesmente fingir que eu não estou vendo, ou digo que assim, se é uma pessoa que eu não vou ver mais, eu só simplesmente abstraio [...], mas eu sei que isso também vai impactar psicologicamente do outro lado, sabe?*”

Se Nick Cruz admite que há violências no espaço universitário e, às vezes, tais ações têm impacto psicológico, logo compreende-se que o espaço universitário, por propagar ações transfóbicas, pode contribuir e/ou acentuar o adoecimento psíquico.

Outro mecanismo utilizado é, segundo o participante da pesquisa, a denúncia, conforme é possível verificar: “*às vezes, você vai é denunciar, né? Coisas que já fiz, né? Já falei com a coordenadora de curso e aí sempre sabe, [...] bota a mão no seu ombro; ‘te entendo, não sei o quê, não é nada’ sabes de lhe dar uma força, mas também não resolve*”. As impressões suscitadas com as declarações de Nick Cruz são de que a coordenadora é omissa diante das denúncias, desse modo normaliza as violências praticadas com uma pessoa trans.

Não se pode esquecer que a coordenadora, neste caso, representa a universidade. Isto posto, quando ela é omissa, a universidade também é. Desse modo, pode corroborar que pessoas trans, as poucas que ingressam, não permaneçam.

O termo “te entendo” não parece coerente vindo de uma mulher cisgênera, a coordenadora. É necessário tomar consciência de que, por mais que seja empático às dores de uma pessoa trans, nunca será possível compreender, genuinamente, as violências vivenciadas. Tais experiências são tão particulares, que só quem destoa a norma de gênero vivencia.

A escritora feminista, mulherista e ativista dos direitos civis e homossexuais Audre Lorde, em *Não existe hierarquia de opressão* (2019) defende que não deve existir hierarquia de opressão. Diante dessa assertiva e, também, de concluir a impossibilidade de lutar apenas contra uma opressão, solicitou-se aos participantes que eles relatassem como as outras violências, dentre elas o racismo e a opressão de classe, em diálogo com as normas cisheteropatriarcal, impactam a vivência universitária.

Ao longo da pesquisa Erika Hilton demonstrou-se ciente das violências de que é vítima no espaço universitário por ser trans. No entanto, quando ela olha para o grupo a que pertence, em razão dos marcadores sociais da diferença, afirma que: “*eu me sinto uma pessoa trans. Privilegiada, né? Assim, eu sou uma mulher trans branca, classe média [...]. Meu pai é militar, ele se aposentou. Por mais que é eu tenha nascido como uma pessoa pobre, hoje em dia [...] minha condição [...] é outra. O meu pai tem, sim, dinheiro [...]. Ela é uma pessoa trans. Ela é uma pessoa negra. Ela é uma pessoa pobre. Ela com certeza sofre muito mais violência do que eu [...]. E aí eu também vou pro quesito, tipo assim, de uma mulher trans e um homem trans, né? Tipo assim, uma mulher trans, eu acredito que sofra mais violência que um homem trans [...]*”.

Pensar a partir da vertente interseccional e dos fundamentos da teoria *quare* leva à compreensão de que a identidade de gênero

é apenas um dos marcadores sociais. Ao trazer para o centro da discussão as transgeneridades, é fundamental ter em mente que uma travesti, uma mulher ou um homem trans não se limita à identidade de gênero, como apontou Erika Hilton.

A resposta de Xica Manicongo dialoga com essas considerações quando ela afirma que *“todos esses aspectos estão juntos quando a opressão acontece. Eu não deixo de ser a Xica Manicongo, travesti, quando eu sofro racismo. E eu não deixo de ser a Xica Manicongo racializada quando eu sofro transfobia. Eu não deixo de ser a Xica Manicongo pobre quando eu sofro outro tipo de opressão”*. A resposta da aluna em questão faz enxergar, sobretudo munidos da teoria *quare*, a relevância de olhar para a pessoas considerando-a como um todo, não de forma fragmentada, como ocorria antes de as feministas negras adotarem e propagarem a perspectiva interseccional.

Paulo Vaz, ao responder o questionamento, afirma que indiretamente já havia pensado sobre a questão e utiliza como exemplo a comunidade LGBTQIAP+, representando-a por meio de uma pirâmide: *“a gente brinca muito que tem essa pirâmide, sabe? [...] tem a essa cadeia alimentar que a gente faz em relação às pessoas LGBT. Aí eu brinco com o meu amigo, que tipo assim, primeiro, obviamente, vem os gays brancos padrão e aí lá embaixo, segurando todo mundo, chega as mulheres e homens trans. E aí mulheres trans pretas vão estar bem mais abaixo. [...] Falando sobre isso, é tipo assim, eu tô um pouco acima de mulheres trans pretas, porque eu sou branco, mas eu sou trans, então, assim, não há muito respeito. Mas, acima de tudo, quem vai estar por cima vai ser as mulheres ou homens cis [...]”*.

Lucas Scarpelli é o participante da pesquisa com maior passabilidade. Embora já tenha sido mencionada tal característica, entende-se que, no contexto em questão, é necessário retomar que se está diante de um homem trans, branco, com passabilidade e que goza de certo conforto financeiro. Ao longo da pesquisa, ele reconheceu que está sujeito às violências, em razão da identidade de gênero. Contudo, dadas as características mencionadas, afirma que

“*eu sou muito mais bem tratado. Então a questão de eu ser trans acaba ficando de lado*”. Já foi discutido que a passabilidade é um elemento importante para algumas pessoas trans, pois confere a elas certa “segurança”. Colocar o termo entre aspas é uma forma de chamar atenção e estabelecer certas ressalvas, pois uma pessoa trans nunca está completamente segura numa sociedade transfóbica. Aquelas que têm passabilidade, por exemplo, só estão “seguras” enquanto sua identidade de gênero não é revelada. A partir do momento em que há conhecimento, elas voltam a se tornar alvo em potencial.

Diante do exposto, percebe-se uma constante na visão das pessoas trans acerca da impossibilidade de olhar apenas um marcador social da diferença. Ainda que alguns dos participantes da entrevista não conhecessem o termo interseccionalidade ou a teoria *quare*, dadas as experiências de vida, a realidade antecedeu a teoria.

Desde o início da pesquisa, foi destacado que o posicionamento é a construção de uma pesquisa em que os participantes não sejam (im)postos no lugar de “objetos de pesquisa”, mas que assumam certo protagonismo, uma vez que a investigação se dá, pelo menos a vertente que adotada, como uma parceria.

Não se pode perder de vista, como apontado no *percurso da pesquisa*, que pré-conceitos do autor deste livro nortearam a escolha do tema e atravessaram a construção deste trabalho. Registra-se que o termo “pré-conceito”, aqui, é utilizado no sentido literal, portanto faz referência aos conceitos prévios que são marcados pela cisgeneridade.

A fim de atender ao que foi proposto no resumo e ao longo do livro, primando pela *perspectiva dos sujeitos da pesquisa*, questionou-se: **segundo sua perspectiva, quais ações/medidas podem ser tomadas pela Universidade Federal de Mato Grosso para que ela se torne um ambiente que acolha as pessoas trans e garanta o ingresso e a permanência no ensino superior?**

Uma resposta que foi unânime diz respeito à construção de política de cotas para as pessoas trans. Este foi um aspecto já discutido, mas que, dado o apontamento das/dos sujeitos de pesquisa,

será retomado. Erika Hilton, além de mencionar as cotas, ressalta que é preciso pensar auxílios exclusivos destinados às pessoas trans, dadas as vulnerabilidades e violências a que elas são expostas.

Xica Manicongo, além de mencionar as cotas, evidencia que se devem pensar outros elementos, dentre eles a articulação da Universidade com a comunidade externa, a fim de promover ações que contribuam não só para o ingresso e a permanência na UFMT, mas também “*a inclusão dessas pessoas dentro da sociedade, seja no mercado de trabalho, seja nas escolas, né, seja nas famílias*”. Ainda que indiretamente, a participante da pesquisa faz pensar a dimensão social que a universidade deve assumir. Ela deve, sem dúvidas, ser um espaço de formação profissional, portanto mediadora dos conhecimentos técnicos, científicos e pedagógicos. Sendo assim, conforme expõe José Dias Sobrinho, em *Responsabilidade social da Universidade em questão* (2018), suas ações devem extrapolar a mediação do conhecimento:

E com isso, pensar no lugar da Universidade no sistema global e na vida comum dos indivíduos. Como bem público, a Universidade deve contribuir para o desenvolvimento econômico, **mas com justiça social**. Deve produzir conhecimentos científicos e tecnológicos, mas nunca **negligenciar o interesse social**. Deve ser democrática e formar cidadãos com elevados valores da democracia. Deve ser universal, **mas respeitando a cultura plural e as diferenças sociais e axiológicas dos diversos indivíduos e cidadãos**. Deve se inserir produtivamente na globalização, mas não em detrimento dos valores da soberania nacional. Deve ser includente, acolher a todos que possuam requisitos adequados, colaborar no atendimento de algumas das necessidades básicas da população em geral, sobretudo dos mais carentes, em educação, saúde, serviços, esportes, lazer, movimentos sociais

voltados ao fortalecimento dos direitos humanos etc. **Deve formar pessoas conscientes, cultas e produtivas para a cidadania e o aprofundamento da democracia** (Sobrinho, 2018, p. 588, grifos nossos).

Se a universidade deve, como propôs Sobrinho, contribuir com a justiça social, nunca negligenciar o interesse social, respeitar a cultura plural e as diferenças sociais e ser incluyente, parece legítimo o pedido da Xica Manicongo no que concerne ao empenho dessa instituição para a inclusão das pessoas trans em diferentes espaços sociais.

Paulo Vaz, ao se deparar com a questão, assim como os demais, menciona a cota para as pessoas trans como um elemento primordial para acessar o ensino superior. Ressalta que, apesar das dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans, caso houvesse cotas *“então, acho que pessoas se sentiriam mais fortes para tentar, porque a verdade é que [...] elas nem tentam, porque não há perspectiva, então você nem vai para não quebrar a cara. Cotas seriam essenciais”*. Contudo, suas reflexões não se encerram aí. Ele ressalta que é preciso elaborar formas de garantia da permanência das pessoas trans, sendo uma delas *“um trabalho de base em relação aos funcionários [servidores]”*. É preciso, em outros termos, que seja realizado um letramento em identidade de gênero. Aliás, este letramento, além de envolver a identidade de gênero, deve englobar raça e diversidade, pois entende-se que a perspectiva interseccional deve se fazer presente em todas as discussões relacionadas às maiorias minorizadas. Assim, espera-se que haja profissionais que respeitem as pessoas e as suas multiplicidades, até porque, como afirmou Paulo Vaz, o desrespeito às pessoas trans é não só uma violência, mas um crime.

Não cabe ao servidor, conforme apontou o participante da pesquisa e os princípios da administração pública, atribuir juízo de valor à identidade de gênero de determinada pessoa, a ele compete servir de acordo com as atribuições do cargo: *“eu não gostei do detalhe*

daquele menino trans, mas é o meu emprego. No final do mês meu salário vai cair, então, eu tenho que fazer [...] fazer da melhor forma possível. Não é o que acontece” (Paulo Vaz). Desconstruir essa cultura que gera violências é algo urgente e essencial para que as pessoas trans sintam que a universidade é, de fato, para todas/todos.

A resposta de Nick Cruz dialoga com a perspectiva de Paulo Vaz, pois ele evidencia a necessidade de capacitar todos os profissionais da educação, afirmando que *“capacitar os professores para que possam receber esses alunos, né? Não só dos professores e mestres da equipe técnica, né? Que de todas as pessoas que fazem essa UFMT funcionar, [...] de forma direta ou de alguma forma, indiretamente”*. A resposta de Nick Cruz pode ser lida de duas formas: (1) a necessidade de um letramento relacionado à identidade de gênero, puro e simples; (2) dada a vivência de Nick Cruz, a universidade não está preparada/capacitada para acolher, de fato, as pessoas trans. A partir da pesquisa, infere-se que os dois pontos estabelecem diálogo entre si. Sendo assim, conclui-se que é urgente, para que as pessoas trans permaneçam neste espaço, a elaboração de um projeto institucional que vise o letramento relacionado à identidade de gênero.

A perspectiva de Lucas Scarpelli dialoga com o que foi apresentado, principalmente, quando ele diz *“acho que seria a questão de ter uma equipe preparada para o cliente”*. Fatores que a sociedade lê como um pequeno erro, mas que, na realidade, são violências, poderiam ser evitadas, caso seja realizado um letramento em identidade de gênero, racial e relacionado à diversidade. A ação em questão pode contribuir para a desconstrução de uma cultura que insiste em excluir aqueles lidos socialmente como “diferentes”.

Outros dois pontos são mencionados por Lucas Scarpelli, a importância do atendimento psicológico para o grupo e o auxílio financeiro: *“acho que, principalmente para a questão psicológica [...] para poder atender esse público e com questão financeira”*. Quanto à questão financeira, ao abordar sobre os auxílios ofertados pela PRAE, destacou-se a importância da construção de políticas

públicas envolvendo a questão econômica, destinadas exclusivamente às pessoas trans.

Sendo assim, será dada especial atenção à necessidade do atendimento psicológico. Ao longo da pesquisa, todas as pessoas que participaram, em um momento ou outro, mencionaram os impactos psicológicos de viver em uma sociedade transfóbica. Joana Alvares *et al.*, em *Saúde mental de pessoas transgênero: revisão integrativa de literatura* (2022), apresentaram dois pontos relevantes a nossa discussão: agravos à saúde mental da população trans e, além disso, os fatores de risco, apontando que:

evidenciou-se alta prevalência de agravos à saúde mental de pessoas transgênero, como sintomatologia deprimida e ansiosa, uso de substâncias psicoativas e álcool, tentativa e ideação suicida, comportamento auto lesivo e diminuição de autoestima. Os principais fatores de risco foram estigma social e preconceito, além de falta de apoio social (Alvares *et al.*, 2022, p. 139).

Se há indícios de alta prevalência de agravos à saúde mental das pessoas trans, conforme apontado pelos autores, logo compreende-se que a demanda apresentada por Lucas Scarpelli sobre o apoio psicológico é legítima. Além disso, leva à percepção de que o trabalho da universidade está para além de criar políticas públicas para ingresso, as cotas. Ela deve promover condições de permanência que acolham essa população em diferentes aspectos, inclusive, financeira e psicologicamente.

A adoção da perspectiva interseccional e o diálogo estabelecido com a teoria *quare* direcionaram à compreensão de que as estruturas que organizam a sociedade, inclusive o Estado, tendem a contribuir com o invisibilização/apagamento e o silenciamento das pessoas trans. A ausência de dados oficiais pode ser interpretado como um exemplo, pois sem eles é “impossível” identificar as demandas dessa

população e se torna uma desculpa para a não implementação de políticas públicas.

O jornal *Extra Classe*, em meados de abril de 2022, publicou uma reportagem de Douglas Glier, Lisandra Steffen, Tynan Barcelos e Vitória Pimentel, que dialoga com o exposto, intitulada *O apagão de dados das pessoas trans no ensino superior: 86% das instituições da região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, não sabem ou não revelam os números de estudantes transgêneros*. Nela os repórteres concluem que “o Governo Federal não possui informações acerca dessa população”.

Ademais, para elaboração da reportagem, duas perguntas foram encaminhadas a vinte e duas instituições federais de ensino de nível superior: “o número de estudantes matriculados na graduação, e o de estudantes trans (transexuais, transgêneros, travestis, pessoas não binárias) matriculados na instituição”. Diante do levantamento, cerca de 86% das instituições pesquisadas informaram que não tinham dados referentes a essa parcela da população.

Isto posto, não parece ser um exagero concluir que há invisibilização/apagamento e silenciamento das pessoas trans. Em muitos casos, os dados divulgados pelo Estado são, na verdade, apropriação de pesquisas e levantamentos feitos por pessoas trans e/ou associações como, por exemplo, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

Num movimento contrário, reconhecendo local de fala do autor dessa pesquisa marcado pela cisgenridade branca, posicionando como aliado, busca-se construir uma pesquisa que se ocupou em levantar dados quantitativos, pois eles dizem muito, porém não encerrando aí. Procura-se ir além, o intuito foi ouvir aquelas e aqueles que foram denominados de sujeitos de pesquisa, as travestis e as mulheres e os homens trans regularmente matriculados na UFMT, a fim de conferir protagonismo e ouvir vozes que os modernos aparatos coloniais insistem em calar.

Sendo assim, o último questionamento feito às pessoas que participaram da pesquisa foi: **qual a importância de um projeto de pesquisa que reflita sobre o ingresso e a permanência de pessoas trans no ensino superior?**

Erika Hilton ressaltou a importância do projeto de pesquisa afirmando “[...] é uma questão, tipo, básica. E, sinceramente, não sei por que ninguém nunca pensou [...] entender o porquê das pessoas trans não continuam na universidade”. É fundamental reconhecer a importância de um projeto que coloca no centro do debate as pessoas trans, principalmente, quando se busca ouvir aquelas/aqueles que foram sistematicamente silenciados e/ou apagados. É, apenas, um passo inicial. Acredita-se que outras pesquisas relacionadas a essa temática surgirão com maior frequência.

Embora não haja uma resposta precisa para o questionamento de Erika Hilton, é possível afirmar com segurança que pesquisas relacionadas ao ingresso das pessoas trans na universidade não existiram ou têm se despontado no século XXI, pois essa parcela da população que hoje é reduzida, no século XX era ainda menor. O ingresso e a permanência de pessoas trans têm chamado a atenção dos pesquisadores, em virtude dos resultados das lutas das travestis e das mulheres e dos homens trans e da conquista de espaços, inclusive na universidade.

Xica Manicongo, assim como a aluna anterior, indica o valor de uma pesquisa que tem como protagonista as pessoas trans. Ela ressalta que a investigação em questão é “importante não só para as pessoas trans, mas para toda a sociedade [...], porque a sociedade só vai ser uma sociedade mais inclusiva quando essas pessoas também estiverem [incluídas]”. A partir da perspectiva de Xica Manicongo, são analisados os possíveis motivos que a pesquisa pode ser relevante tanto para as pessoas trans quanto para a sociedade, de modo geral.

No que diz respeito às pessoas trans, entende-se que a pesquisa é interessante à medida que centraliza as travestis, mulheres e homens trans e se propõe a ouvir as dificuldades, as violências sofridas e as

estratégias de resistência para permanecer na universidade, entre outros elementos. As vozes que falam têm uma perspectiva transcetrada. O pesquisador, um homem branco, gay, no contexto em questão, coloca-se, apenas, como aquele que articula as vozes ouvidas.

Ganham as travestis e as mulheres e os homens trans e ganha a sociedade. A partir do momento em que se propõe a ouvir vozes que foram e, por vezes, são silenciadas, passa-se a compreender o quanto os (cis)temas – o patriarcado, a branquitude, o racismo, a exploração capitalista, a cisgeneridade, a heterossexualidade – estão arraigados e organizam a sociedade.

Ouvir as travestis e as mulheres e os homens trans pode ser um remédio capaz de curar ou pelo menos amenizar as dores daquelas e daqueles que foram e são vítimas de violências, ao mesmo tempo em que é possível ser um antídoto capaz de combater a transfobia e, por conseguinte, construir uma universidade e uma sociedade mais inclusiva, como anseia Xica Manicongo.

Liniker afirma que a pesquisa é relevante não só no âmbito individual: *“eu não posso dizer que a importância é só para mim. Porque é pra toda a comunidade trans, sabe? Porque eu vejo que cada conquista que qualquer gata tem, tipo em qualquer lugar do mundo, não [é] só uma conquista dela, sabe?”*. Diante disso, entende-se que as falas das pessoas trans que conseguem ser ouvidas podem ser amplificadas e assumir um papel importante, pois o discurso pode se revelar um ato político, polifônico, à medida que expõe denúncias e dores que, muitas vezes, são compartilhadas.

Paulo Vaz, ao falar sobre o peso da pesquisa, afirmou que ela é importante, pois possibilita que se identifiquem os erros e acertos, o que tem sido produtivo e o que precisa ser revisto referente ao ingresso e à permanência de pessoas trans na UFMT. Ademais, o sujeito da pesquisa apontou que a entrevista com pessoas trans, a fim de discutir a partir da perspectiva do grupo, é um fator positivo: *“eu percebo que é uma mudança muito grande, é na forma como a pesquisa está sendo feita. Antigamente, ela era feita só com ela, não*

tinha pessoas para que houvesse base de dados, porque não havia tantas pessoas aqui dentro, entendeu?”.

Neste contexto, ouvir as pessoas trans regularmente matriculadas na UFMT e as demandas, dificuldades e anseios, permite compreender as particularidades inerentes ao contexto histórico social. Além disso, contribui, como o participante da pesquisa mencionou, que extrapole um estudo que se dedica a olhar o estado da arte, ou seja, a discutir pesquisas já realizadas sobre o tema.

Lucas Scarpelli apresenta a seguinte resposta ao questionamento: *“Eu acho que você como entrevistador está dando lugar de fala para pessoas que vivem aquilo ali. [...] não fica realmente só na teoria e no que lê, porque é bem diferente da realidade, quando você vive”*. Não se pretende, aqui, dar “lugar de fala”, mas assumir um lugar de escuta e contribuir para que um grupo sistematicamente silenciado possa, por meio da pesquisa, ter sua voz amplificada. O termo “dar lugar de fala” leva a pensar a semântica da frase e, por conseguinte, o “poder” que tem os sistemas que organizam a sociedade, que tem decidido quem fala ou quem tem a voz obliterada.

Embora a pesquisa tenha sido realizada por um homem branco cisgênero, entende-se que recusar a concepção “dando lugar de fala” como sinônimo de “dar voz” é uma forma de assumir um papel enquanto aliado, que busca não comungar com as engrenagens que têm, por ora, regulado a sociedade.

Ademais, Lucas Scarpelli discute sobre a importância de uma pesquisa que envolve as maiorias minorizadas não se ater apenas às teorias. Ouvir as pessoas que constituem tal grupo é permitir acessar diferentes perspectivas que, em alguns casos, podem não dialogar com alguns estudos e/ou teorias, pois estes são elaborados num outro contexto.

Nick Cruz, ao abordar a temática, concluiu que a pesquisa é fundamental, pois gera dados a respeito da população trans, uma vez que *“se tem uma coisa que falta a respeito da população trans são dados, dados concretos [...]”*. A observação de Nick Cruz é contundente ao

se deparar, por exemplo, com a notícia da CNN intitulada *Falta de dados dificulta luta pela visibilidade trans e por acesso a direitos* (2022). Nela é informada a ausência de informações acerca dessa população, o que, conseqüentemente, resulta na falta de políticas públicas que visam atender aos direitos básicos, tais como saúde e educação.

Diversos foram os aspectos abordados, sob diferentes perspectivas, no entanto, marcados por um ponto de convergência: a transgeneridade. Elaborar uma pesquisa que pense a educação no ensino superior é relevante, à medida que aborda temas, ainda hoje, pouco debatidos. Além disso, contribui para a humanização das pessoas trans, pois, muitas vezes, tal grupo é tido como corpos sem mente.

Ao longo da pesquisa, percebe-se que, por um período, os estudos referentes às pessoas trans ocupavam-se em abordar, quase que exclusivamente, as infecções sexualmente transmissíveis (IST) e sobre a prostituição. Agora, é latente a necessidade de discutir outros aspectos, sobretudo, aqueles demandados pela população trans, a fim de construir dados para que essa parcela possa cobrar do Estado políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES (QUASE) FINAIS

A pesquisa evidenciou a importância de um estudo que coloca no centro as travestis e as mulheres e os homens trans. Não como “objetos” a serem estudados, mas como sujeitas e sujeitos que constroem, juntamente com o pesquisador, um estudo que se ocupa em refletir sobre as vivências trans no espaço universitário. Chegar ao fim da escrita deste livro trouxe certa segurança para afirmar que foi trilhado um caminho considerado mais coerente

A pesquisa permitiu uma análise específica da UFMT, uma instituição de ensino superior pública, situada na região Centro-Oeste do Brasil, mais especificamente, no estado de Mato Grosso, Campus de Cuiabá. Sete pessoas, incluindo travestis, mulheres e homens trans, constituíram as/os participantes da pesquisa, ou seja, responderam a um questionário semiestruturado gravado em áudio.

Dentre os temas que foram abordados ao longo da pesquisa, destaca-se a relevância da interseccionalidade e da teoria *quare*. Eles têm um ponto de encontro: ressaltam a importância de reconhecer diferentes marcadores sociais. A interseccionalidade, termo elaborado por uma feminista negra, Kimberlé Crenshaw, fez-se perceber que gênero, raça e classe se entrecruzam para colocar as mulheres negras, por exemplo, num lugar de maior vulnerabilidade às violências. Embora o termo tenha sido criado para pensar as mulheres negras, ele pode, aliás, deve ser utilizado quando se pensam as maiorias minorizadas. A teoria *quare*, por sua vez, foi elaborada por pessoas *queer* racializadas, a fim de demonstrar que marcadores sociais para além da sexualidade e da identidade de gênero, tais como raça e classe, por exemplo, devem ser considerados.

Houve um empenho em realizar uma análise a partir da teoria *quare*. Contudo, acredita-se que o debate sobre a teoria e, sobretudo, a aplicação nas análises estão aquém do proposto, pois as reflexões acerca das identidades de gênero sobressaíram, comparando-se aos demais marcadores sociais da diferença. Apesar disso, acredita-se que o

empenho em trazer a teoria para o debate é digno de reconhecimento não só por abordar uma teoria pouco conhecida, mas por evidenciar que uma travesti, uma mulher trans e um homem trans não se resumem a sua identidade de gênero, há outros marcadores sociais que os constituem.

Outro fator que merece certo destaque é a potência do movimento transfeminista e as suas particularidades. Quando se olha para o transfeminismo a partir das lentes do senso comum, pode-se cair na armadilha de acreditar que os feminismos estão para as mulheres cis, assim como o transfeminismo está para as travestis e mulheres trans. Ledo engano. Entende-se que os feminismos devem, apesar de haver uma vertente que rechaça tal ideia, as feministas radicais, acolher todas as identidades femininas, independentemente da identidade de gênero dessas sujeitas.

Até certo ponto, a perspectiva adotada pelo senso comum está coerente, à medida que entende que o transfeminismo destina-se às travestis e às mulheres trans. Contudo, o movimento extrapola esses limites ao acolher demandas específicas de homens trans quando inclui no debate, por exemplo, a gestação masculina, o direito ao aborto transmasculino, aspectos relacionados à interseccionalidade, à saúde obstétrica, entre outros temas. Dessa forma, é possível compreender que se está diante de um movimento que se ocupa em lutar pelos direitos das travestis, mulheres e homens trans, independentemente da identificação com as identidades femininas ou masculinas.

Não se pode perder de vista que o objetivo desta pesquisa foi compreender em que medida os modernos aparatos coloniais têm contribuído para impedir o ingresso e permanência de travestis, mulheres e homens trans na UFMT, a partir da perspectiva desses sujeitos. Ingressar na universidade pública é uma tarefa um tanto difícil. Contudo, há determinados grupos compreendidos como minorias que enfrentam outros obstáculos para além daqueles relacionados à classe social e ao racismo.

As pessoas trans, por exemplo, muitas vezes, enfrentam os entraves mencionados, acrescidos a outros que impossibilitam a universidade ser um sonho possível, dentre eles mencionam-se: a ausência do apoio familiar aliado à transfobia resulta na inviabilidade da conclusão do ensino médio e na dificuldade de inclusão do mercado de trabalho e, por conseguinte, guia, em muitos casos, para um único lugar possível: a prostituição.

Pensar o ingresso e a permanência de travestis, mulheres e homens trans na UFMT é discutir sobre transfobia. É abordar a ausência de políticas públicas que garantam o ingresso no ensino superior. É tratar sobre a inexistência de políticas públicas voltadas para a permanência das/dos 27 travestis, mulheres e homens trans que estão regularmente matriculadas/matriculados na UFMT. É debater sobre as transfobias, muitas vezes, praticadas por uma parcela da comunidade acadêmica que inclui professores, técnicos administrativos e estudantes. É constatar a insegurança de acesso aos banheiros da universidade. É, por fim, concluir que a UFMT é lida como um espaço transfóbico pelos participantes da pesquisa, portanto não é seguro para pessoas que se destoam das normas cisheteropatriarcal branca cristã.

Ademais, com base nas entrevistas, compreende-se que a UFMT é um espaço transfóbico quando a comunidade que a constitui, alunos, técnicos e professores, age de forma transfóbica. Contudo, há outra vertente que permite perceber a manifestação da transfobia institucional: a ausência de programas/projetos/ações institucionais que combatem a transfobia, aliada a políticas públicas para ingresso e permanência. Para não dizer que não houve avanços e ser incoerente para com a instituição, menciona-se a política de cotas para a pós-graduação instituída pela Resolução Consepe – UFMT nº 197, de 13 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a política de ações afirmativas para negros/as autodeclarados/as (pretos/as e pardos/as), quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas trans (transexuais, trangêneros e travestis), na Pós-Graduação da

UFMT. No entanto, aponta-se, com base em um dos participantes da pesquisa, que uma casa não se constrói a partir do teto, portanto, cabia e cabe à gestão superior pensar em cotas, na porta de entrada para o ensino superior.

Registra-se a importância da pesquisa, pois permitiu ouvir as travestis e as mulheres e os homens trans e sistematizar, por meio deste livro, algumas frustrações, anseios e, além disso, apontar algumas ações que a instituição pode adotar para tornar a universidade um espaço em que dê condições a essa parcela da sociedade para ingressar, permanecer e concluir o ensino superior.

Há, ainda, outros aspectos a serem debatidos relacionados às travestis e às mulheres e aos homens trans e o ensino superior. Espera-se que este trabalho incentive outros e mais outros, pois carecem pesquisas que pensem as travestis e as mulheres e os homens trans em diálogo com a educação formal.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. o perigo de uma única história. **TED Talk**. 7 de out. de 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>. Acesso em: 11 jun. 2021.

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? **Revista Direito GV**, São Paulo. v. 14, n. 2, p. 303-333, 2018.

ALVARES, Joana *et al.* Saúde mental de pessoas transgênero: revisão integrativa de literatura. **Psi Unisc**, Santa Cruz do Sul, 2022, 6(2), 139-157.

ALVES, Hailey. **Introdução ao transfeminismo**. Transfeminismo, 2012. Disponível em: Acesso em: <http://transfeminismo.com/2012/10/01/introducao-ao-transfeminismo>. Acesso em: 7 jul. 2013.

ALVES, Alê. no *El País*, intitulada “Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. *Jornal El País*. Brasil, 27 de julho de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html. Acesso em: 12 ago. 2023.

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; MOREIRA, Maria Ignez Costa. Do uso do nome social ao uso do banheiro:(trans) subjetividades em escolas brasileiras. **Quaderns de Psicologia**, Bellaterra, v. 17, n. 3, p. 59-69, 2015.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese (doutorado – em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ANTRA. 10 piores estados para ser trans no Brasil. Salvador, 21 set. 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2018/09/21/10-piores-estados-para-ser-trans-no-brasil/>. Acesso em: 27 maio 2025.

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 49-63, 2006.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, 2009.

ÁVILA, Lirous K.yo Fonseca. Ousadia, (in)visibilidades e exclusões de uma mulher trans na Universidade. *Saúde & Transformação Social/ Health & Social Change*, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 3-5, 2016.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. *Revista Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 5, p. 87-100, 2016.

BARROS, Leonardo de Oliveira; LEMOS, Carolina Rodrigues Bueno; AMBIEL, Rodolfo Augusto Matteo. Qualidade de vida e satisfação com a imagem corporal de transexuais. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 71, n. 1, p. 184-195, 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida.** 2ª edição. Difusão. São Paulo: Europeia do Livro, 1967.

BELEI, Renata Aparecida *et al.* O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. *Cadernos de educação*, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 187 - 199, 2008.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020.** São Paulo: Expressão Popular (ANTRA), IBTE, 2021.

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022.** Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 2023.

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 2021.

BENEVIDES, Bruna. G. **Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), 2022.

BENEVIDES, Bruna; SIMPSON, Keila. **Relatório Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), jan., 2018.

BENEVIDES, Bruna. **Precisamos falar sobre o suicídio das pessoas trans**. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 29 jun. 2018.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BENTO, Berenice. As tecnologias que fazem os gêneros. *In: VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero*, Curitiba, 2010.

BENTO, Berenice. Da transexualidade oficial às transexualidades. *In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (orgs.). Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 143–172.

BENTO, Berenice. **Do luto à luta: pelo fim do transfeminicídio**, São Paulo, 2017.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-165, 2014a.

BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Revista Florestan**, São Carlos, ano 1, n. 2, p. 46-46, 2014b.

BENTO, Berenice. Os múltiplos feminismos e as tensões com os transgêneros. **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, São Leopoldo, 6 out. 2021. Entrevista. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/567252-os-multiplos-feminismos-e-as-tensoes-com-os-transgeneros-entrevista-especial-com-berenice-bento>. Acesso em: 10 set. 2023.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, p. 569-581, 2012.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2018.

BONAMIGO, Irme Salete. Violências e contemporaneidade. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, p. 204-213, 2008.

BONTEMPO, Valéria Lima. Achille Mbembe e a noção de necropolítica. **Sapere aude**, Belo Horizonte, v. 11, n. 22, p. 558-572, 2020.

BORGES DE MENESES, Ramiro Délio. A desconstrução em jacques derrida: o que é eo que não é pela estratégia. **Universitas philosophica**, Bogotá, v. 30, n. 60, p. 177, 2013.

BORTOLOZZI, Remom Matheus. A Arte Transformista Brasileira: Rotas para uma genealogia decolonial. **Quaderns de psicologia**, Bellaterra, v. 17, n. 3, p. 123-134, 2015.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre medidas protetivas à criança e ao adolescente em situação de violência intrafamiliar. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 jul. 2024. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.914-de-3-de-julho-de-2024-569928638>. Acesso em: 21 maio 2025.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”**. n-1 edições. Crocodilo edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018.

CARDOSO, Fernando Luiz. O conceito de orientação sexual na encruzilhada entre sexo, gênero e motricidade. **Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology**, Austin, TX, v. 42, n. 1, p. 69-79, 2008.

CARDOSO, Jéssica Matos; SOARES, Alex Sales; LIMA, Carlos Henrique Lucas. A Subversão de Gênero e o Gênero da Subversão. **Cadernos de gênero e diversidade**, Salvador, v. 3, n. 4, p. 133-144, 2017.

CARVALHO, Helena Santos Braga; ZAMPIÊR, Letícia Soares. O transfeminismo e o recorte de classe. **CSOnline-Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 23, p. 282 - 294, 2017.

CAVALCANTI, Amanda. 'Reforçar a visibilidade é uma estratégia de sobrevivência'. **Revista Cult**, *online*, 29 jan. 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/visibilidade-trans-jaqueline-de-jesus/>. Acesso em: 14 set. 2023.

CNN BRASIL. Falta de dados dificulta luta pela visibilidade trans e por acesso a direitos. *CNN Brasil*, 28 jan. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/podcast-e-tem-mais-falta-de-dados-dificulta-luta-pela-visibilidade-trans-e-por-acesso-a-direitos/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

COX, Laverne. Vamos falar de outras feminilidades: se não sou uma mulher. **Portal Geledés**, *online*, 16 ago. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vamos-falar-de-outras-feminilidades-se-nao-sou-uma-mulher/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

CRENSHAW, Kimberle W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, *online*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CUNHA, Leandro Reinaldo da. Genocídio Trans: a culpa é de quem?. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v.3, n.1, p. I-IV, 2022.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206 - 242.

DE LOS SANTOS RODRIGUEZ, Shay; QUADRADO, Raquel Pereira. Corpos Trans: longe de serem corpos doces. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 14, n. 44, p. 410-433, 2021.

DJAMILA, RIBEIRO. O que é lugar de fala. **Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando**, 2017.

DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**, São Paulo, n.3, p. 81-85, 1980.

DUMARESQ, Leila. Transfeminismo: contradição na opressão. **Revista Gênero**, Niterói, v. 14, n. 1, p. 29-43, 2013.

FAUST, André. UFMT e estudantes se unem para combater a transfobia. **Secretaria de Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso**. Cuiabá, 09 de maio de 2023. Disponível em: <https://ufmt.br/noticias/ufmt-e-estudantes-se-unem-para-combater-a-transfobia-1683662669>. Acesso em: 23 maio 2025.

FERREIRA, Lívia. Visibilidade trans: você sabe se é uma pessoa cis? Não? Descubra e aprenda a ser aliado na luta contra a transfobia. **G1 – Piauí**, 29 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/01/29/visibilidade-trans-voce-sabe-se-e-uma-pessoa-cis-nao-descubra-e-aprenda-a-ser-aliado-na-luta-contr-a-transfobia.gh.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.

FIGUEIREDO, Eurídice. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Revista Criação & Crítica**, São Paulo, n. 20, p. 40-55, 2018.

FREITAS, Aline de. Ensaio de construção do pensamento transfeminista. [S.l.] **Centro de Mídia Independente**, 2005.

FONSECA, Lucas Milhomens. **Ciberativismo e MST: o debate sobre a reforma agrária na nova esfera pública interconectada**. 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

GAJANIGO, Paulo Rodrigues; SOUZA, Rogério Ferreira de. Manifestações sociais e novas mídias: a construção de uma cultura contra-hegemônica. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, p. 577-592, 2014.

GELEIA TOTAL PIAUÍ. Aula Magna com Letícia Carolina – YouTube, 2022. 1 vídeo (27min54seg). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AbPGi90q0oU&ab_channel=GeleiaTotalPiau%C3%AD. Acesso em: 10 set. 2023.

GLIER, Douglas *et al.* O apagão de dados das pessoas trans no ensino superior: 86% das instituições da região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, não sabem ou não revelam os números de estudantes transgêneros. **Jornal Extra Classe**, *online*, 13 abril 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/yMNY3>. Acesso em: 22 fev. 2024.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29. Mai./jun. 1995.

GOIS, Viviane Mota de *et al.* A importância do movimento de mulheres negras e suas principais conquistas e desafios na atualidade. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, Sergipe, v. 6, n. 3, p. 261-261, 2021.

GOMES, Hiago Veras *et al.* Suicídio e população trans: uma revisão de escopo. **Ciências psicológicas**, Montevideú, v. 16, n. 1, 2022.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

GRECO, Rogério. **Código Penal**: comentado. 14 ed. Niterói, RJ. Impetus, 2020.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, UFSC/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, n. 26, p. 29-46, 1998.

HALPERIN, David M. The normalization of queer theory. *In*: **Queer Theory and communication**. Londres: Routledge, 2014. p. 339-343.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 23 ago. 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, Natal, v. 11, n. 2, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismo: teorias & práticas**. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: Uma contextualização a partir do pensamento transfeminista. **REBEH-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 5–24, jan./mar. 2018

JESUS, Jaqueline Gomes de. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. *In*: **Anais do VI Congresso Internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH**. Brasília: ABEH. Salvador: UFBA, 2012a, p. 1-15.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional – EDA/FBN: Brasília, ed. 2, 2012b.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História agora**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 101–123, 2013a.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 2013, Florianópolis. **Anais do Fazendo Gênero**, *online*, v. 10, p. 1-10, 2013b.

JESUS, Jaqueline Gomes de; PIRES, Luanda; LOTTI, Paulo. Sobre o direito à saúde das pessoas que menstruam. Um diálogo com Djamila Ribeiro. **Migalhas**, 07 dez. 2022. Entrevista. Disponível em: <https://>

www.migalhas.com.br/depeso/378219/sobre-o-direito-a-saude-das-pessoas-que-menstruam. Acesso em: 15 ago. 2023.

JOHNSON, E. Patrick. “Quare” studies, or (almost) everything I know about queer studies I learned from my grandmother. **Text and Performance Quarterly**, Reino Unido, v. 21, n. 1, p. 1–25, 2005.

JOHNSON, E. Patrick. “Quare” studies, or (almost) everything I know about queer studies I learned from my grandmother. **Text and Performance Quarterly**, v. 21, n. 1, p. 1–25, 2001.

KLIDZIO, Danieli; DE SIQUEIRA, Monalisa Dias. A bissexualidade ea pansexualidade enquanto identidades: invisibilidade e estereótipos. *In: VI congresso Asociación Latinoamericana de Antropología: desafíos emergentes antropologías desde América Latina y el Caribe*. Montevideú, 1era Edición, 2022, Asociación Latinoamericana de Antropología. p. 335.

KRISTEVA, Julia. **Powers of horror. An Essay on Abjection**. Nova York: Columbia University Press, 1982.

LANZ, Letícia. **O Corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LOUREIRO, Gabriela. Agressões em casa, discriminação e risco de morte: os dramas das ‘refugiadas’ trans brasileiras. **BBC NEWS Brasil**. Brasil, 23 nov. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37999436>. Acesso em: 13 jun. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 62–70, 2018.

Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/31>. Acesso em: 16 out. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação docente—revista brasileira de pesquisa sobre formação de professores**, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 62-70, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LUCENA, Sara Gomes de. Análise da passabilidade como mecanismo de proteção as experiências trans. In: DIAS, Alfrancio Ferreira *et al* (org.). **E-book CONQUEER** – Campina Grande: Realize Editora. 2018.

LOUIS, Marie-Victoire. Diga-me: o que significa gênero? **Sociedade e Estado**, Local, v. 21, p. 711-724, 2006.

MAIA, Dhiego. Ao menos 12 universidades federais do país têm cota para alunos trans – instituições estão dedicando vagas específicas na graduação e pós-graduação a esse público. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 maio 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

MAIHOFER, Andrea. O gênero como construção social-uma consideração intermediária. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 874-888, 2016.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista: definição e classificação**. Marília: Unesp, 2004.

MARIA, Vanessa Andriani. Transexualidade e educação: desafios além do currículo. **Revista Alembra**, Confresa, v. 3, n. 6, p. 117-130, 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, 2016.

MELO NETO, João Cabral de. “Tecer um amanhã”. In MELO NETO, João Cabral de. **Obra completa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. p. 374.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referenciais de atuação das/os profissionais e servidores da assistência estudantil**. Pró-reitoria de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá – MT, 2021. Disponível em: <https://cms.ufmt.br/files/galleries/11/Mae25653b0153dbbdbbeb48ada692d6e6bf5e605ce.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO; GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. **Cartilha: Garantia da utilização do nome social para pessoas travestis e transexuais**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/cartilha_nome_social.pdf. Acesso em: 03 mar. 2024.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. In: **Congresso de leitura do Brasil (COLE)**, 16. 2007, Campinas, Anais, ALB, 2007. p. 1-19.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Revista Gênero**, Niterói, v. 7, n. 2, p. 257–269, 2007.

MORAIS, Fernando Luís de *et al.* De queer a quare: uma aposta interseccional entre gênero, raça, etnia e classe. **Itinerários – Revista de Literatura**, Araraquara, n. 48, p. 61–76, jan./jun. 2019.

MOREIRA, Felipe. Não-vidência e transexualidade: questões transversais. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). **Transfeminismo: Teorias e Práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, p. 125-135, 2014.

MORRE travesti famosa pelo bordão “Travesti não é bagunça”. **UOL TV e Famosos**, 8 maio 2017. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2017/05/08/morre-travesti-famosa-pelo-bordao-travesti-nao-e-bagunca.htm>. Acesso em: 27 fev. 2024.

NASCIMENTO, Leticia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Coleção Feminismos Plurais.)

NASCIMENTO, Rafael. Linn da Quebrada reforça a importância de utilizar os pronomes corretos. **Jornal Estadão**, São Paulo, 03 março 2022. Disponível em <https://www.estadao.com.br/emails/comportamento/linn-da-quebrada-reforca-a-importancia-de-utilizar-os-pronomes-corretos/>. Acesso em 04 mar. 2024.

NERY, João Walter; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral. João W. Nery-A trajetória de um trans homem no Brasil: do escritor ao ativista. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 4, p. 169-178, 2015.

NERY, João Walter; MARANHÃO FILHO, Emdea. Transhomens no ciberespaço: micropolíticas das resistências. **História Agora**, São Paulo, v. 16, nº 2, p. 139-165, 2013.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Da Cartografia da Resistência ao Observatório da Violência contra Pessoas Trans no Brasil. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 220-225, 2018.

NOVAES, Marina; ROSSI, Marina. A luta das mulheres trans para serem amparadas pela Lei Maria da Penha. **El País – Brasil**. Brasil, 31 de agosto de 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/28/politica/1440785949_845355.html. Acesso em: 10 jul. 2023.

OLIVEIRA ARAUJO, Catherine. As micro e macrotransgressões contra transsexuais, a vida de João W. Nery. **Revista Avant**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 25–33, 2022. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/avant/article/view/6698>. Acesso em: 10 set. 2023.

OLIVEIRA, Francine Natasha Alves de. Gênero, cultura e o dispositivo da transexualidade: a formação da identidade travesti no Brasil. **Darandina Revisteletrônica**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 1-20, 2017.

OLIVEIRA, Kris Herik de. Intensos encontros: Michel Foucault, Judith Butler, Paul B. Preciado e a teoria queer. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 01, p. 1-16, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. A cobaia agora é você! Cisgeneridade branca, como conceito e categoria de análise, nos estudos produzidos por travestis e mulheres transexuais. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, MG, v. 36, n. 1, p. 157-178, jan./jun. 2023.

OLIVEIRA, João Manuel de; NOGUEIRA, Conceição. Introdução: Um lugar feminista queer e o prazer da confusão de fronteiras. **Ex.Aequo**, Lisboa, nº 20, p. 99-111, 2016.

PADILHA, Vitória Braga; PALMA, Yáskara Arrial. Vivências não-binárias na contemporaneidade: um rompimento com o binarismo de gênero. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, p. 1-10, 2017.

PAIXÃO, Shirlene. “Não se trata de dar voz, mas ouvir as vozes que já existem”. **Museu da Vida – Fio Cruz**. 15 ago. 2019. Disponível em <https://www.museudavida.fiocruz.br/index.php/noticias/1300-nao-se-trata-de-dar-voz-mas-ouvir-as-vozes-que-ja-existem> Acesso em: 17 out. 2023.

PANTE, Ana Luiza; FERNANDES, Estevão Rafael. Novas demandas, novos espaços: pessoas trans e ativismos on line como estratégia de visibilidade. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 617-635, 2019.

PAREDES, A. S. **A Evasão do terceiro grau em Curitiba**. São Paulo: NUPES, 1994.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; MONTEIRO, Anne Alencar; DE JESUS, Jaqueline Gomes. Transfeminismo das transmasculinidades: Diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans

brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 6, n. 19, p. 90-104, 2023.

PIRES, Juliana Torres. “Judith Butler e a Teoria Queer”, de Sara Salih (resenha). **GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, p. 122-127, jan-jun. 2018

PITOMBO, João Pedro; CANCIAN, Natália Cancian. Bolsonaro anuncia suspensão de vestibular para trans e universidade federal – processo havia sido aberto pela Unilab, que mantém campi no Ceará e na Bahia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 junho 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

PLENTZ, Luiza Maria; DE OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio. Sexo, identidade de gênero e orientação sexual, como preencher? análise qualitativa dos dilemas e potências na vigilância das violências. **Divers@!**, Matinhos, v. 16, n. 1, p. 228-249, 2023.

PODESTÀ, Lucas Lima de. Ensaio sobre o conceito de transfobia. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 11, p. 363-380, 2019.

PODESTÀ, Lucas Lima. **Os usos do conceito de transfobia e as abordagens das formas específicas de violência contra pessoas trans por organizações do movimento trans no Brasil**. 131f. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

PORTAL GELEDÉS. **Luma Nogueira de Andrade primeira professora travesti do Brasil toma posse em universidade do Ceará** (2013). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/luma-nogueira-de-andrade-primeira-professora-travesti-do-brasil-toma-posse-em-universidade-do-ceara/>. Acesso em 02 out. 2023.

PORTO, Rayssa Karla Dourado; DA SILVA, Marcos Aurélio; GUGELMIN, Sílvia. Narrativas de passabilidade e a segurança para transitar: Transmasculinidades e saúde. **ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, v. 8, n. 16, p. 219-230, 2021.

PRCEU-USP. Cartilha: Garantia da utilização do nome social para pessoas travestis e transexuais. São Paulo: PRCEU-USP, 2021. Disponível em: https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/cartilha_nome_social.pdf. Acesso em: 27 maio 2025.

PROJETO TRANSFORMA UFMT. Pró-reitoria de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso (PRAE/UFMT). Cuiabá. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1jmJamX7wxCqd7YuxGe9q5Th_BykY_qcK/view?usp=sharing. Acesso em: 15 jul. 2023.

RAMOS, Celiomar Porfírio. **As múltiplas faces das mulheres negras: um olhar interseccional sobre as escrituras de Conceição Evaristo.** 2022. 289 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários). Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, 2022. Disponível em: <https://ppgelunemat.com.br/images/publicacoes/teses-e-dissertacoes/teses-2022/TESE%20-%202022-CELIOMAR%20PORFIRIO%20RAMOS.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

REES, Dilys Karen. Considerações sobre a pesquisa qualitativa. **Signótica**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 253-274, 2008.

REYES ARIAS, Alejandro. **Vozes dos Porões: a literatura periférica do Brasil**, 2011, 162f. Berkeley, Tese (doutorado em filosofia), University of California, 2011

ROCHA, Carlos. **João Nery recebe título de doutor honoris causa in memoriam. Universidade Federal de Mato Grosso.** Cuiabá, 2021. Disponível em <https://www.ufmt.br/noticias/joao-nery-recebe-titulo-de-doutor-honoris-causa-in-memorian-1638534132>. Acesso em: 27 maio 2025.

RODRIGUES, Paulo Ricardo Aires; ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Pequeno vocabulário pajubá palmense.** São Carlos: Scienza, 2023.

SAFATLE, Vladimir Pinheiro. O trabalho do impróprio e os afetos da flexibilização. **Veritas – Revista Quadrimestral de Filosofia da PUCRS**, Porto Alegre, v. 60, n. ja/abr. 2015, p. 12-49, 2015.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Rio de Janeiro (RJ): Autêntica, 2015

SANTANA, Ana Larissa Alencar. A vivência dos travestis em escolas e no ensino superior brasileiro: uma análise bibliográfica do período 2011-2015. **Revista Científica UNIFAGOC-Multidisciplinar**, Ubá, v. 1, n. 1, p. 99-111, 2016.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. Para se pensar sobre a experiência transexual na escola: algumas cenas. **Bagoas: revista de estudos gays**, Natal, v. 6, n. 7, p. 147-172, 2012.

SANTOS, Manoel Antônio dos; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; OLIVEIRA-CARDOSO, Érika Arantes de. Inconfidências de abril: impacto do isolamento social na comunidade trans em tempos de pandemia de COVID-19. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 32, p. 1-19, 2020.

SCOTE, Fausto Delphino; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Transformando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior. **Revista Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis, v. 38, n. 2, p. 1-25, abr./jun. 2020

SENNÁ, Ariane Moreira de. **A Solidão da mulher trans, negra e periférica: uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal**. 185 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Estudos Afro-Orientais. Salvador, 2021.

SEPULVEDA, Denize; CORREA, Renan; FREIRE, Priscilla. **Gêneros e sexualidades: noções, símbolos e datas**. Rio de Janeiro: Edição dos Autores, 2021.

SILVA, Grazielle Roberta Freitas *et al.* Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. **Online Brazilian Journal of Nursing**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 246-257, 2006.

SILVA, Sophia Rivera Alves da Costa e. A Solidão de mulheres trans e travestis não é apenas sobre afetividade. **Transfeminista**. Recife, ago. 2019. Disponível em <https://medium.com/@sophiariveracs/a->

solid%C3%A3o-de-mulheres-trans-e-travestis-n%C3%A3o-%C3%A9-
apenas-sobre-afetividade-b81e50d1b02d. Acesso em: 05 mar. 2024.

SILVA, Victor Nathan Fontes; DE SOUZA, Antônio Vital Menezes. Pessoas trans: processos de exclusão e inclusão social. **Semiotes**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 130-146, 2019.

SOBRINHO, José Dias. Responsabilidade social da universidade em questão. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Campinas, v. 23, p. 586-589, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG (2010).

TOLER, Sarah. Como é a gravidez para uma pessoa transmasculina: “Sou um pai melhor por ser trans, e não apesar disso”. **Clue**, 31 mar. Disponível em: <https://helloclue.com/pt/artigos/lgbt-voices/como-e-a-gravidez-para-uma-pessoatransmasculina>. Acesso em: 10 set. 2023. 2021. Tradução de Jade Augusto Gola.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT. Programa de Pós-Graduação em Zootecnia. Sinop. Disponível em: <https://www.ufmt.br/curso/ppgz/pagina/institucional/1930>. Acesso em: 27 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução CONSEPE nº 197, de 13 de dezembro de 2021.** Dispõe sobre a política de ações afirmativas para negros/as autodeclarados/as (pretos/as e pardos/as), quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis), na Pós-Graduação da UFMT. Disponível em: <https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx>. Acesso em: 23 maio 2025.

VENCATO, Anna Paula. Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18, p. 111–128, 2003.

VERGUEIRO, Viviane. É a natureza quem decide? Reflexões trans* sobre gênero, corpo e (ab?) uso de substâncias. JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). **Transfeminismos: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metonímia, 2014.

VON HUNTY, Rita. **TEMPERO DRAG**. Quem pode narrar a própria história? – YouTube, 2023. 1 vídeo (26 min 25 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Oxt3f9KfAv4&t=312s&ab_channel=TemperoDrag. Acesso em: 09 ago. 2023.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Alguém falou em teoria quare? Pensando raça e sexualidade a partir da crítica de intelectuais LGBTQIA+ negres norte-americanes à teoria queer. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 88, p. 205–228, set./dez. 2021.

XAVIER, Gláucia. A transexualidade na educação profissional e tecnológica: o ensino médio em foco. *In*: NOGUEIRA, Vera Lúcia; GONÇALVES, Irlen Antônio (ORG.) **Pesquisas em educação e educação tecnológica no Brasil**. 1. ed. São Carlos: De Castro: UDESP-UFSCar, 2022. p. 115-127.

YORK, Sara Wagner. **TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os “sistemas” de pós-graduação**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPED), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226–237, maio/ago. 2006.

ZANELA, Maria. **Travestis em contextos de prostituição de rua: sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta**. 102 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, 2006.

SOBRE O AUTOR

CELIOMAR PORFÍRIO RAMOS

Pesquisador visitante na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Doutor em Estudos Literários pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2022); Mestre em Sociologia (2024) e em Estudos de Linguagem (2016) pela Universidade Federal de Mato Grosso (2016); Graduado em Comunicação social - habilitação em Jornalismo - UFMT (2014) e em Letras - habilitação em Português e Literatura da Língua Português - UFMT (2009). Atualmente é técnico em secretariado da Universidade Federal de Mato Grosso.

“Pensar o ingresso e a permanência de travestis, mulheres e homens trans na UFMT é discutir sobre transfobia. É abordar a ausência de políticas públicas que garantam o ingresso no ensino superior. É tratar sobre a inexistência de políticas públicas voltadas para a permanência das/dos 27 travestis, mulheres e homens trans que estão regularmente matriculadas/matriculados na UFMT. É debater sobre as transfobias, muitas vezes, praticadas por uma parcela da comunidade acadêmica que inclui professores, técnicos administrativos e estudantes. É constatar a insegurança de acesso aos banheiros da universidade. É, por fim, concluir que a UFMT é lida como um espaço transfóbico pelos participantes da pesquisa, portanto, não é seguro para pessoas que se destoam das normas cisheteropatriarcal, branca e cristã”.

